



GALÍPOLO DIZ QUE BRASIL ESTÁ MELHOR DO QUE PAÍSES SIMILARES PARA ENFRENTAR IMPACTOS DA GUERRA

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse nesta segunda-feira (30) que o Brasil está em uma posição melhor em termos fiscais e de endividamento do que economias similares para lidar com os impactos causados pela guerra no Oriente Médio.

"Todo mundo preferiria estar numa situação sem ter todos esses potenciais riscos e choques que o mundo vem sofrendo nos últimos anos, mas o Brasil parece estar numa posição relativamente mais favorável em comparação a seus pares", disse em evento do Banco Safra em São Paulo.

Entre os temas abordados, Galípolo falou sobre o cenário de endividamento

global que, segundo ele, foi exacerbado pela pandemia de Covid-19.

Para o presidente da autoridade monetária, embora os países mais ricos tenham gasto mais que os emergentes durante o período, o aumento no custo de rolagem de dívidas pressionou mais as economias em desenvolvimento.

Ao abordar o cenário do crédito corporativo, no contexto dos pedidos de recuperação extrajudicial de Raízen e GPA, o presidente do BC disse que as dificuldades atuais do setor não são causadas por um fator isolado, mas uma combinação de falhas de governança, questões estruturais e o impacto do ciclo de juros.

Hoje, a taxa de juros

básica do Brasil, a Selic, está em 14,75% ao ano após decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) no dia 18 de cortar 0,25 ponto percentual. Foi a primeira queda sob a gestão de Gabriel Galípolo, em um contexto marcado pelas incertezas sobre o conflito no Irã.

"A pergunta essencial é: o paciente estaria melhor com ou sem o tratamento? Como estaríamos diante de um choque de oferta se a inflação não estivesse onde está? Quando olhamos para os efeitos da política monetária, ela gera restrições no acesso ao crédito, porém o que vemos é um efeito comportado diante do nível de restrição que temos".

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo vai anunciar pacote contra alta do querosene de aviação com crédito emergencial para aéreas

Lula pediu estudos para reduzir custo de crédito rotativo, diz Gleisi

Moraes manda Bolsonaro explicar publicação com fala de Eduardo para avaliar violação em domiciliar

Juros do consignado privado atingem pico de 59,4% em fevereiro, mostra BC



Juros e inadimplência voltam a subir e refreiam novos empréstimos



NO MUNDO

Israel e Irã voltam a se atacar, apesar de Trump falar em 'acordo próximo'

Irã e Israel mantiveram ataques mútuos na manhã desta segunda-feira (30), em mais um dia de guerra, apesar de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, garantir que está próximo de um "acordo" com o novo governo iraniano para acabar com o conflito.

Exército israelense realizou ataques direcionados contra Teerã. Em comunicado, Israel afirmou que os bombardeios atingiram "infraestruturas militares do regime de terror iraniano ao longo da capital".

Cerca de 40 locais de produção de armas em Teerã foram atingidos nas últimas 48 horas, afirmou Israel. "Durante ataques aéreos nos últimos dois dias em Teerã, cerca de 40 instalações de produção e pesquisa de armamentos foram alvos dos ataques", informou o governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.



Paralelamente, Israel realizou novos bombardeios em Beirute, no Líbano. As forças do estado judeu disseram que os ataques foram direcionados contra infraestruturas do Hezbollah, grupo aliado ao Irã.

Ataques também atingiram a periferia sul da capital libanesa após um aviso lançado pelas forças israelenses aos habitantes de sete bairros. Desde o início da guerra, 1.238 pessoas morreram no Líbano, incluindo 124 crianças. Netanyahu, por sua vez, ordenou que o Exército judeu "expanda" a

zona de segurança no país vizinho para "neutralizar" a "ameaça" do Hezbollah.

Israel ainda alegou que "respondia" a um ataque de mísseis vindos do Irã, nesta segunda-feira (30), a refinaria de petróleo de Haifa, a maior de Israel, foi alvo de um "impacto" pouco depois de o Exército informar ter detectado novos mísseis lançados pelo Irã. Ainda não se sabe se o local foi atingido diretamente por um míssil vindo do Irã ou do Líbano, ou por estilhaços de uma interceptação.

Folhapress

Xi convida líder da oposição em Taiwan para visitar a China; parlamentar aceita

O líder do regime chinês, Xi Jinping, convidou a líder da oposição do parlamento de Taiwan, Cheng Li-wun, para uma visita a Pequim entre os dias 7 e 12 de abril. A política, que é presidente do partido Kuomintang, aceitou.

Cheng irá liderar uma delegação para a visita à capital chinesa e às cidades de Xangai e Jiangsu, sendo esta a primeira vez que ela vai ao país desde que tomou posse em novembro. Será a primeira visita desde a ida do então presidente do território e membro da sigla, Ma Ying-jeou, em 2015.

Song Tao, chefe do Escritório de Trabalho de Taiwan do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, afirmou que o convite foi feito para estreitar as relações entre os dois lados do estreito após a política expressar o desejo de fazer a viagem.

O regime chinês sustenta que Taiwan, que tem um presidente democraticamente eleito, é parte inalienável de seu território. Pequim não informou se a líder será recebida por Xi, embora tenha anunciado que o convite partiu dele e do Politburo.

Segundo nota publicada pelo partido, Cheng agradeceu e declarou aceitar o convite com prazer. Disse ainda que "no momento, a situação entre os dois lados [do Estreito] é de forte tensão e risco militar", e que ela quer criar uma atmosfera diferente, demonstrando a alta expectativa de todos em relação à paz.

O Kuomintang atualmente detém maioria no parlamento taiwanês e é o mesmo partido que governou a China antes da fundação da república popular, em 1949, quando os comunistas conquistaram o país e a sigla teve que recuar para Taiwan.

Folhapress

Cuba recebe petróleo russo com aval dos EUA após 3 meses de bloqueio à ilha



A Rússia confirmou nesta segunda-feira (30) que um petroleiro carregado de petróleo bruto chegou a Cuba, após três meses de um bloqueio imposto à ilha pelos Estados Unidos. O Kremlin também disse que pretende manter o apoio ao regime com o envio de novos carregamentos.

Donald Trump vinha aplicando um bloqueio de petróleo ao redor de Cuba desde janeiro, ameaçando impor tarifas a países que continuassem exportando petróleo para o país caribenho. Não está claro por que a Casa Branca decidiu agora permitir que a Rússia leve petróleo a Cuba, nem se permitirá futuros carregamentos.

No domingo (29), Trump indicou uma mudança de postura ao expressar solidariedade com os cubanos que vivem com falta de serviços básicos devido à severa crise energética que afeta a ilha. "Se um país quiser enviar petróleo para Cuba agora, não tenho problema nenhum com isso, seja a Rússia ou não", disse o presidente a jornalistas a bordo do Air Force One.

No mesmo dia, o navio Anatoly Kolodkin, que carregava 730 mil barris de petróleo, aguardava para descarregar no porto de Matanzas. O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou nesta segunda que a questão foi debatida em conversas com autoridades americanas, e ressaltou

que Moscou considera seu dever apoiar "países amigos", como Cuba. "Estamos satisfeitos que esta carga de derivados de petróleo chegue à ilha, ou melhor, que já tenha chegado", disse.

A chegada do navio poderá dar ao país pelo menos algumas semanas antes que suas reservas de combustível se esgotem, segundo análises. De acordo com o líder de Cuba, Miguel Díaz-Canel, o regime não recebia petróleo havia três meses.

Desde a Revolução de 1959, Cuba tornou-se dependente do fornecimento externo de petróleo, inicialmente da União Soviética. Hoje, precisa importar óleo combustível e diesel para manter sua geração de energia.

Folhapress

**DATA
MERCANTIL**  São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Governo vai anunciar pacote contra alta do querosene de aviação com crédito emergencial para aéreas

O governo Lula (PT) está em vias de anunciar um conjunto de medidas para tentar conter os efeitos da alta do querosene de aviação (QAV), em meio à escalada do preço internacional do petróleo provocada pelos conflitos no Oriente Médio.

Conforme informações obtidas pela reportagem, está prevista a oferta de uma linha de crédito emergencial com recursos do Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil), voltada à aquisição de combustível pelas companhias aéreas, numa tentativa de aliviar a pressão imediata sobre os custos do setor.

A ideia é permitir que as companhias aéreas financiem a compra de combustível em condições mais favoráveis, reduzindo o impacto imediato da alta sem interferir na política de preços da Petrobras.

Entre as opções em estudo estão também a diminuição do Imposto de Renda sobre o aluguel de aeronaves e um corte do IOF para algumas transações internacionais.

Desde o fim de fevereiro



de 2026, os conflitos envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel mexeram drasticamente com o mercado de petróleo. O preço do barril Brent, que girava em torno de US\$ 66 a US\$ 67 em janeiro, ultrapassou os US\$ 100 em março, com altas diárias de até 14%.

Esse movimento teve reflexo imediato no Brasil. Em 1º de março, a Petrobras anunciou reajuste de 9,4% no QAV, equivalente a um aumento de R\$ 0,31 por litro, o maior desde setembro de 2023. A alta marcou uma reversão da trajetória de queda observada no início do ano. Agora, espe-

cula-se sobre um aumento que pode ultrapassar os 50% sobre o preço atual a partir de 1º de abril.

Esses aumentos são repassados às passagens aéreas, com impacto direto no bolso do consumidor e, consequentemente, na popularidade do governo. O combustível representa mais de 30% dos custos operacionais das empresas.

No sábado (28), a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) enviou um ofício ao MPor (Ministério de Portos e Aeroportos) alertando para os impactos da crise do petróleo sobre o setor.

Folhapress

Inflação do aluguel dispara 0,52% em março, maior alta em mais de um ano

O IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado), conhecida como a inflação do aluguel, subiu 0,52% em março depois de ter recuado 0,73% no mês anterior, com sinais de impacto da alta do petróleo devido ao conflito no Oriente Médio, informou a FGV nesta segunda-feira (30).

O resultado foi o maior na comparação mensal desde fevereiro de 2025, quando houve alta de 1,06%. Em março de 2025, o índice havia apresentado queda de 0,34%.

Com o resultado, o IGP-M passa a acumular alta de 0,19% no ano e retração de 1,83% no acumulado de 12 meses.

O IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que responde por 60% do índice geral e apura a variação dos preços no atacado, avançou 0,61% em março, depois de ter recuado 1,18% no mês anterior.

"O IPA mantém-se sob forte influência da agropecuária, com destaque para as contribuições de bovinos, ovos, leite, feijão e milho, que ajudaram a impulsionar a aceleração do índice", afirmou Matheus Dias,

economista do FGV Ibre.

"O subgrupo Produtos Derivados do Petróleo no IPA-M apresentou inflexão relevante na margem, ao passar de -4,63% em fevereiro para 1,16% em março ... Esse movimento está associado à elevação da percepção de risco sobre a oferta global de petróleo, diante da intensificação do conflito envolvendo Israel, Estados Unidos e Irã, o que tem pressionado as cotações", completou.

O preço do barril Brent, referência mundial, subiu mais de 45%, em meio ao desabastecimento provocado pelas interrupções do fluxo de petróleo no estreito de Hormuz, por onde passa 20% da produção mundial. Nesta segunda-feira (30), o contrato de junho era negociado por volta dos US\$ 108. Antes dos ataques, o Brent estava a US\$ 72,48.

Já o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que tem peso de 30% no índice geral, avançou 0,3% em março, repetindo a taxa do mês anterior. O INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) passou a subir 0,36% no período, ante uma alta de 0,34% em fevereiro.

Folhapress

Juros do consignado privado atingem pico de 59,4% em fevereiro, mostra BC



A taxa média de juros do consignado privado atingiu o pico de 59,4% ao ano em fevereiro, mostram dados divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (30). A cobrança de juros abusivos e o avanço do endividamento das famílias são motivos de preocupação para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O recorde foi registrado depois de uma alta mensal de 2 pontos percentuais. Em 12 meses, a elevação foi de 18,5 pontos percentuais. O patamar é superior ao praticado no mercado antes da implementação da modalidade do consignado para trabalhadores com carteira assinada, lançada pelo governo Lula em março

do ano passado. Na época, a taxa média ficava ao redor de 40% ao ano.

"Nessa linha específica, se olhar de abril de 2025 para fevereiro de 2026, temos muito mais um cenário de novo patamar da taxa de juros do que uma trajetória de crescimento. Em abril de 2025 era 59,1% [ao ano] e agora passou para 59,4% [ao ano]", afirmou o chefe do departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, na apresentação dos dados.

Os dados do BC mostraram também queda de 22,5% nas concessões de novos empréstimos para trabalhadores CLT em fevereiro em relação a janeiro, mês com três dias úteis a menos. Foram liberados R\$

7,15 bilhões para trabalhadores celetistas no consignado privado, contra R\$ 9,22 bilhões no início de 2026.

Outra modalidade que registrou alta de juros em fevereiro foi a do rotativo do cartão de crédito, com taxa média de 435,9% ao ano cobrada pelos bancos de pessoas físicas. Houve um aumento de 11,4 pontos percentuais na variação mensal. Nesse segmento, são cerca de 40 milhões de clientes.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o governo quer mudanças para reduzir o custo do crédito rotativo. Na última quinta (26), Lula disse ter mandado o Ministério da Fazenda elaborar propostas.

Folhapress

POLÍTICA

Lula pediu estudos para reduzir custo de crédito rotativo, diz Gleisi



A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, confirmou nesta segunda-feira (30) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu análises do Banco Central e do Ministério da Fazenda para viabilizar reduções no custo do rotativo do cartão de crédito.

Conforme antecipou a Folha de S. Paulo, o presidente quer mudanças nessa modalidade, em razão do impacto negativo da alta do endividamento das famílias na sua popularidade em ano eleitoral.

"O presidente pediu para estudar. Ele disse assim: 'Olha, como pode um juro que é uma Selic por mês em crédito rotativo? Isso não

tem justificativa. Se o juro do cheque especial já está tabelado, por que não pode haver uma referência para [o rotativo]?'", disse.

O tema foi discutido em reunião do presidente com a cúpula do Executivo na semana passada, que avaliou as principais fontes de desgaste do governo no cenário eleitoral. Nova reunião aconteceu na última terça-feira (24) com integrantes da equipe econômica.

Assim como em posicionamentos públicos anteriores, o nível da taxa Selic, atualmente em 14,75% ao ano, foi novamente criticado pelo presidente durante o encontro. Na ocasião, o diagnóstico repassado a ele foi o de que o elevado comprometimento do or-

çamento doméstico com o pagamento das dívidas tem feito com que as famílias acabem o mês sem dinheiro.

A situação aumenta o mal-estar com o governo, neutralizando bandeiras como o quadro de redução do desemprego, geração de renda e controle da inflação.

Segundo dados do Banco Central divulgados nesta segunda-feira (30), o comprometimento de renda (parcela do orçamento familiar destinado ao pagamento de dívidas e despesas fixas) subiu 0,1 ponto percentual no mês, alcançando 29,3% em janeiro. Esse é o maior patamar da série histórica do BC, iniciada também em março de 2011.

Folhapress

Dino vê falta de transparência em emendas de Viana à fundação da Lagoinha

O ministro do STF Flávio Dino apontou falta de transparência e rastreabilidade nas emendas de R\$ 3,6 milhões enviadas pelo senador Carlos Viana à Fundação Oasis, ligada à Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte.

Dino determinou a apresentação de documentos das prefeituras envolvidas, do governo federal e da fundação. O ministro diz que os esclarecimentos prestados até agora por Viana e pelo Senado Federal são genéricos e abstratos. Para ele, não foi esclarecido, de forma objetiva e documental, o envio das emendas.

Deputados governistas sustentam que padrão de repasse pode indicar desvio de finalidade. Em petição a Dino, eles alegam que emendas parlamentares não devem ser usadas para interesses privados ou para manter vínculos político-financeiros com entidades beneficiadas. Dino cita CPMI do INSS, presidida por Viana, para argumentar que apuração é relevante. Segundo o ministro, há

"imputação de supostas omissões ou proteções" na comissão, encerrada na semana passada, envolvendo a fundação e outras entidades ligadas à Igreja da Lagoinha.

"Tais entidades são apontadas como objeto das investigações conduzidas pela CPMI presidida pelo senador, havendo alegação, por parte dos deputados federais denunciadores, de que requerimentos sobre esses temas não teriam sido apreciados por possível interesse pessoal do presidente da comissão, relacionados inclusive à execução de emendas parlamentares", disse Dino.

Deputados citam na ação que o caso investigado tem ligação com irregularidades no Banco Master. O ex-banqueiro Daniel Vorcaro é "parceiro histórico do pastor André Valadão", líder da Lagoinha, destacaram os parlamentares. Cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel era pastor da unidade Belvedere da Lagoinha em Belo Horizonte. O Master também foi investigado na CPMI pelas fraudes no INSS.

Folhapress

Moraes manda Bolsonaro explicar publicação com fala de Eduardo para avaliar violação em domiciliar



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, mandou a defesa de Jair Bolsonaro explicar uma publicação envolvendo o ex-eputado federal Eduardo Bolsonaro para avaliar se há violação à proibição de uso das redes sociais, uma das regras da prisão domiciliar concedida ao ex-presidente. Se Moraes entender que houve burla, Bolsonaro, que está em temporariamente em domiciliar para cuidar de seus problemas de saúde, poderá voltar para o regime fechado na Papudinha. Os advogados têm 24 horas para prestar os esclarecimentos.

Os advogados do ex-presidente afirmaram, na resposta protocolada ainda nesta segunda-feira (30),

que Bolsonaro apenas soube da gravação por meio da intimação judicial recebida.

"O conteúdo ao qual a postagem mencionada faz referência corresponde à manifestação verbal de terceiro, realizada durante evento ocorrido no exterior, sem qualquer participação do Peticionário", disseram.

A publicação a que o ministro se refere é um vídeo que circulou no X (ex-Twitter) em que Eduardo, filho do ex-presidente, diz a uma plateia que está gravando sua fala para depois mostrar para o pai.

"Vocês sabem por que eu estou fazendo esse vídeo? Porque eu estou mostrando para o meu pai e vou provar para todo mundo no Brasil que você não pode calar um

movimento de forma injusta, tirando o seu líder, Jair Messias Bolsonaro. Muito obrigado", diz Eduardo.

A declaração ocorreu durante a CPAC (Conferência de Ação Política Conservadora), evento realizado de quarta-feira (25) até sábado (28) nos Estados Unidos, onde o ex-deputado -réu sob a acusação de tentar atrapalhar a investigação sobre a trama golpista-mora há um ano.

Na decisão em que ordena explicações à defesa de Bolsonaro, Moraes relembra que a prisão domiciliar humanitária está condicionada a uma série de requisitos, entre eles a proibição do uso de redes sociais, inclusive por intermédio de terceiros.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Juros e inadimplência voltam a subir e refreiam novos empréstimos



Os juros para consumidores e empresas voltaram a subir em fevereiro, pressionando ainda mais a inadimplência e ajudando a refrear novos empréstimos, mostram dados do Banco Central publicados nesta segunda-feira (30).

Os números mostram que a taxa média de juros para pessoas físicas e jurídicas subiu de 32,7% ao ano em janeiro para 33% ao ano em fevereiro. A inadimplência do crédito com recursos livres (que exclui o financiamento imobiliário e rural) a consumidores passou de 6,7% a 6,9%, e a de empresas avançou de 3,1% para 3,3%.

Nesse cenário, os novos empréstimos tiveram queda em fevereiro na comparação com janeiro, em um movimento que deve se acentuar nos próximos meses.

As concessões a pessoas físicas e jurídicas somaram R\$ 699,8 bilhões em fevereiro, na série que considera os ajustes sazonais. Isso representou uma queda de 0,5% na comparação com janeiro, segundo os dados do Banco Central.

"O resultado reflete o aperto das condições finan-

ceiras, com novo avanço dos juros bancários para pessoas físicas e aumento da inadimplência em ambas as carteiras", afirma a economista Isabela Tavares, da Tendências.

A especialista aponta que o spread (diferença entre o custo que as instituições financeiras pagam para captar recursos e os juros cobrados na ponta) no crédito ao consumidor subiu mais do que os juros. "Parte desse movimento reflete a piora da qualidade da carteira, com maior participação de modalidades de crédito emergenciais no último ano."

O chefe do departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, destacou ainda que, ao olhar o estoque, o ritmo de crescimento do crédito está em desaceleração em qualquer uma das métricas observadas pela autoridade monetária (pessoas físicas, pessoas jurídicas, crédito livre ou crédito direcionado).

As modalidades de crédito com maior alta na taxa de juros foram cheque especial (7,8% ao mês) e cartão de crédito rotativo (15% ao mês).

IstoÉDinheiro



DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



Construtora Anastácio S.A.					
CNPJ nº 43.438.001/0001-25 - NIRE 35300483618					
RERRATIFICAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos Reais)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS					
	Saldo em:	Saldo em:		Saldo em:	Saldo em:
ATIVO	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	52.172.530,23 D	59.005.078,02 D	Passivo	52.172.530,23 C	59.005.078,02 C
Ativo circulante	19.942.096,03 D	28.858.133,89 D	Passivo circulante	12.728.627,60 C	4.144.035,99 C
Disponibilidades	13.001.026,50 D	24.079.293,24 D	Exigível a curto prazo	12.728.627,60 C	4.144.035,99 C
Bens numerários	5.466,84 D	1.571,99 D	Fornecedores	98.480,60 C	308.285,24 C
Bancos	4.331.746,72 D	1.359.339,43 D	Fornecedores analiticamente	9.431.092,77 C	631.663,76 C
Aplicações financeiras	8.663.812,94 D	22.718.381,82 D	Obrigações tributárias – federais	1.808.731,71 C	2.088.261,00 C
Realizável a curto prazo	6.941.069,53 D	4.778.840,65 D	C.S.L.L – a pagar	823.171,92 C	862.930,73 C
Clientes	6.626.366,71 D	4.530.039,35 D	Cofins – a pagar	809.757,26 C	243.153,15 C
Outros créditos	–	211.994,94 D	I.R.P.J – a pagar	–	929.493,94 C
Impostos retidos	314.702,82 D	30.878,29 C	P.I.S – a pagar	175.802,53 C	52.683,18 C
Impostos a recuperar	–	67.684,65 D	Obrigações tributárias – municipais	3.137,57 C	3.863,83 C
Realizável a longo prazo	2.186.002,81 D	918.455,94 D	I.S.S – a pagar sob nf serviços tomados	3.137,57 C	3.863,83 C
Valores a recuperar a longo prazo	2.186.002,81 D	918.455,94 D	Obrigações sociais	751.917,99 C	549.559,80 C
Depósitos e cauções	1.874.002,81 D	606.455,94 D	Férias – a pagar	35.655,23 C	–
Créditos e valores	312.000,00 D	312.000,00 D	Indenizações trabalhistas – a pagar	42.809,60 C	–
Ativo permanente	30.044.431,39 D	29.228.488,19 D	Pensão alimentícia – a pagar	8.635,75 C	11.938,80 C
Investimentos	10.144.423,13 D	8.845.830,03 D	Retirada de pro-labore – a pagar	8.157,41 C	2.512,00 C
Outros investimentos	10.144.423,13 D	8.845.830,03 D	Salário funcionários – a pagar	656.660,00 C	535.109,00 C
Ativo imobilizado	19.900.008,26 D	20.382.658,16 D	Obrigações tributárias – sociais	448.595,57 C	460.932,14 C
Equipamentos	4.087.230,52 D	3.949.130,52 D	F.G.T.S sob salário – a pagar	120.388,19 C	103.521,88 C
Maquinas e veículos	57.593.723,04 D	46.662.836,24 D	I.N.S.S sob salário – a pagar	324.645,32 C	357.410,26 C
Informática	109.547,87 D	109.547,87 D	Contribuição sindical empregados	3.562,06 C	0,00
Moveis e utensílios	63.941,40 D	63.941,40 D	Provisões	186.671,39 C	101.470,22 C
Depreciação acumulada equipamentos	2.186.340,88 C	1.770.347,30 C	Provisão – 13º salário	79.233,25 C	–
Depreciação acumulada maquinas e veiculo	39.600.148,46 C	28.468.072,72 C	Provisão – férias	107.438,14 C	101.470,22 C
Depreciação acumulada de informática	104.003,83 C	100.436,45 C	Passivo exigível a longo prazo	–	168.397,92 C
Depreciação acumulada moveis e utensilio	63.941,40 C	63.941,40 C	Valores exigíveis a longo prazo	–	168.397,92 C
Total do ativo	52.172.530,23 D	59.005.078,02 D	Empréstimos de Sócios	7.500.000,00C	–
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			Angelo Elias Santos	7.500.000,00C	–
	Saldo em:	Saldo em:	Financiamentos e adiantamentos	–	137.000,00 C
Receitas	31/12/2025	31/12/2024	Adiantamentos de clientes	–	137.000,00 C
Receitas			Parcelamentos	–	31.397,92 C
Receita operacional bruta			Parcelamento – IRPJ	–	16.110,78 C
Receita mercado interno			Parcelamento – CSLL	–	15.287,14 C
A vista	1.384,86 C	0,00	Patrimônio líquido	31.943.902,63 C	54.692.644,11 C
A prazo	128.761.150,53 C	128.471.205,76 C	Capital próprio	8.000.000,00 C	8.000.000,00 C
Receita mercado interno	128.762.535,39 C	128.471.205,76 C	Capital social integralizado	8.000.000,00 C	8.000.000,00 C
Deduções das receitas			Capital subscrito	8.000.000,00 C	8.000.000,00 C
Deduções e abatimentos dos serviços			Reservas	23.943.902,63 C	46.692.644,11 C
Deduções e abatimentos	18.348.528,24 D	28.802.015,38 D	Lucros ou prejuízos acumulados	63.834.634,21 C	83.420.563,19 C
Deduções e abatimentos dos serviços	18.348.528,24 D	28.802.015,38 D	Adiantamento de lucro aos sócios	17.970.731,58 D	18.527.919,08 D
Total de receitas	110.414.007,15 C	99.669.190,38 C	Adiantamento de lucro aos usufrutuários	21.920.000,00 D	18.200.000,00 D
(=) Receita líquida	110.414.007,15 C	99.669.190,38 C	Total do passivo e patrimônio líquido	52.172.530,23 C	59.005.078,02 C
Custos			Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025 conforme documentação apresentada.		
Custos técnicos				Saldo em:	Saldo em:
Custo dos serviços prestados			Despesas não operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Deduções e abatimentos das compras	4.650.654,18 C	12.840,15 C	Despesas operacionais	1.965.372,34 D	1.275.969,86 D
Locação de equipamentos	38.386.476,66 D	0,00	Provisões para IRPJ e CSLL	48.374.115,10 D	46.917.150,09 D
Mão-de-obra de terceiros	2.352.472,91 D	2.850.805,80 D	Imposto de renda		
Custo dos serviços prestados	36.088.295,39 D	2.837.965,65 D	Provisão para imposto de renda	6.471.298,94 D	0,00
Total de custos	36.088.295,39 D	2.837.965,65 D	Provisão da contribuição social	2.338.307,62 D	0,00
(=) Lucro bruto	74.325.711,76 C	96.831.224,73 C	Imposto de renda	8.809.606,56 D	0,00
Despesas			Total de despesas	57.183.721,66 D	46.917.150,09 D
Despesas operacionais			(=) Lucro operacional	17.141.990,10 C	49.914.074,64 C
Despesas comerciais / administrativas	21.742.926,57 D	19.268.104,09 D	Resultado financeiro:		
Despesas tributárias – federais	.302,33 D	100,00 D	Outras receitas/despesas:		
Despesas tributárias – estaduais	602.057,15 D	540.674,43 D	(=) Lucro antes dos impostos, participação e contribuições	17.141.990,10 C	49.914.074,64 C
Despesas tributárias – municipais	207.830,92 D	2.085.871,81 D	Provisão de impostos:		
Despesas sociais	15.603.187,09 D	14.060.573,62 D	Participações e contribuições:		
Despesas tributárias – sociais	5.974.662,90 D	5.011.290,79 D	(=) Total do lucro do período:	17.141.990,10 C	49.914.074,64 C
Despesas financeiras	26.034,00 D	332.002,05 D	Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2025 conforme documentação apresentada.		
Depreciação	7.845.666,85 D	7.150.806,31 D			
Receitas não operacionais	5.616.925,05 C	2.808.242,87 C			
DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
	Capital Realizado		1 – Receitas	2025	2024
	Atualizado		1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	128.762.535,39	128.471.205,76
	Lucros		1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – reversão/ (constituição)	–	–
	Capital Subscrito	Acumulados	1.3) Não operacionais	–	–
Saldos em 31/12/2024	8.000.000,00	46.692.644,11	2 – Insumos adquiridos de terceiros (Inclui ICMS, IPI, PIS)		
Lucro líquido do exercício		17.141.990,10	2.1) Matérias–primas consumidas	–	–
Dividendos		(32.390.731,58)	2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	(36.088.295,39)	(2.837.965,65)
Saldos em 31/12/2025	8.000.000,00	31.443.902,63	2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(21.742.926,57)	(19.268.104,09)
Reserva de Lucros:			2.4) Perda/recuperação de valores ativos	–	–
	Lucros a Realizar	Soma	3 – Valor adicionado bruto	70.931.313,43	106.365.136,02
Saldos em 31/12/2024	46.692.644,11	46.692.644,11	4 – Retenções		
Reversão para lucros acumulados	17.141.990,10	17.141.990,10	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(7.845.666,85)	(7.150.806,31)
Destinação de parte do lucro líquido	(32.390.731,58)	(32.390.731,58)	4.2) Despesas financeiras	(1.991.406,34)	(1.607.971,91)
Saldos em 31/12/2025	31.443.902,63	31.443.902,63	5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade	61.094.240,24	97.606.357,80
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO			6 – Valor adicionado recebido em transferência		
	2025	2024	6.1) Resultado de equivalência patrimonial	–	–
1 – Das atividades operacionais			6.2) Receitas financeiras	5.616.925,05	2.808.242,87
A) recebimento de clientes:			7 – Valor adicionado total a distribuir	66.711.165,29	100.414.600,67
(+) Saldo final de clientes (ano anterior)	4.530.039,35	6.724.615,14	8 – Distribuição do valor adicionado		
(+) Vendas (ano atual)	128.762.535,39	128.471.205,76	8.1) Pessoal e encargos	21.577.849,99	32%
(–) Saldo final de clientes (ano atual)	6.626.366,71	4.530.039,35	8.2) Impostos, taxas e contribuições	27.991.325,20	42%
(=) Total de recebimento de clientes	126.666.208,03	130.665.781,55	8.3) Juros e aluguéis	–	–
B) pagamento de fornecedores:			8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	–	–
(+) Saldo final de fornecedores (ano anterior)	(939.949,00)	(5.846.906,35)	8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	17.141.990,10	26%
(–) Saldo final de fornecedores (ano atual)	(9.529.573,37)	(939.949,00)	Valor adicionado distribuído	66.711.165,29	100%
(=) Total de pagamento a fornecedores	8.589.624,37	(4.906.957,35)			
C) pagamentos diversos:					
Pagamento de IRPJ/CSLL (ano anterior)	(1.792.424,67)	(1.792.424,67)			
Impostos sobre as vendas	(18.348.528,24)	(28.802.015,38)			
Despesas administrativas, vendas e gerais	(21.742.926,57)	(19.268.104,09)			
Despesas financeiras	26.034,00	(332.002,05)			
(=) Total de pagamentos diversos	(41.909.913,48)	(50.194.546,19)			
Total das atividades operacionais	93.345.918,92	75.564.278,01			
2 – Das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	(11.210.986,50)	(9.115.999,24)			
Total das atividades de investimentos	(11.210.986,50)	(9.115.999,24)			
3 – Das atividades de financiamentos					
Total das atividades de financiamentos	–	–			
(1+2+3) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	82.134.932,42	66.448.278,77			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	–	–			
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	–	–			
NOTAS EXPLICATIVAS					
A Sociedade Construtora Anastácio S.A. registrada na JUCESP sob Nº 35.300.483.618 em sessão de 20/10/2015 vem através desta explanar as seguintes observações : A sociedade conseguiu se manter em plena atividade durante esses dois últimos anos e apresentou um crescimento muito favorável e um aumento em seu faturamento no ano passado devido a celebração de novos contratos e a formação de novos consórcios em Licitações Públicas Municipais , e ainda manteve-se estável durante todo o exercício com suas finanças equilibradas e suas despesas operacionais e pessoais controladas através de uma excelente gestão administrativa, pois no decorrer desse período houve alterações no quadro societário conforme acordo familiar, onde o acionista Angelo Elias Santos foi constituído Presidente da Empresa. Pois a empresa conseguiu apresentar seus principais índices econômicos - financeiros dentro das médias aceitáveis para atender todos os requisitos exigíveis em licitações e concorrências Públicas.					
Angelo Elias Santos – Diretor Presidente			Josias Merchan de Santana - Contador - TC/CRC: 1SP137805/O-0		

Para orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2026

Convocamos os Senhores Acionistas do **Grupo Toky S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2546-1 (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022, a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital “Ten Meetings” (“**Plataforma Digital**”), sendo admitido, ainda, o envio de boletins de voto à distância (“**Boletins de Voto**”), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas (“**Assembleia Geral**”), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes da Companhia; (ii) o relatório da administração e a aprovação, com reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) condicionado à rejeição da matéria indicada no item (ii) acima, o relatório da administração e aprovação, sem reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iv) ratificação da eleição do Sr. Leonardo Gasparin como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (v) ratificação da eleição do Sr. Felipe Fonseca Pereira como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (vi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo Estratégia Fundo de Investimento Financeiro (“**Quartzo**”), deliberar sobre a destituição do Sr. Marcelo Rodrigues Marques do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (vii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Victor Pereira Noda do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (viii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ix) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Daniel Vinícius Alberini Schrickte do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (x) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Leonardo Gasparin do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Felipe Fonseca Pereira do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xii) em caso de rejeição de todas as propostas de destituição membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 6 (seis) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiii) em caso de aprovação da destituição de um membro do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiv) em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xv) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de um novo membro para o Conselho de Administração para cumprir o prazo unificado de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xvi) em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028; e (xvii) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de novos membros para o Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social da Companhia; (iii) alterar o caput do artigo 5º, do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), para refletir: (a) os aumentos de capital social da Companhia aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14 de novembro de 2025 e 30 de dezembro de 2025; e (b) o grupamento de ações, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (ii) acima, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social; **Informações e Instruções Gerais:** A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, sendo admitido, ainda, o envio de Boletim de Voto. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral serão considerados presentes à Assembleia Geral, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81/2022. *Participação por meio da Plataforma Digital:* Os acionistas que desejarem participar na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, **com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia Geral (ou seja, até o dia 28 de abril de 2026, inclusive) (“Cadastro”)**. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia Geral: (a) comprovante expedido pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, a saber o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (“**Escriturador**”) ou, em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso aplicável, o instrumento de mandato; e, ainda, (c) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) **para acionista pessoa física:** cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) **para acionista pessoa jurídica:** cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do acionista ou procurador do acionista, conforme o caso; e (3) **para acionista fundo de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do fundo de investimento ou procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) para realização do Cadastro. Caso o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail <ri@mobly.com.br>, até às 18:00 horas do dia 29 de abril de 2026, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não efetuarem o Cadastro, que não completarem o Cadastro com a apresentação da integralidade da documentação requerida e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. **Acionistas representados por procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral. Para participação por meio de procurador, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei 10.406/2002 (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima. *Participação por meio de Boletim de Voto:* Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81/2022 e as instruções descritas na Proposta da Administração, os acionistas poderão exercer o seu respectivo direito de voto na Assembleia Geral por meio do preenchimento e entrega de Boletim de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, que contemplará a transmissão de suas respectivas instruções de voto com relação às matérias constantes da ordem do dia, (i) diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, mediante a realização do Cadastro; (ii) ao Escriturador, caso as ações não estejam depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”); (iii) caso as ações estejam depositadas na B3, às respectivas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia de tais ações; ou (iv) caso as ações estejam depositadas na B3, à Central Depositária da B3. **Em qualquer das hipóteses acima, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia Geral (isto é, até o dia 26 de abril de 2026). Eventuais Boletins de Voto recepcionados após a data acima indicada serão desconsiderados. Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação às matérias da ordem do dia, incluindo a proposta do acionista Quartzo, e, ainda, este edital de convocação, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Na hipótese de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração e, consequentemente, de deliberação sobre a eleição da totalidade dos membros do órgão, nos termos das matérias constantes dos itens (xvi) e (xvii) da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a referida eleição será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81/2022 e da Resolução CVM 80/2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do art. 3º da Resolução CVM 70/2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal faculdade. Nos termos do artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações. Caso, por ocasião da Assembleia Geral, não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto ficará sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. São Paulo, 31 de março de 2026. **Marcelo Rodrigues Marques** – Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

CNPJ/MF nº 55.198.181/0001-02 – NIRE 35300647807

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de Fevereiro de 2026

Data, Hora e Local: Em 20/02/2026, às 10 hs, na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças:** Dispensada, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Marco Antonio Salvini; e Secretário: Nei Moreira Junior. **Deliberações:** Iniciada a reunião, foi dada a palavra ao Sr. José Roberto de Jesus Pinheiro, que fez a apresentação acerca da necessidade de formalização do Termo Aditivo ao Contrato ENG 057-0/2025, com efeitos retroativos, cujo objeto consistia na prestação de serviços de implementação, reparo e adequação da Sinalização Horizontal viária para adequá-los aos padrões e especificações vigentes no Programa Inicial (PI) da Concessionária. Foi esclarecido que os quantitativos originais foram baseados em levantamentos de retrorrefletância de 2024, os quais previam o fornecimento de 53.032 tachas, prevendo o reaproveitamento parcial das tachas existentes e a pintura integral da rodovia. Todavia, em virtude da ampliação das intervenções no pavimento e a precariedade do material preexistente implantado pelo DER/SP, foi necessária a remoção de 29.782 tachas que estavam fora dos padrões técnicos que não estavam previstas no escopo inicial da contratação e, a desmobilização comprometeria o cumprimento do Programa Inicial (PI), bem como acarretaria aplicação de penalidades à Companhia. Diante disso, foi reconhecida a necessidade de manutenção dos serviços de fornecimento da sinalização por período adicional de 32 dias, concluídos até 31/01/2026 e um acréscimo de R\$ 1.694.236,31 ao valor originalmente contratado, de modo a assegurar a regular execução do projeto. Destacou que foi observada a manutenção das condições iniciais de contratação e que, em virtude, do processo anterior ser recente, mantinham-se as vantagens comerciais e técnicas da contratação originária. Reforçou que esta deliberação se faz necessária em virtude de a CLD ser Parte Relacionada, lembrando que se trata de sociedade controlada da Companhia. Razão pela qual o Sr. Labib Faur Auad, representante da CLD, declarou-se impedido, não tendo feito uso da palavra durante as discussões e abstendo-se de participar da deliberação. Os membros do Conselho de Administração debateram o tema, além de esclarecerem suas dúvidas. Ao final, os Conselheiros aptos a votar, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram a formalização do Termo Aditivo com efeitos retroativos a partir de 30/12/2025, com o objetivo de regularizar o período adicional de execução dos serviços e possibilitar a formalização das medições correspondentes. O aditivo contempla, especificamente a prorrogação do prazo de conclusão do objeto contratual para 32 dias e a ampliação do valor global do contrato para R\$ 8.113.694,60, para atendimento ao Programa Inicial previsto no Contrato de Concessão firmado pela Companhia com o Governo do Estado de São Paulo. Por fim, reiteraram que a aprovação é condicionada à celebração de Termo Aditivo formal e escrito, seguindo os critérios previstos na Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. Santos, 20/02/2026. Jucesp.nº 100.534/26-0 em 27/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130 – CVM 24112 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a Ser realizada em 30 de abril de 2026

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Azul S.A. (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia **30 de abril de 2026, às 16h00**, de forma exclusivamente digital, por meio de participação pelo sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings (“**Plataforma Digital**”), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias, da ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal; (2) Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (3) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. O quórum necessário para a instalação da AGO é de 1/4 (um quarto) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGO em segunda convocação. A AGO realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da LSA, as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGO. Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal se encerra na data da presente AGO, em cumprimento ao artigo 5º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“**RCVM 81**”), e nos termos do artigo 161 da LSA, combinado com o artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações ordinárias solicitar a instalação do Conselho Fiscal. **Instruções Gerais.** Nos termos do artigo 126 da LSA, os acionistas titulares de ações escriturais mantidas junto à Itau Corretora de Valores S.A. (“**Itaú**”) ou à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) poderão participar da AGO: (i) pessoalmente ou por seus representantes legais; ou (ii) por procuradores devidamente constituídos, em qualquer caso, de forma digital. As procurações deverão ser outorgadas em conformidade com o artigo 126 da LSA. As diretrizes sobre a documentação exigida, conforme o caso, estão resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGO. **Participação.** Acionistas que desejem participar da AGO deverão efetuar o seu cadastro na Plataforma Digital até **28 de abril de 2026 (inclusive)**, em conformidade com a RCVM 81, observando as etapas abaixo: (i) Acessar o seguinte endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/719275915>; (ii) Realizar o cadastro no endereço eletrônico acima, criando login e senha únicos, e enviar a documentação exigida indicada abaixo; (iii) Caso a Plataforma Digital indique pendências de informações ou documentos, providenciar as complementações solicitadas; e (iv) Uma vez aprovado o cadastro, acessar o mesmo endereço eletrônico na data e horário agendados para a AGO. Recomenda-se acessar a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, uma vez que não será permitida a entrada após o início da AGO. O acionista deverá apresentar os seguintes documentos: (i) **se pessoa física:** documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável; (ii) **se pessoa jurídica:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e (iii) **se fundo de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais. Após a análise da solicitação, os acionistas com cadastro devidamente regularizado receberão e-mail de confirmação de aprovação do cadastro. Caso o acionista não receba o e-mail de confirmação em até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail invest@voeazul.com.br. **Boletim de Voto a Distância.** Os acionistas poderão exercer seu direito de voto na AGO por meio de boletim de voto a distância (“**Boletim**” ou “**BVD**”), nos termos da RCVM 81. O Boletim será disponibilizado pela Companhia na Plataforma Digital, em seu website de Relações com Investidores (<https://ri.voeazul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>). Os acionistas que optarem por exercer o voto a distância poderão: (i) preencher o Boletim, nos termos das instruções abaixo, e submetê-lo diretamente à Companhia por meio da Plataforma Digital conforme instruções contidas abaixo; (ii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, de acordo com os seus procedimentos e documentação exigida; (iii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto à instituição custodiante, que as enviará à Central Depositária da B3, observados seus procedimentos e documentação exigida; ou (iv) caso detenham ações de emissão da Companhia mantidas na escrituração do escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú, encaminhar as instruções de voto ao Itaú, em conformidade com seus procedimentos e documentação exigida. Nos termos do artigo 27 da RCVM 81, o prazo limite para recebimento do BVD diretamente pela Companhia ou por prestadores de serviços habilitados à coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é **26 de abril de 2026 (inclusive)**. Os BVDs recebidos após essa data não serão considerados válidos para o cômputo de votos. As diretrizes detalhadas para o exercício do direito de voto por meio do Boletim estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGO. A Proposta da Administração, contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGO e dos procedimentos para participação, encontra-se disponível na sede da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (<https://ri.voeazul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm>), da B3 (<https://www.b3.com.br>) e da U.S. Securities and Exchange Commission – SEC (<https://www.sec.gov>), nos termos do artigo 124, § 6º, e do artigo 135, § 3º, da LSA e do artigo 7º da RCVM 81. Barueri/SP, 31 de março de 2026. **David Gary Neeleman** – Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/03/2026

Data, Hora e Local: Em 16/03/2026, às 10hs, na sede social. **Convocação e Quórum:** Dispensada a convocação. Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Sergio Zimerman; Secretário, Sr. Paulo Urbano Nassar. **Deliberações aprovadas:** (i) o Cancelamento de Registro, o qual está sujeito ao deferimento pela CVM; e (ii) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, incluindo para tanto, sem limitação, a submissão do pedido de Cancelamento de Registro à CVM. **Lavratura da Ata.** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A. Nada mais. São Paulo, 16/03/2026. JUCESP nº 144.588/26-2 em 26/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

VR

<

PUBLICIDADE LEGAL

PCRLog S.A. CNPJ/MF nº 48.275.684/0001-60									
Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrativo da Mutações do Patrimônio Líquido levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)				
					Capital Social	Provisão Dividendos	Retenção de Lucros	Patrimônio Líquido	
Total do Ativo Circulante					100	-	30	130	
Caixa e equivalentes de caixa					-	-	30	30	
Contas a receber					-	-	30	160	
Impostos a recuperar					-	-	2.030	2.030	
Depósitos e valores caucionados/Outros					-	-	2.060	2.190	
Total do Ativo Não Circulante					100	-	-	-	
Imobilizado					-	-	-	-	
Total do Ativo					200	-	-	-	
Total do Passivo Circulante					100	-	-	-	
Fornecedores					-	-	-	-	
Impostos e contribuições a recolher					-	-	-	-	
Salários e obrigações sociais					-	-	-	-	
Outras contas a pagar					-	-	-	-	
Total do Passivo Não Circulante					100	-	-	-	
Mutuos controladas e coligadas					-	-	-	-	
Patrimônio Líquido					100	-	-	-	
Capital social					-	-	-	-	
Lucros acumulados					-	-	-	-	
Total do Passivo					200	-	-	-	
Notas Explicativas levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)									
1. Contexto Operacional – A PCRLOG. (“PCRLOG” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado subsidiaria da empresa Pacer Logística S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rodovia Anhanguera, S/N, KM15 galpão 3 localizado na cidade de São Paulo -SP, atualmente com a operação principal de Transporte de Cargas e Armazenagem. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas no pressuposto à continuidade normal das suas atividades, não contemplando nenhum ajuste nos ativos e passivos que seriam aplicáveis caso a Companhia estivesse em situação de paralisação. Caixa e Equivalentes de caixa: São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. A PCRLOG classifica como equivalentes de caixa aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa, que podem ser imediatamente convertidas em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme determina a Resolução do CMN nº 3.604/08 e Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC – TG 03) dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco									
insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação. Patrimônio Líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 100.000,00, representado por 1.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Distribuição de lucros: A distribuição de lucro deve respeitar os pontos estabelecidos a seguir: (a) – 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) – 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios; (c) -No exercício em que os lucros a realizar ultrapassarem o total do lucro líquido deduzindo das parcelas previstas pelos artigos 193 a196 da Lei Federal nº 6.404/76 a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração destinar o excesso a constituição de reserva de lucro a realizar. (d) – O saldo remanescente,									
após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Para o ano de 2025 não houve distribuição de dividendos.									
Demonstrativo do Resultado levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)					Fluxo de Caixa Metodo Indireto levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)				
					2025	2024	2025	2024	
Receita Operacional Bruta					21.634	665	2.030	30	
Transporte de cargas					-	473	1	-	
Serviço de transporte intermunicipal					285	42	-	-	
Serviço armazenagem e depósito de mercadorias					2.183	150	107	-	
Serviços de Fretes – CT-e					19.163	-	-	-	
Serviços Prestados – Mercado Interno					4	-	-	-	
Deduções					(3.696)	(126)	2.138	30	
Impostos sobre os serviços prestados					(3.696)	(126)	(4.065)	(1)	
Devoluções					-	-	(14)	-	
Receita Operacional Líquida					17.938	538	(450)	-	
Custo dos serviços prestados					(14.064)	(456)	(8.827)	-	
Lucro Bruto					3.874	82	-	-	
Despesas Operacionais					-640	(42)	-	-	
Administrativas e gerais					(644)	(36)	2.786	(60)	
Resultado financeiro líquido					(83)	(6)	449	48	
Outras receitas/despesas					86	-	(10)	-	
Prejuízo antes de IR e CSLL					3.234	40	2.556	-	
Imposto de renda e contribuição social					(1.204)	(10)	-	-	
Lucro de exercício					2.030	30	-	-	
EBITDA					18%	9%	6.972	(134)	
							(603)	(147)	
							26	-	
							26	-	
							1.510	(117)	
							257	373	
							1.766	257	
							1.510	(117)	
Diretoria					Contador				
Alexandre Bichara Caldas Diretor Presidente					José Neves de Santana Neto CRC TC 1SP 125.609/O-0				
Luciano Guedes de Mello Costa Diretor Vice-Presidente									
Alexandre Galvão de Almeida Diretor Operacional									

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,2347 / R\$ 5,2353 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,2439 / R\$ 5,2459 *
Turismo - R\$ 5,2745 /
R\$ 5,4545
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: +0,14%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +0,53%
Pontos: 182.514
Volume financeiro:
R\$ 25,626 bilhões
Maiores altas: WEG ON
(+3,46%), Brava ON
(+2,97%), Petrorecon-
cavo ON (+2,72%)
Maiores baixas: Renner
ON (-4,70%), C&A ON
(-4,33%), Vamos ON
(-3,71%)

S&P 500 (Nova York):
-0,39%
Dow Jones (Nova York):
0,11%
Nasdaq (Nova York):
-0,73%

CAC 40 (Paris): 0,92%
Dax 30 (Frankfurt):
1,18%

Financial 100 (Lon-
dres): 1,61%
Nikkei 225 (Tóquio):
-2,79%

Hang Seng (Hong
Kong): -0,81%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,24%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): -0,24%
Merval (Buenos Aires):
2,57%
IPC (México): 0,6%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%

Pacer Logística S.A.									
CNPJ/MF nº 12.621.274/0001-87									
Balanço Patrimonial					Demonstrativo da Mutações do Patrimônio Líquido levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)				
levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)					Capital Social	Provisão Dividendos	Retenção de Lucros	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido Consolidado
					2025	2024	2025	2024	
Controladora					2025	2024	2025	2024	
Consolidado					2025	2024	2025	2024	
2025					2024	2025	2024	2025	2024
Total do Ativo Circulante					24.968	15.777	31.281	16.046	
Caixa e equivalentes de caixa					296	2.512	2.062	2.768	
Contas a receber					13.958	10.221	18.031	10.229	
Estoques de terceiros					7.304	2.689	7.304	2.689	
Impostos a recuperar					262	-	716	3	
Depósitos e valores caucionados/Outros					3.148	356	3.168	356	
Total do Ativo Não Circulante					14.932	15.805	5.753	15.664	
Impostos diferidos					4.469	4.469	4.469	4.469	
Investimentos					2.211	100	21	-	
Contas a receber					367	370	367	370	
Emprestimo surcusal					7.013	41	-	-	
Imobilizado					255	308	279	308	
Intangível					536	10.517	536	10.517	
Depósito/Bloqueio Judicial					81	-	81	-	
Total do Ativo					39.900	31.582	37.034	31.709	
Controladora					2025	2024	2025	2024	
Consolidado					2025	2024	2025	2024	
2025					2024	2025	2024	2025	2024
Total do Passivo Circulante					78.435	74.698	84.390	74.765	
Fornecedores					47.138	46.646	49.937	46.658	
Parcelamentos a recolher					14.464	16.152	14.464	16.152	
Impostos e contribuições a recolher					4.122	3.977	4.625	4.031	
Salários e obrigações sociais					3.621	4.423	3.718	4.423	
Adiantamentos clientes					1.142	-	1.143	-	
Estoques de terceiros					7.305	2.689	7.304	2.689	
Outras contas a pagar					643	812	3.199	812	
Total do Passivo Não Circulante					9.550	729	729	729	
Mutuos controladas e coligadas					8.821	-	-	-	
Outras provisões					729	729	729	729	
Patrimônio Líquido					(48.085)	(43.845)	(48.085)	(43.785)	
Capital social					1.000	1.000	1.000	1.000	
Prejuízo acumulado					(49.085)	(44.845)	(49.085)	(44.785)	
Total do Passivo					39.900	31.582	37.034	31.709	
Notas Explicativas									
levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)									
1. Contexto Operacional – A Pacer Logística S.A. – Em Recuperação Judicial (“Pacer” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com sede na Rodovia Anhanguera, S/N, KM15 galpão 3 localizado na cidade de São Paulo -SP, atualmente com a operação principal de Transporte de Cargas e Armazenagem. Plano de recuperação judicial: Em 2025, a Pacer continua em operação de transportes e armazenagem e outros serviços de logística após ajustes legais, estruturais, operacionais e comerciais, e vem cumprindo em todas as suas premissas o plano de recuperação e continua a apresentar mensalmente os resultados obtidos. Continua também com diversas ações que buscam melhoria contínua de resultados essenciais para a continuidade do negócio. Estoque de Terceiros: São representados por estoques de nossos clientes que visam atender a operações de Assistência Técnica junto a terceiros. Intangível: Esse ativo intangível foi gerado internamente, utilizando-se como base o disposto no NBC GT 04 Correlato as Normas Internacionais de Contabilidade – CPC 04. Dada a devida observância da norma, desenvolveu-se o estudo em favor das despesas transcorridas pela Pacer na efetiva produção dos Projetos o qual se provou a real adequação a cada pré-requisito, requisito formal e pós-requisito requerido pela norma, sendo assim, procedeu-se a correta classificação dos mesmos ao Ativo Intangível da empresa. Os estudos envolveram as teses apresentadas, os documentos oficiais, a perspectiva futura de retorno e a análise do tempo de maturação de cada um dos									
projetos. Por essas premissas foi reconhecido o devido método de amortização deste Ativo Intangível e reconhecimento da mesma. Os custos que não se adequavam as premissas foram alocados no resultado para não afetação dos resultados deste parecer. Dada a conclusão do estudo, mostrando-se observadas todas as adequações necessárias e embasamentos encontrados, atesta-se que mediante ao apresentado pela administração, os Projetos contabilizados se adequam à norma e podem seguir as instruções evidenciadas pela mesma. Parcelamento de Impostos: A Pacer vem cumprindo com pagamentos dos parcelamentos dos impostos efetuados em 2024. I – Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000.000,00, representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. II- Distribuição de lucros: A distribuição de lucro deve respeitar os pontos estabelecidos a seguir: (a) – 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) – 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios; (c) -No exercício em que os lucros a realizar ultrapassarem o total do lucro líquido deduzindo das parcelas previstas pelos artigos 193 a196 da Lei Federal nº 6.404/76 a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração destinar o excesso a constituição de reserva de lucro a realizar. (d) – O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Para o ano de 2025 não houve distribuição de dividendos. Considerações finais: Ressalta-se que o processo de recuperação judicial vem permitindo a manutenção dos empregos e a prestação de serviços a nossos clientes e o interesse									
dos credores foram discutidos e garantidos através de assembleia dentro do processo de recuperação judicial, o qual foi apresentado um plano de pagamento, e que vem sendo cumprido. sendo assim, a companhia está confiante na melhor resolução para coloca-la de volta ao crescimento.									
Diretoria									
Alexandre Bichara Caldas – Diretor Presidente			Luciano Guedes de Mello Costa – Diretor Vice-Presidente			Alexandre Galvão de Almeida – Diretor Operacional			
Conselho de Administração									
Alexandre Bichara Caldas – Diretor Presidente			Alexandre Galvão de Almeida – Conselheiro			Sandra Maria Ribeiro Vasques – Conselheira			
Contador									
José Neves de Santana – CRC: ISP 126.609/O-0									

PUBLICIDADE LEGAL

Zetta Infraestrutura e Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 07.696.380/0001-43 - NIRE 35.300.449.894

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de Março de 2026.

Data, Hora e Local: No dia 17/03/2026, às 11 hs, na sede social. **Convocação:** Convocação dispensada face ao comparecimento U2S Participações Ltda., única acionista da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. (“Anexo I”). **Mesa:** Presidente: Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto. Secretário: Renata Lucarello. **Deliberações:** (i) a renúncia do cargo de Diretor sem designação específica, do Sr. Rafael Henrique Guerra, brasileiro, R.G. 34879200 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 313.425.178-73, (Anexo II); (ii) a eleição do Sr. Augusto César Ferreira e Uzeda, RG nº 124699049-SSP/BA, CPF nº 262.320.815-87; (iii) alteração do cargo de Diretor Presidente para Diretor sem designação específica do Sr. Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto, RG nº 0504575430 SSP-BA, CPF sob o nº 887.751.355-15.; (iv) diante da alteração de cargo de Diretoria, aprova-se o reinício do mandato do Sr. Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto, acima qualificado, na Diretoria, conforme termo de posse em anexo (Anexo III); (v) alteração do Art. 9º e § 1º do Estatuto, que passará a vigorar com a presente redação: Artigo 9º - A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo dois e no máximo cinco diretores, sendo 1 (do) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º O mandato da Diretoria será de 03 anos, permitida a reeleição (vi) consolidação do Estatuto, considerando a alteração acima (Anexo IV). **Ata Em Forma de Sumário:** Foi autorizada pela Assembleia Geral a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a trata. **Estatuto Social - Capítulo I Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto** - Artigo 1º - A Zetta Infraestrutura e Participações S.A., é uma sociedade anônima que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, empresárias e não empresárias, como sócia, acionista ou quotista; e (ii) a exploração e execução de obras e serviços públicos, bem como o uso e a exploração de bens públicos em geral, mediante concessão, permissão, autorização ou parceria público-privada, em relação à administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal (iii) locação de mão de obra temporária; (iv) fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço; (v) serviços de estacionamento e guarda de veículos; (vi) serviços de remoção ou reboque de veículos; (vii) construção de edifícios; (viii) pesquisa de mercado e opinião pública; e (ix) consultoria em gestão empresarial Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Edifício Mykonos, conjunto 152, sala A, Vila Olímpia, São Paulo capital, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e Ações** - Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 70.728.193,00, divididas em 70.728.193,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Todas as ações da Companhia são nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, em instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. § 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º - Poderão ser emitidas, sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - A alteração deste Estatuto Social, na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações, não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando das ações de cada espécie ou classe de ações. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações, dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 6º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. Parágrafo Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 7º - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei no 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei no 6.404/76. Artigo 8º - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III - Da Administração** - Artigo 9º - A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo dois e no máximo cinco diretores, sendo 1 (do) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - O mandato da Diretoria será de 03 anos, permitida a reeleição. § 2º - A investidora dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por mandatários da companhia que vierem a constituir, e deverão ser especificados o que poderão praticar e a duração do mandato, sendo que, no caso de mandato judicial, poderá esse ser por prazo indeterminado. § 5º - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 10 - A Diretoria será representada por quaisquer de seus Diretores, que terão plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - Além das demais matérias submetidas à apreciação nos termos deste Estatuto, compete à diretoria: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, em Reunião de Diretoria; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; e c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral, em Reunião de Diretoria. § 2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. Havendo empate nas deliberações, o voto de qualidade será dado pelo Diretor Presidente. § 5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 11º - Os Diretores farão, isoladamente, a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 12º - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por qualquer Diretor, observado, quanto à nomeação de mandatários, o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados isoladamente por qualquer dos Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e o prazo certo de duração, que não poderá ser superior a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo IV - Assembleia Geral** - Artigo 13º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. § 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada na forma da lei, bem como por qualquer Diretor no exercício de suas funções, e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria de votos dos presentes na Assembleia Geral. § 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados, na sede social, com um dia de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Conselho Fiscal** - Artigo 14º - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros** - Artigo 15º - exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 16º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º - Atribuir-se-á, à Reserva para Investimentos, que não poderá exceder 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 17º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária, e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 18º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendo à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o § 1º do artigo. § 2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação** - Artigo 19º - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º - À Assembleia Geral, que deliberar sobre a liquidação, caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º - A Assembleia Geral poderá eleger o Conselho Fiscal para o período da liquidação. São Paulo (SP), 17/03/2026. Jucesp nº 139.646/26-7 em 26/03/2025. Marina Centrurion Dardani - Secretário Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Março de 2026.

1. Data, Local e Hora: Aos 09/03/2026, às 10h, na sede social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., localizada na cidade de Lins/SP, Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451 — Centro, Caixa Postal 844 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli - Presidente; Larissa Mardegan Ribeiro de Souza - Secretária. **4. Ordem do Dia:** (a) Encaminhar para deliberação em sede de Assembleia Geral Ordinária (AGO): (i) o exame das contas dos administradores, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Anuais, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, autorizando-se a publicação das Demonstrações Financeiras, nos termos da Lei, (ii) a proposta da Administração para o prejuízo do exercício social encerrado em 31/12/2025, (iii) proposta de ratificação da aprovação da remuneração dos administradores da Companhia realizada no exercício de 2025, (iv) Proposta de Remuneração dos Administradores para o exercício 2026 ad referendum da Assembleia Geral, e; (b) Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria. **5. Deliberações:** **5.1.** Aprovar o relatório da Administração e as Contas da Diretoria, nos termos do artigo 23, inciso X, do Estatuto Social, bem como encaminhar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025, conforme documentos a serem publicados em 10 de março de 2026, recomendando que tais documentos sejam aprovados. **5.2.** Aprovar a proposta de que o prejuízo do exercício findo em 31/12/2025, no montante de R\$ 25.846.172,98 seja destinado para prejuízos acumulados, nos termos do artigo 23º inciso IX, do Estatuto Social, ad referendum da Assembleia Geral, bem como encaminhar referida proposta à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **5.3.** Aprovar o encaminhamento para deliberação aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e recomendar a ratificação da aprovação da remuneração dos administradores da Companhia realizada no exercício de 2025, conforme demonstrações financeiras e prestação de contas. **5.4.** Aprovar o encaminhamento para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a proposta de remuneração global dos administradores para o exercício de 2026, no montante de até R\$ 4.968.747,00. **5.5.** Aprovar a reeleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, cujo mandato terá início em 28 de abril de 2026 e término na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2027. Sendo assim, a Diretoria Executiva continuará a ser composta pelos seguintes membros: (a) Sr. Roberto Paulo Hanke, RG nº 776.868-0 SSP/PR, CPF/MF nº 160.359.259-87, ocupando o cargo de Diretor Presidente e Relações com Investidores da Companhia. (b) Sr. Daniel Ramos Victorino, RG nº 7086385676 (SJS/RS), CPF/MF nº 006.153.940-60, ocupando o cargo de Diretor de Engenharia e Operações da Companhia e Responsável Técnico da Companhia, e, (c) Sr. José Garcia Neto, RG nº 40.342.691-1 SSP/SP, CPF/MF nº 358.746.798-63, ocupando o cargo de Diretor Administrativo - Financeiro da Companhia. **5.5.1.** Os Diretores ora reeleitos tomam posse de seus respectivos cargos, mediante assinatura do respectivo termo de posse, com declaração de desimpedimento, lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Conselho de Administração, arquivado na sede da Companhia, declarando, nos termos e para fins do artigo 53, IV do Decreto nº 1.800/96 e § 1º do artigo 147 da Lei das S.A., sob as penas da lei, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **5.6.** Por fim, o Conselho da Companhia autorizou que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratifique todos os atos já praticados para tais finalidades. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 09/03/2026. **Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente; **Luiz Fernando Wolff de Carvalho** - Conselheiro; **João Vilar Garcia** - Conselheiro; **Roberto Solheid da Costa de Carvalho** - Conselheiro; **Marcos Paulo Fernandes Pereira** - Conselheiro; **Larissa Mardegan Ribeiro de Souza** - Secretária. Jucesp nº 098.240/26-2 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

SIATT – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 23.483.206/0001-15 - NIRE 35.300.62628-1

Anúncio de Publicação de Documentos

Na qualidade de membro da Diretoria com poderes de representação da SIATT – Engenharia, Indústria e Comércio S.A., sociedade anônima fechada inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 23.483.206/0001-15, com sede na Rua Estácio José do Nascimento, nº 401, Jardim Limoeiro, CEP 12241-360, na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, CEP 12.241-360 (“Companhia”), nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, venho informar que encontram-se à disposição dos Acionistas da Companhia e dos membros do Conselho de Administração, para sua avaliação, os seguintes documentos: **(i)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(ii)** a cópia das demonstrações financeiras da Companhia; **(iii)** o relatório dos auditores independentes a respeito do resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025; Os documentos acima indicados serão publicados até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral, nos termos do artigo 133, §3º da Lei 6.404/76, e encaminhados aos Acionistas e aos membros do Conselho de Administração via e-mail na mesma data. São José dos Campos - SP, 30 de março de 2026. **Antonio Rogerio Prattes Salvador** - Diretor Representante da Companhia/ Chief Executive Officer

Palmerio Administração de Bens Ltda.

CNPJ nº. 61.348.742/0001-05 - NIRE nº. 352.672.060.11

Ata de Reunião dos Sócios realizada em 26 de Março de 2026

São Paulo, **26 de Março de 2026, às 10h**, reuniram-se na sede social da “**Palmerio Administração de Bens Ltda**”, com sede na Rua Carneiro Leão, 695 – Mooca – São Paulo/SP – CEP: 03102-050, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.348.742/0001-05, devidamente registrada na JUCESP sob NIRE nº. 35267206011 em sessão de 17 de junho de 2025. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação pelo comparecimento de todas as sócias. **Quórum de Instalação e Presença:** Presença das sócias representando a totalidade do capital social da Companhia, a saber: **Ana Claudia Palmerio**, brasileira, designer, divorciada, portadora da cédula de identidade R.G. nº. 12.396.938-4 SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº. 153.583.818-30, natural de São Paulo, nascida em 27 de Outubro de 1968, residente e domiciliada na Avenida Cotovia, 233 – apartamento 72 – São Paulo/SP – CEP: 04517-000 e **Andrea Palmerio**, brasileira, professora, separada, portadora da cédula de identidade R.G. nº. 15.999.552-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº. 152.174.158-19, natural de São Paulo, nascida em 04 de Fevereiro de 1971, residente e domiciliada na Rua Sergipe, 575 – apartamento 121 – São Paulo/SP – CEP: 01243-010. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a redução do capital social, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas de capital de cada sócia, para promover a reestruturação financeira da empresa, ajustando o capital social à sua realidade econômico-financeira, com foco na eficiência na alocação de recursos e melhor gestão patrimonial. **Deliberação:** Após a matéria da Ordem do Dia ter sido analisada e discutida, foi aprovada, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, reservas ou oposições das sócias, a redução do capital social, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas de capital de cada sócia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual após lida e achada conforme foi assinada pelas sócias. **Mesa Nome:** Natanael Cabral - CPF: 029.535.588-37 - **Presidente;** Nome: Tatiana Britto Cabral - CPF: 310.052.818-23 - **Secretário.** Nome: Gilmara Carvalho da Silva - CPF: 143.240.038-07 - **Sócias.** **Ana Claudia Palmerio; Andrea Palmerio.**

Coroa (Suécia) - 0,5481

Dólar (EUA) - 5,2353

Franco (Suíça) - 6,5441

Iene (Japão) - 0,03283

Libra (Inglaterra) - 6,908

Peso (Argentina) - 0,003756

Peso (Chile) - 0,005599

Peso (México) - 0,289

Peso (Uruguai) - 0,1291

Yuan (China) - 0,7574

Rublo (Rússia) - 0,0644

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,997

DATA
MERCANTIL

RESUME DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ nº 30.914.898/0001-74

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Ativo	Controladora		Consolidado		Subscrito	A integralizar	Capital social	Debêntures	Reserva	Reserva	Reserva de	Resultado Total	Patrimônio	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24			Integralizado	Conv. Ações	Capital	Legal	Lucros			Acumulado
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	5.042	18.126	205.518	44.965	200.001	(12.530)	187.471	257.973	–	32.186	116.399	–	594.029	
Aplicações financeiras	–	–	–	3.510	257.973	–	257.973	(257.973)	–	–	–	–	–	
Contas a receber	–	–	53.227	73.235	–	8.228	8.228	–	–	–	–	–	8.228	
Ativo financeiro	–	–	159.173	129.513	–	4.302	4.302	–	2.135	–	–	–	6.437	
Impostos a recuperar	3.974	4.069	25.536	24.262	(230.000)	–	(230.000)	–	–	–	–	(230.000)	(230.000)	
Partes relacionadas	553	951	–	–	–	–	–	–	–	–	(116.399)	(116.399)	(116.399)	
Dividendos a receber	42.541	60.903	–	–	–	–	–	–	–	–	(42.294)	(42.294)	(42.294)	
Adiantamento a fornecedores	81	81	6.498	1.556	–	–	–	–	–	8.051	161.023	161.023	161.023	
	52.191	84.130	449.952	277.041	–	–	–	–	–	–	(8.051)	–	–	
Não circulante														
Impostos a recuperar	666	5.012	80.546	91.660	227.974	–	227.974	–	2.135	40.237	72.435	–	342.781	
Aplicações financeiras	–	–	–	200	–	–	–	–	–	–	–	51.131	51.131	
Ativo financeiro.	–	–	669.452	637.991	–	–	–	–	2.557	–	–	(2.557)	–	
Adiantamento a fornecedores	96	96	2.875	576	–	–	–	–	–	–	36.430	(36.430)	–	
	762	5.108	752.873	730.427	–	–	–	–	–	–	–	(12.144)	(12.144)	
Investimentos	517.456	495.642	–	–	227.974	–	227.974	–	2.135	42.794	108.865	–	381.768	
Direito de uso	–	–	2.451	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Imobilizado	936	824	3.083	3.360	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Intangível	557	862	221.859	249.714	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Total do ativo	571.902	586.566	1.430.218	1.260.542										
Passivo e patrimônio líquido					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Circulante	Controladora		Consolidado		Controladora				Consolidado				Controladora	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fornecedores	419	332	25.594	30.267	Receita líquida dos serviços prestados	11.712	11.225	478.357	414.274	Atividades operacionais			47.860	157.752
Fornecedores – confirming	–	–	29.337	24.038	Custo de serviço prestado	(3.695)	(2.246)	(209.744)	(156.795)	Lucro antes do IRPJ e CSLL			9.944	9.840
Empréstimos e financiamentos	–	–	8.760	8.042	Lucro bruto	8.017	8.979	268.613	257.479	Depreciação e amortização			–	–
Debêntures	–	–	62.763	68.429	Receitas (despesas) operacionais	(21.001)	(35.209)	(92.661)	(102.912)	Bônus de adimplência e descontos			–	(2.103)
Dividendos a pagar	50.387	38.243	50.387	38.243	Gerais e administrativas	(21.001)	(35.209)	(92.661)	(102.912)	Apropriação custo de captação de financiamentos e debentures			–	824
Partes relacionadas	14.310	16.000	–	–	Resultado de equivalência patrimonial	99.803	218.644	–	–	Atualização monetária do ativo financeiro de concessão			–	(154.508)
Obrigações trabalhistas	5.112	3.976	11.943	10.605	Outras despesas operacionais	(9.617)	(9.598)	(8.952)	90.027	Reconhecimento de créditos extemporâneos de pis e cofins e atualização monetária			–	(16.010)
Impostos e contribuições a recolher	399	557	12.539	9.687	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	77.202	182.816	167.000	244.594	Atualização monetária debentures			–	3.341
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	5.033	2.281	Receita financeira	2.145	4.255	31.492	29.519	Equivalência patrimonial	(99.803)	(218.644)	–	–
Outros passivos	274	220	330	483	Despesa financeira	(31.487)	(29.319)	(102.518)	(61.979)	Provisões e reversões para riscos trabalhistas			–	30
	70.901	59.328	206.686	192.075	Resultado financeiro, líquido	(29.342)	(25.064)	(71.026)	(32.460)	Juros empréstimos, debêntures e arrendamentos			25.097	98.226
Patrimônio líquido					Lucro antes do IRPJ e CSLL	47.860	157.752	95.974	212.134	Juros sobre empréstimos entre partes relacionadas a pagar			31.365	–
Capital social	227.974	227.974	227.974	227.974	Corrente	–	–	(34.651)	(29.479)	Ajuste a valor presente			–	160
Reserva de capital	2.135	2.135	2.135	2.135	Diferido	3.271	3.271	(10.192)	(21.632)	Partes relacionadas, líquidas	(11.206)	(951)	–	–
Reserva legal	42.794	40.237	42.794	40.237	Lucro líquido do exercício	51.131	161.023	51.131	161.023	Estorno de pis e cofins diferidos			–	(43.255)
Reserva de lucros	108.865	72.435	108.865	72.435						Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro			(21.840)	(26.906)
	381.768	342.781	381.768	342.781	Resultado abrangente do exercício	51.131	161.023	51.131	161.023	Variações nos ativos e passivos:				
Total do passivo e patrimônio líquido	571.902	586.566	1.430.218	1.260.542						Contas a receber			–	19.615
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS										Impostos a recuperar	4.441	(5.050)	(3.863)	(18.473)
1. CONTEXTO OPERACIONAL: A OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (“Companhia” ou “OPY”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 12/07/2018. A Companhia tem como atividade principal, exercida diretamente ou por meio de participações em outras empresas, a atuação no setor de infraestrutura social, por meio da realização de atividades de construção, fornecimento de equipamentos, bem como da gestão e manutenção de serviços não assistenciais em hospitais. Entre suas operações, destacam-se: (i) OZN Health SPE S.A. (“OZN Health S.A.” ou “OZN”), uma parceria público-privada (“PPP”) com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais ao Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Essa operação teve seu contrato de concessão firmado em abril de 2013 pelo prazo de 20 anos; (ii) ONM Health S.A. (“ONM”), uma PPP junto à Prefeitura de Belo Horizonte para realização de serviços e obras de engenharia, fornecimento de equipamentos, manutenção e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro. Essa operação teve seu contrato de concessão firmado em março de 2012 pelo prazo de 20 anos. (iii) ODR Health SPE S.A. (“ODR Health S.A.” ou “ODR”), uma PPP com o Governo do Estado de Tocantins que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamento, bem como gestão, operação e manutenção de serviços					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
					Controladora				Consolidado				Controladora	
					31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023	51.131	161.023
					–	–	–	–	–	–	–	–		

PUBLICIDADE LEGAL

GDPAR Participações S.A.

CNPJ nº 22.538.768/0001-56

As Demonstrações contábeis a seguir são demonstrações contábeis resumidas, exceto se não evidenciadas desta forma, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, está disponível no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/edicao_imprensa/.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO															
Ativos	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total									
	2025	2024	2025	2024																
Circulante																				
Caixa e equivalentes de caixa	17	38	26.241	23.152	Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.943	150	83.179	(27.609)	67.664	4.704	72.368								
Contas a receber	-	-	9.391	10.234	Lucro do exercício	-	-	-	5.428	5.428	312	5.740								
Adiantamento de fornecedores	-	-	139	-	Realização do custo atribuído – avaliação patrimonial reflexa	-	-	(1.662)	1.662	-	-	-								
Impostos a recuperar	-	-	13.729	10.771	Realização do imposto diferido sobre custo atribuído – avaliação patrimonial reflexa	-	-	566	-	566	-	566								
Despesas antecipadas	115	116	2.167	1.986	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(297)	(297)								
Estoque	-	-	253	-	Realização do custo atribuído – baixa do imóvel	-	-	(4.609)	4.609	-	-	-								
Outros ativos	1	-	716	1.422	Realização do imposto diferido sobre custo atribuído – baixa do imóvel	-	-	1.567	-	1.567	-	1.567								
Total do ativo circulante	133	154	52.636	47.565	Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.943	150	79.041	(15.910)	75.225	4.720	79.945								
Não circulante					Lucro do exercício	-	-	-	692	692	240	932								
Realizável a longo prazo					Realização do custo atribuído – avaliação patrimonial reflexa	-	-	(1.398)	1.398	-	-	-								
Despesas antecipadas	346	461	1.651	2.369	Realização do imposto diferido sobre custo atribuído – avaliação patrimonial reflexa	-	-	468	-	468	-	468								
Impostos a recuperar	-	-	33	160	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(304)	(304)								
Depósitos judiciais	-	-	106	47	Rendimento dividendos distribuídos – reflexo	-	-	-	-	-	-	-								
Outros ativos	-	151	1.466	758	Ganho/perda com a investida	-	-	-	(17)	(17)	-	(17)								
Total do realizável a longo prazo	346	612	3.256	3.334	Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.943	150	78.111	(13.883)	76.322	4.656	80.978								
Investimentos	111.517	105.358	75	75	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO								DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA							
Imobilizado					Controladora				Consolidado				Controladora				Consolidado			
Imobilizado	-	-	213.032	213.486	2025				2025				2025				2025			
Imobilizado arrendado	-	-	4.705	9.267	2024				2024				2024				2024			
Total do imobilizado	-	-	217.737	222.753	Receita operacional líquida								Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Intangível	-	-	2	3	Custos dos serviços prestados								Lucro líquido das operações continuadas							
Total do ativo não circulante	111.863	105.970	221.070	226.165	Lucro bruto								Ajuste de avaliação patrimonial:							
Total dos ativos	111.996	106.124	273.706	273.730	Receitas (despesas) operacionais								Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa							
					Despesas administrativas				(546) (862) (19.829) (19.591)				Depreciações e amortizações							
					Despesas tributárias				(2) (1) (625) (794)				Amortização sobre arrendamento mercantil							
					Participação nos lucros – equivalência patrimonial				4.779 9.805 - -				Baixa na venda de imobilizado							
					Outras despesas e receitas				- - (564) 5.255				Baixa na perda de imobilizado							
					Lucro antes das receitas/despesas financeiras				4.231 8.942 20.920 25.122				Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais							
					Resultado financeiro				(3.538) (3.514) (17.529) (17.170)				Despesa de impostos diferidos							
					Receitas financeiras				5 - 2.331 1.476				Despesa de IRPJ e csll corrente							
					Despesas financeiras				(3.543) (3.514) (19.860) (19.186)				Resultado de equivalência patrimonial							
					Lucro líquido antes dos tributos				693 5.428 3.391 7.412				Despesas de juros de arrendamento mercantil							
					IRPJ e CSLL				(1) - (2.459) (1.672)				Despesas de juros sobre endividamento							
					IRPJ e CSLL – correntes				(1) - (2.099) (1.072)				Variação nos ativos operacionais:							
					IRPJ e CSLL – diferidos				- - (360) (600)				Contas a receber e outros recebíveis							
					Lucro líquido do exercício				692 5.428 932 5.740				Despesas antecipadas							
					Atribuível a								Adiantamento de fornecedores							
					Controladores				692 5.428 692 5.428				Impostos a recuperar							
					Não controladores				- - 240 312				Estoque							
					Resultado abrangente total				(238) 1.290 2 1.602				Aplicações financeiras							
					Resultado abrangente atribuível aos:								Depósitos judiciais							
													Outros ativos							
													Variação nos passivos operacionais:							
													Obrigações sociais							
													Fornecedores e outras contas a pagar							
													Adiantamento de clientes							
													Obrigações fiscais							
													Partes relacionadas							
													Outros passivos							
													Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais							
													Juros sobre empréstimos pagos							
													Juros sobre arrendamento mercantil pagos							
													Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais							
													Fluxo de caixa das atividades de investimento							
													Lucros recebidos de investidas avaliadas por mep							
													Investimento em controlada							
													Partes relacionadas							
													Aquisição de imobilizado							
													Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento							
													Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos							
													Pagamentos de empréstimos e financiamentos							
													Pagamento de arrendamentos							
													Distribuição acionistas							
													Adiantamento para futuro aumento de capital							
													Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento							
													Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa							
													Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício							
													Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício							
													Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa							

TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 46.743.997/0001-70 – Av. Braz Leme, nº 1.000, 3º andar, Bloco B, São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A TTSCD (“Companhia”) é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além desse objeto, a Companhia pode prestar os seguintes serviços: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros, na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e

de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. A TTSCD é controlada pela TOTVS TECHFIN, que é uma *Joint Venture* entre a TOTVS S.A. e o Itaú Unibanco. Nossa estratégia de negócio tem como objetivo atender às expectativas dos clientes e parceiros, a partir de suas necessidades, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com a Companhia, expandindo as operações para além do financiamento de

atraso, oferecendo operações de crédito que auxiliem nossos clientes na potencialização de seus negócios. A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2025 prejuízo de R\$ 456 no semestre e prejuízo de R\$ 2.810 no exercício, patrimônio líquido de R\$ 15.173 e ativos totais de R\$ 40.574. Para fins de pagamento de dividendos, a TTSCD, prevê em seu estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos colaboradores.

São Paulo, 27 de março de 2026.
A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)				
Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota 31/12/2025
Disponibilidades	4	14.327	Provisão para Perdas Esperadas de Créditos a liberar	6 1
Aplicações Financeiras	5	16.150	Obrigações Fiscais Correntes	9 416
Instrumentos Financeiros	6	138	Provisão para Pagamentos a Efetuar	10 10.525
Operações de Crédito		138	Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	12 12.077
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(5)	Total do Passivo Circulante	23.019
Outros Créditos	7	8.812	Provisão para Pagamentos a Efetuar	1 1.051
Total do Ativo Circulante		39.422	Outros Passivos	12 1.331
Instrumentos Financeiros	6	130	Total do Passivo Não Circulante	2.382
Operações de Crédito		130	Capital Social	13 18.000
Ativo Fiscal Diferido	14	1.007	(-) Prejuízo Acumulado	(2.827)
Intangível	8	15	Total Patrimônio Líquido	15.173
Total do Ativo não Circulante		1.152	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	40.574
Total do Ativo		40.574		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	Capital Social	Prejuizos acumulados	Total
Saldos em 01 de julho de 2025		18.000	(2.371)	15.629
Prejuízo do Semestre	14b	–	(456)	(456)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		18.000	(2.827)	15.173
Saldos em 01 de janeiro de 2025		18.000	(17)	17.983
Prejuízo do Exercício		–	(2.810)	(2.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		18.000	(2.827)	15.173

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 27 de março de 2026.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Auração dos resultados:** O resultado é registrado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de crédito são apropriados ao resultado pelo critério pro rata dia com base na taxa efetiva da operação. Em relação ao resultado de cessão de títulos de crédito, o reconhecimento ocorre no ato da cessão e é determinado pela taxa de desconto pactuada entre as partes. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações. Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da TTSCD. **c. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações são registradas e mensuradas ao custo amortizado com base na taxa de juros efetiva do contrato, conforme definido na Resolução CMN nº 4.966/2021. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e, considerando a natureza dos produtos comercializados pela TTSCD, os produtos são categorizados da seguinte forma: • C2 (Carteira 2): créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição; • C4 (Carteira 4): créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; • C5 (Carteira 5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput (Resolução CMN nº 4.966). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas com base na metodologia simplificada prevista na Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições enquadradas nos Segmentos S4 e S5 do Sistema Financeiro Nacional. A TTSCD é enquadrada no Segmento S5. Com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, observam-se os seguintes impactos:

Anterior à Resolução CMN nº 4.966/21	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2025	Adoção à Resolução Nº 4.966/21
Disponibilidades	14.141	14.141	–	14.141	Aplicações Financeiras – Custo Amortizado

d. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para Imposto de Renda é constituída considerando a alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o Lucro é apurada considerando a alíquota de 9%. O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e seus valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização. As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quando relacionadas à avaliação de instrumentos financeiros a valor justo, quando são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **e. Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com esta finalidade. E composto por: • Software: registrado pelo custo deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **f. Estimativas contábeis:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – é calculada com base na metodologia simplificada prevista na Resolução CMN nº 4.966/2021. A metodologia observa os critérios estabelecidos nos Anexos I e II da referida norma: Anexo I: utilizado para operações inadimplidas, ou seja, com atraso superior a 90 dias. Define os percentuais mínimos de provisão com base no tempo de atraso e na classificação da carteira de crédito. Representa o conceito de perda incorrida, baseada em evidências objetivas de deterioração do ativo. Anexo II: aplicado a operações adimplentes, com atraso inferior a 90 dias. Estabelece os percentuais mínimos de provisão adicional, considerando o risco de crédito mesmo na ausência de inadimplência. Representa o conceito de perda adicional, voltada à estimativa de perdas futuras. - Impostos diferidos – o ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. **g. Novas Políticas Contábeis Adotadas:** As seguintes normas e regulamentos entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025: • A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, alteração de prazo de reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo, cálculo e reconhecimento da provisão e classificação das operações de crédito. Com a adoção da resolução, a TTSCD optou pela dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79. • A Lei nº 15.078/2024 alterou a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil: • A Resolução nº 390/2024 altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – Cosif. A principal alteração é a quantidade de níveis de agregação na conta. A Companhia efetuou todas as adaptações necessárias em seus processos e adotou as normas de acordo com sua vigência, em 1º de janeiro de 2025.

4. Disponibilidades	31/12/2025
Depósitos bancários	14.327
Total	14.327
5. Aplicações Financeiras – Em 31 de dezembro de 2025, a TTSCD possui R\$ 16.150 aplicados em Letras Financeiras do Tesouro, cujo ativo financeiro é classificado ao custo amortizado. O resultado do período proveniente desta aplicação é R\$ 1.112 no semestre e R\$ 2.021 no exercício.	
6. Operações de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas – Em 31 de dezembro 2025, a TTSCD possui um contrato registrado na carteira cuja cessão ocorreu no dia útil subsequente, devido a cessão diária dos contratos. Este processo visa a geração de novas operações dentro dos limites estabelecidos para as sociedades de crédito direto, sem alavancagem.	
a. Abertura por carteira – operações de crédito	31/12/2025
Operações de Crédito (Carteira 5 – C5)	268
Total	268
Circulante	138
Não circulante	130
b. Abertura por faixa de vencimento – operações de crédito	31/12/2025
A vencer	
01 a 30 dias	14
31 a 60 dias	13
61 a 90 dias	13

91 a 180 dias	26
181 a 360 dias	72
Acima de 360 dias	130
Total	268
c. Abertura da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	31/12/2025
Provisão Adicional – C5	(5)
Total	(5)
Na data-base, a Companhia possui R\$ 83 referentes a créditos a liberar, os quais representam compromissos assumidos que ainda não foram efetivamente desembolsados, mas que configuram uma obrigação futura de crédito. Esses valores estão registrados em contas de compensação. Sobre esses créditos, com base na Resolução CMN 4.966/2021, foi constituída provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 1. d. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas com Créditos a Liberar	
	31/12/2025
Saldo inicial do período	–
Constituição	7
Reversão	(5)
Saldo em 30 de junho	2
Constituição	1
Reversão	(2)
Saldo em 31 de dezembro	1
A Provisão para Perdas Esperadas é calculada considerando os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/2021. e. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	
	31/12/2025
Saldo inicial do período	–
Saldo em 30 de junho	–
Constituição	19
Reversão	(14)
Saldo em 31 de dezembro	5
f. Resultado com operações de crédito	2º semestre 31/12/2025
Rendas de empréstimos	3.893 5.165
Resultado Líquido com Cessões de Crédito ¹	310 824
Total	4.203 5.989

¹ As cessões de crédito são realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier) e ao Certificado de Recebíveis Supplier (CR Supplier). Para as operações com o fundo as condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOM e alterações na taxa SELIC. No caso de operações cedidas ao CR, o título é cedido a valor presente.

Não houve operações renegociadas ou recuperação de créditos baixados para prejuízo em 31 de dezembro de 2025.

7. Outros Créditos	31/12/2025
Créditos diversos ¹	8.472
Impostos a compensar	43
Rendas a receber	207
Adiantamentos diversos	90
Total	8.812
¹ Referem-se aos valores recebidos pela Supplier Administradora pelos contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até dois dias úteis.	
8. Intangível	
Software	31/12/2025
Saldo Inicial	21
Amortização ¹	(3)
Saldo em 30 de junho	18
Amortização ¹	(3)
Saldo em 31 de dezembro	15

¹ Refere-se a custo de implementação de sistema de Risco Operacional e Controles Internos.

9. Obrigações Fiscais Correntes **31/12/2025** || Impostos sobre Folha de Pagamento | 58 |
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	217
Contribuições Sociais sobre Receitas – Pis e Cofins	128
Impostos Retidos de Fornecedores	3
Impostos sobre Serviços Prestados	10
Saldo final	**416**

10. Provisão para pagamentos a efetuar	31/12/2025
Folha de Pagamento	1.731
Lojistas a Pagar ¹	9.801
Fornecedores	44
Total	11.576
Circulante	10.525
Não Circulante	1.051
¹ Refere-se ao valor a ser repassado aos parceiros, correspondente às transações realizadas por seus clientes e implantadas pela TTSCD. Os repasses são feitos aos parceiros de acordo com o contrato de parceria, sendo 3 modelos: D+N, prazo médio e data de	

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	31/12/2025
Receitas de Intermediação Financeira		5.315	8.010
Operações de Crédito	6f	3.893	5.165
Resultado Líquido com Cessões de Crédito	6f	310	824
Resultado de Aplicações Financeiras	5	1.112	2.021
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		5.315	8.010
Receita de Prestação de Serviços	15	1.020	1.020
Despesas de Pessoal	15	(2.837)	(6.757)
Despesas Tributárias	15	(758)	(1.248)
Despesa com Processamento de Dados	15	(171)	(277)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	15	(192)	(370)
Outras Despesas Administrativas	15	(152)	(327)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(4)	(6)
Despesas com Amortização	8	(3)	(6)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	15	(2.909)	(3.692)
Receitas/(Despesas) Operacionais		(6.006)	(11.663)
Resultado Operacional		(691)	(3.653)

Resultado antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		(691)	(3.653)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	235	843
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	14	–	–
(Prejuízo) do Período		(456)	(2.810)
Média Ponderada do Número de Ações		17.839.260	17.839.260
(Prejuízo) por Ação R\$		(0,02556)	(0,15751)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre	31/12/2025
Prejuízo do período	(456)	(2.810)
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado Abrangente do Exercício	(456)	(2.810)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em reais mil)

	Nota	2º semestre	31/12/2025
Prejuízo do Período		(456)	(2.810)
Atividades Operacionais			
Ajustes ao Prejuízo		(960)	(2.203)
Amortização	8	3	6
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	4	6
Juros Provisionados	5	(1.112)	(2.021)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	(235)	(843)
Provisão de Outras Obrigações		380	649
Variações em Ativos e Passivos		(4.084)	(12.745)
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras		12	(14.129)
(Aumento) em Operações de Crédito		(270)	(270)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos		482	(2.378)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		(4.502)	4.088
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais Correntes		194	(56)
Caixa Líquido Gerado em Atividades Operacionais		(5.500)	(17.758)
Fluxo de Caixa proveniente das Ativid. Operacionais		(5.500)	(17.758)
Redução Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.500)	(17.758)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		19.827	32.085
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	14.327	14.327
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.500)	(17.758)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

vencimento. Do valor total, R\$ 8.750 serão repassados em até 360 dias, e R\$ 1.051 após esse período.

11. Contingências – Em 31 de dezembro de 2025, não há ações judiciais de natureza civil, fiscal ou trabalhista ativas ou passivas em que a TTSCD figure como parte.

12. Valores a Pagar a Sociedades Ligadas e Outros Passivos

a) Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	31/12/2025
Repasse Cobrança – FIDC Supplier ¹	5.602
Repasse Cobrança – CR Supplier ²	2.955
Repasse Agente de Financiamento – Supplier Administradora ³	3.520
Total	12.077
b) Outros passivos	31/12/2025
Plano de remuneração baseado em ações ⁴	1.331
Total	1.331
Não Circulante	1.331

¹ Referem-se aos pagamentos recebidos de clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil.

² Referem-se aos pagamentos recebidos de clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao CR Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil.

³ Referem-se aos valores a pagar à Supplier Administradora decorrente do processo de financiamento de atraso.

⁴ Referem-se à provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores. A realização pode acontecer em valores financeiros ou em ações, conforme estabelecido em contrato entre a empresa e os colaboradores. Os valores serão realizados apenas no prazo de finalização da outorga.

• Plano de remuneração baseado em ações: A TTSCD, bem como as demais empresas que compõem o Grupo TOTVS, mensuram o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O Plano de Incentivo baseado em Ações estabelece regras para que determinados participantes e administradores possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Premissa de valor justo				
Expectativa de:				
Data	Planos	Quantidade de ações restritas	Valor justo	Prazo de maturidade

05/05/2023 Destques 9.910 26,84 1,10% 3 anos

13. Patrimônio Líquido – a. Capital social: O Capital Social da Companhia é representado por 17.839.260 de ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 18.000 totalmente subscrito e integralizado. **b. Resultado por ação:** O cálculo do resultado por ação básico foi baseado no prejuízo/lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias, e na quantidade média de ações ordinárias em circulação, calculado como a seguir:

Média ponderada do número de ações ordinárias	31/12/2025
Ações ordinárias em 1º de janeiro	17.839.260
Ações ordinárias na data-base	17.839.260
Média do número de ações ordinárias	17.839.260
Prejuízo do exercício	(2.810)
Prejuízo por ação (em reais)	(0,15751)

c. Reserva de lucros: É constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária. Não existe reserva legal constituída na TTSCD, visto que a Companhia apresentou prejuízo na data-base. **d. Dividendos a pagar:** Conforme previsto no Estatuto Social, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. Devido a apuração de prejuízo pela Companhia, não foram destinados dividendos no período.

14. Imposto de renda e contribuição social – a. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º semestre	31/12/2025
Prejuízo antes da tributação	(691)	(3.653)
Imposto de renda e contribuição social à taxa combinada de 34%	235	1.242
Ajustes para demonstração de taxa efetiva		
Remuneração variável Diretoria	–	(399)
Imposto de renda e contribuição social no período	235	843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	235	843
Taxa efetiva	33,8%	23%

b. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas principalmente por provisões tempo-

continua ...

PUBLICIDADE LEGAL

<

dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

KPMG KPMG Auditores
Independientes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



**Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.**



 **Contato: (11) 3361-8833**

 Orcamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais									
CNPJ nº 58.136.169/0001-53									
As Demonstrações contábeis a seguir são demonstrações contábeis resumidas, exceto se não evidenciadas desta forma, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.									
O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.									
As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, está disponível no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/edicao_imprensa/.									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Ativos	2025	2024	Passivos e patrimônio líquido	2025	2024		2025	2024	
Circulante			Circulante			Receita operacional líquida	2.948	3.327	
Caixa e equivalentes de caixa	4.540	5.044	Fornecedores	5	-	Custos dos serviços prestados	(539)	(252)	
Contas a receber	488	572	Obrigações sociais	13	12	Lucro bruto	2.409	3.075	
Despesas antecipadas	-	102	Obrigações fiscais	104	130	Receitas (despesas) operacionais	(454)	(350)	
Partes relacionadas	-	74	Dividendos a pagar	794	696	Despesas administrativas	(392)	(336)	
Outros ativos	22	361	Partes relacionadas	-	107	Despesas tributárias	(47)	(3)	
Total do ativo circulante	5.050	6.153	Total do passivo circulante	916	945	Participação nos lucros – equivalência patrimonial	(15)	(18)	
						Outras despesas e receitas	-	7	
Não circulante			Não circulante			Lucro antes das receitas/despesas financeiras	1.955	2.725	
Realizável a longo prazo			Impostos diferidos	17.609	17.651	Resultado financeiro	585	423	
Partes relacionadas	98	-	Participação no passivo a descoberto	38	23	Receitas financeiras	609	444	
Outros ativos	462	-	Outros passivos	204	188	Despesas financeiras	(24)	(21)	
Total do realizável a longo prazo	560	-	Total do passivo não circulante	17.851	17.862	Lucro líquido antes dos tributos	2.540	3.148	
Imobilizado	53.037	53.163	Patrimônio líquido			IRPJ e CSLL	(502)	(467)	
Total do ativo não circulante	53.037	53.163	Capital social	2.966	2.966	IRPJ e CSLL – correntes	(502)	(467)	
			Ajuste de avaliação patrimonial	34.182	34.262	Lucro líquido do exercício	2.038	2.681	
			Reserva de lucros	2.732	3.281	Lucro líq. do exercício por lote de 1.000 Ações em R\$1,00	39,85	52,42	
			Total do patrimônio líquido	39.880	40.509				
Total dos ativos	58.647	59.316	Total dos passivos e do patrimônio líquido	58.647	59.316				
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
			Reserva de Lucros						
			Capital	Ajuste de Avaliação	Reserva	Lucros	Total do Patrimônio		
			Social	Patrimonial	Legal	Acumulados	Líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2023			2.966	34.342	480	2.582	40.370		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.681	2.681		
Reserva legal	-	-	-	-	113	(113)	-		
Realização custo atribuído	-	-	-	(121)	-	121	-		
Realização dos impostos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	41	-	-	41		
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(2.583)	(2.583)		
Saldos em 31 de dezembro de 2024			2.966	34.262	593	2.689	40.509		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.038	2.038		
Realização custo atribuído	-	-	-	(121)	-	121	-		
Realização dos impostos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	41	-	-	41		
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(2.709)	(2.709)		
Saldos em 31 de dezembro de 2025			2.966	34.182	593	2.139	39.880		
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
1. Contexto operacional: A Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais (a seguir denominada Tamoyo) foi fundada em 1966 e tem por objeto principal o estabelecimento de armazéns para guarda e conservação de mercadorias em geral; emissão de títulos especiais que representem as mercadorias depositadas (conhecimentos de depósito e “warrants”); prática de todas as operações e serviços relacionados ao depósito e consignação de mercadorias, inclusive podendo operar como armazém alfandegado e entrepostos aduaneiros, se e quando obtida a necessária autorização governamental e locação de imóveis.									
2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor para os registros iniciais, que depois podem sofrer variação do custo histórico. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o período de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Baseado neste fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estas estimativas. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Tamoyo em 13 de março de 2026, estando aprovadas para divulgação. A moeda funcional da Tamoyo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis.									
A Diretoria			Contador						
Luiz Alberto Azevedo Levy			Luiz Alberto Azevedo Levy Júnior						
			Carlos Alexandre Venancio Batictoto - CRC 1SP238587/0-6						
Relatório do Auditor Independente resumido: As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://datamercantil.com.br/edicao_imprensa/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela Athros Auditores Independentes em 13 de março de 2026, sem modificações.									

Ibovespa fecha em alta com WEG em destaque; dólar fica na estabilidade, a R\$ 5,24

O Ibovespa fechou em alta nesta segunda-feira, 30, após duas quedas seguidas, com as ações da WEG entre os principais suportes, endossadas por “upgrade” do Morgan Stanley, assim como papéis de petrolíferas, em mais um dia de avanço do petróleo no exterior. E o dólar, após oscilar rondando a estabilidade ao longo da sessão, fechou com viés positivo.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,53%, a 182.514,20 pontos, chegando a 184.414,18 pontos na máxima e marcando 181.559,49 pontos na mínima. O volume financeiro no pregão somava R\$ 25,56 bilhões.

E dólar fechou praticamente estável ante o real, ainda que no exterior a moeda norte-americana tenha sustentado ganhos ante boa parte das demais divisas de emergentes, em meio à continuação da guerra dos EUA e de Israel contra o Irã. O dólar à vista emcerrou com variação positiva de 0,13%, aos R\$5,2461. No ano, a divisa acumula baixa de 4,43%.

Às 17h19, o dólar futuro para abril — o mais líquido no mercado brasileiro — subia 0,12% na B3, aos R\$5,2485.

As atenções dos investidores nesta segunda-feira seguiram voltadas principalmente para o exterior. O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que o país está em negociações para encerrar o conflito, mas reiterou aviso para que o Irã abra o Estreito de Ormuz, sob pena de sofrer ataques a seus poços de petróleo e suas usinas de energia. Trump também ameaçou atacar as usinas de des-salinização que fornecem água ao país.

IstoÉDinheiro

Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35300501322

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Vereda Educação S.A. (“Companhia”), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 6 de abril de 2026, às 9h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, o link de acesso à videoconferência e as orientações para o exercício do voto – que será exclusivamente – por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 27 de março de 2026. Conselho de Administração. (27, 28 e 31.03.2026)

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. Maurício Caviglia, Diretor Presidente da Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 (“Companhia”), nos termos do Artigo 124, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Rio Negro, nº 1.030, escritório 206, Condomínio Stadium, Bairro Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP: 06454-000, no próximo dia 08 de abril de 2026, às 10:00, em 1ª chamada, e às 11:00, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) em se aprovando o item “i” acima, a alteração do Artigo 5º do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Barueri – SP, 26 de março de 2026. Maurício Caviglia - Diretor Presidente. (27, 28 e 31.03.2026)

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da EWALLY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 (“Companhia”) na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“Assembleia”) que será realizada às 9:30 do dia 30 de abril de 2026, em primeira convocação, e às 9:30 do dia 05 de maio de 2026, em segunda convocação, de forma: (i) presencial, na sede da Companhia, bem como (ii) remotamente, por meio da plataforma eletrônica Google Meet, cujo link de acesso é meet.google.com/kuw-hnrz-zts, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a aprovação do relatório da administração e das respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (iii) a aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo/SP, 30 de março de 2026. Joamir Parmejani Bisterzo - Diretor Presidente.

comercial@datamercantil.com.br

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Aviso aos Acionistas

A Ewally Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), vem por meio deste aviso, comunica, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2032, 4º andar, conjunto 142, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, os seguintes documentos relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025: (i) cópia das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos; e (iii) pareceres dos auditores independentes. São Paulo, 30 de março de 2026. Joamir Parmejani Bisterzo - Diretor Presidente.

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

A Grupo Toky S.A. (“Companhia”), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados, nesta data, à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia. São Paulo, 31 de março de 2026. Marcelo Rodrigues Marques – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (31/03, 01 e 02/04/2026)



Asa Branca Holding S.A.

CNPJ/MF nº 09.359.927/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A Asa Branca é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Asa Branca, composto pelas sociedades Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, e localizado nos municípios de Parazinho e de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte. O Complexo Eólico Asa Branca possui capacidade

instalada total de aproximadamente 160 MW. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A Asa Branca trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a Asa Branca, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência

no setor de energia. A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativos	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.184	8.803	135.170	66.772	Fornecedores	15	4	27	2.178	5.757
Conta corrente restrita		22	-	22		Debêntures	16	731	27.686	731	27.686
Contas a receber	7	-	-	16.116	16.052	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	2.991	3.807
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	847	14		Tributos e obrigações trabalhistas	17	753	552	2.149	6.452
Dividendos a receber	8	3.140	-	-		IRPJ e CSLL corrente		-	-	3.558	-
Tributos a recuperar	9	901	356	13.240	8.602	Passivo de arrendamento		-	-	268	-
IRPJ e CSLL a recuperar		9	-	9		Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	265.298	166.749
Despesas antecipadas		-	3	-	1.700	Total do passivo circulante		1.488	28.265	277.173	210.451
Estoques	10	-	-	4.366	3.431	Não circulante					
Outras contas a receber		1	-	46	1.957	Debêntures	16	268.754	255.377	268.754	255.377
Total do ativo circulante		12.257	10.009	168.983	98.514	Contas a pagar a partes relacionadas	8	13.236	12.085	-	-
Não circulante						Tributos diferidos	11	-	-	2.746	-
Realizável a longo prazo						Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	22.717	41.632
Tributos a recuperar	9	-	-	829	1.520	Passivo de arrendamento		-	-	305	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	4	-	4	Provisão para desmobilização	18 (b)	-	-	8.240	7.092
Depósitos judiciais	18 (c)	-	-	1.221	898	Provisão para causas judiciais	18 (c)	-	-	952	558
Tributos devidos	11	-	-	8.871	6.418	Total do passivo não circulante		281.990	267.462	303.714	304.655
		-	4	10.921	8.840	Total do passivo		283.478	295.727	580.887	515.110
Investimentos	12	240.767	274.551	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo de direito de uso		-	-	541	26	Capital social	19	50.222	50.222	50.222	50.222
Imobilizado	13	-	-	369.986	396.563	Reserva Legal		-	527	-	527
Intangível	14	7.706	8.711	7.708	8.715	Prejuízos acumulados		(72.970)	(53.201)	(72.970)	(53.201)
Total do ativo não circulante		248.473	283.266	389.156	414.144	Total do patrimônio líquido		(22.748)	(2.452)	(22.748)	(2.452)
Total do ativo		260.730	293.275	558.139	512.658	Total do passivo e Patrimônio líquido		260.730	293.275	558.139	512.658

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Receita líquida de vendas	20	-	-	106.268	99.048	Receitas	-	-	120.645	103.481	
Custo de venda de energia elétrica	21	-	-	(87.444)	(81.521)	Receita de Contrato com Clientes	-	-	111.020	103.481	
Lucro bruto		-	-	18.824	17.527	Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	8.669	-	
Despesas gerais e administrativas	22	(1.197)	(1.428)	(5.260)	(16.490)	Outras receitas	-	-	956	-	
Outros ganhos (perdas), líquidos	22	-	-	(2.517)	348	Insunhos adquiridos de terceiros	(169)	(424)	(63.547)	(56.784)	
Resultado com participações societárias	12	12.455	(532)	-	-	Energia comprada	-	-	(6.444)	(7.633)	
Lucro (prejuízo) operacional		11.258	(1.960)	11.047	1.385	Materiais e serviços de terceiros	(168)	(412)	(8.254)	(29.550)	
Receitas financeiras		2.656	1.760	14.545	8.383	Operação e manutenção	-	-	(35.105)	(2.923)	
Despesas financeiras		(34.210)	(38.090)	(38.290)	(42.339)	Encargos de transmissão de energia	-	-	(11.022)	(10.738)	
Resultado financeiro	23	(31.554)	(36.330)	(23.745)	(33.956)	Outros (custos) operacionais	(1)	(12)	(2.722)	(5.940)	
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(20.296)	(38.290)	(12.698)	(32.571)	Valor adicionado bruto	(169)	(424)	57.098	46.697	
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	(7.598)	(5.719)	Depreciação e amortização	(1.005)	(3.149)	(33.060)	(34.836)	
Prejuízos do exercício		(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(1.174)	(3.573)	24.038	11.861	
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	25			(0,32)	(0,60)	Valor adicionado recebido em transferência	13.894	1.313	14.674	8.467	
						Resultado de equivalência patrimonial	12.455	(532)	-	-	
						Receitas financeiras	1.439	1.845	14.674	8.470	
						Variações cambiais, líquidas	-	-	-	(3)	
						Valor adicionado total a distribuir	12.720	(2.260)	38.712	20.328	
						Distribuição do valor adicionado					
						Pessoal, e encargos:	-	-	4.289	7.731	
						Remuneração direta	-	-	3.321	7.112	
						Benefícios	-	-	693	463	
						FGTs	-	-	275	156	
						Impostos, taxas e contribuições	149	85	13.376	10.661	
						Federais	149	85	13.261	10.595	
						Estaduais	-	-	115	58	
						Municipais	-	-	-	8	
						Remuneração de capital de terceiros	32.867	35.945	41.343	40.226	
						Juros	32.423	19.376	32.421	19.376	
						Outras despesas financeiras	441	16.569	5.869	20.816	
						Aluguéis	3	-	3.053	34	
						Remuneração de capitais próprios	(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)	
						Prejuízo do exercício	(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)	
						Valor adicionado distribuído	12.720	(2.260)	38.712	20.328	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social					
		(20.296)	(38.290)	(12.698)	(32.571)
Ajustes de receitas e despesas					
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(7.598)	-
Amortização e depreciação	21 e 22	1.005	1.005	32.780	32.580
Amortização de ativo de direito de uso	21	-	-	280	113
Baixa de ativo imobilizado	22	-	-	3.473	3.821
Resultado com participações societárias	12	(12.455)	532	-	-
Atualização financeira de provisão de desmobilização	23	-	-	801	729
Provisão e atualização financeira de ressarcimento		-	-	86.242	86.477
Provisão para contingência e atualizações		-	-	71	85
Provisão de juros – passivo de arrendamento	23	-	-	86	20
Juros, variações monetárias e amortização de custo – debêntures	23	32.423	36.397	32.423	36.397
Juros partes relacionadas	23	1.347	1.290	-	-
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	(64)	(9.732)
Contas a receber de partes relacionadas		-	(762)	(14)	3.331
Tributos a recuperar		(554)	929	(3.956)	(70)
Estoque		-	-	(935)	524
Despesas antecipadas		3	-	1.700	(289)
Depósitos judiciais		-	-	-	(14)
Outras contas a receber		(1)	1	1.911	(1.892)
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores		(23)	21	(4.501)	(266)
Contas a pagar a partes relacionadas		-	-	(816)	-
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		5	542	5.947	487
Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	(6.608)	(86.281)
Caixa gerado pelas operações		1.454	1.665	128.524	33.449
Juros pagos de debêntures	16	(18.047)	(19.352)	(18.047)	(19.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(6.399)	(2.412)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais					
		(16.593)	(17.687)	104.078	11.685
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Partes relacionadas – recebimento de dividendos	1.6 (c)	3.389	18.308	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(7.400)	(20.047)
Redução de capital em controladas	12	40.557	38.500	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento					
		43.946	56.808	(7.400)	(20.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		4	(4)	4	(4)
Conta correte restrita		(22)	-	(22)	-
Pagamento de debêntures	16	(27.954)	(36.171)	(27.954)	(36.171)
Partes relacionadas – pagamento de dividendos		-	(41)	-	(41)
Pagamento de arrendamento		-	-	(308)	(128)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(27.972)	(36.216)	(28.280)	(36.344)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos					
		(619)	2.905	68.398	(44.706)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		8.803	5.898	66.772	111.478
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					
		8.184	8.803	135.170	66.772

As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 28.

Asa Branca Holding S.A.

31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, ao cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado valorado ao preço contratual vigente. O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. Caso a energia entregue seja superior ao percentual máximo contratual discriminado abaixo, essa energia poderá ser negociada pelo vendedor no mercado livre: 30% (trinta por cento) no primeiro ano do quadriênio; 20% (vinte por cento) no segundo ano do quadriênio; 10% (dez por cento) no terceiro ano do quadriênio; 0% (zero por cento) no quarto ano do quadriênio.

Ressarcimento quadrienal: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% e superior a 90% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento atualizado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O terceiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2025 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2029.

1.6 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025: (a) Aprovação da redução de capital em Controladas: Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04 de abril de 2025, foram deliberadas as reduções de capital nas Controladas da Companhia conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	11.182
Asa Branca V	16.860
Asa Branca VII	8.248
Asa Branca VIII	4.267
Total	40.557

(b) Aprovação dos dividendos adicionais propostos das Controladas: Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2025, foram aprovadas as distribuições de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2024 das Controladas da Companhia conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	254
Asa Branca V	759
Asa Branca VI	1.529
Total	2.542

(c) **Recebimento de dividendos:** Em 2025, a Companhia recebeu dividendos das Controladas conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	338
Asa Branca V	2.039
Asa Branca VI	1.011
Total	3.388

(d) Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos: Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 6.608, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica. **1.7 Situação financeira:**

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
12.257	10.009	168.983	98.514
(1.488)	(28.265)	(277.173)	(210.451)
10.769	(18.256)	(108.190)	(111.937)

Total do ativo circulante

Total do passivo circular

Capital circulante líquido

O Capital Circulante Líquido ("CCL") da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor positivo de R\$ 10.769 na controladora (comparado a R\$ 18.256 negativo em 31 de dezembro de 2024) e negativo de R\$ 108.190 no consolidado (comparado a R\$ 111.937 negativo em 31 de dezembro de 2024). O CCL negativo no consolidado decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil da provisão de ressarcimento. Embora represente valores relevantes no passivo circulante, sua liquidação está contratualmente condicionada aos mecanismos previstos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), não configurando exigibilidade imediata e integral. Nos termos dos CCEAR os ressarcimentos anuais e quadrianeis são deduzidos do faturamento mensal do Grupo, estando sua execução limitada ao montante da receita bruta auferida no período. Dessa forma, a liquidação ocorre de maneira parcelada e condicionada ao faturamento mensal do Grupo, conforme previsto contratualmente, sendo realizada sucessivamente até a quitação integral dos valores devidos. Considerando a elevada previsibilidade do faturamento decorrente dos CCEAR e a suspensão dos ressarcimentos (nota 1.6 (d)), a Administração entende que o mecanismo contratual reduz o risco de pressão imediata sobre o fluxo de caixa. A Administração acompanha de forma contínua a posição de caixa e as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses, concluindo que a Companhia mantém nível de liquidez suficiente para honrar integralmente suas obrigações de curto prazo, bem como sustentar suas operações regulares, utilizando recursos provenientes de suas atividades operacionais ou, se necessário, por meio de eventuais aportes de capital pelos acionistas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Base de elaboração e apresentação: Declaração de conformidade:** A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de demonstrações financeiras padronizadas ("DFP"), que foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Durante a elaboração das demonstrações financeiras, a Administração efetua uma avaliação da capacidade de o Grupo e suas controladas darem continuidade às suas atividades. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026. **2.2 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Adocção de normas contábeis – Novas e revisadas: Revisadas e vigentes:

Novas normas ou alterações		Alterações	Vigência
CPC 02 / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2025

A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Revisadas e não vigentes:**

Normas		Alterações	Vigência
CPC 40 / IFRS 9	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01.01.2026
CPC 48 / IFRS 7	Instrumentos Financeiros	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	01.01.2026
CPC 51 / IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CBPS S1 / IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações financeiras sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	01.01.2026
CBPS S2 / IFRS S2	Divulgações Relacionadas ao Clima		
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01.01.2027

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação; Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação; Nota explicativa 14 – Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; Nota explicativa 13 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração: A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, ativos imobilizados e ativos intangíveis – segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. Nota explicativa 18 (a) - Provisão de ressarcimento sobre a receita: Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionada ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitam, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual. Nota explicativa 18 (b) - Provisão para desmobilização: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+HPCa e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Essas saldos são reconhecidos contra o ativo correspondente; Nota explicativa 18 (c) - Provisão para causas judiciais:

O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que este deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da Controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas da Companhia são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das Controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **2.8 Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **3. Gestão de risco: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (IPCA)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado: (i) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas. O Grupo possui debêntures remuneradas pela taxa de juros de 6,25% a.a., definida na escritura das debêntures e pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Tal exposição a taxas variáveis representa um risco de fluxo de caixa para o Grupo. Com o intuito de gerir a liquidez em moeda funcional, a Administração monitora periodicamente sua exposição a esses indexadores e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco, considerando as perspectivas macroeconômicas. Com base em variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros, o Grupo mensura o impacto potencial no resultado. Essas análises de cenário são elaboradas para os passivos financeiros que representam as posições mais relevantes sujeitas a encargos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de swap de taxa de juros. (ii) **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. A tabela mostra como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetadas pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração do Grupo: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%; (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

			Controladora 31/12/2025				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	8.184	1.100	825	1.375	550	1.650
Conta corrente restrita	IPCA	22	1	1	1	-	1
Debêntures	IPCA	(276.325)	(11.191)	(8.393)	(13.989)	(5.596)	(16.787)

	IPCA	(27.325)	(11.191)	(8.393)	(13.989)	(5.596)	
							Consolidado
							31/12/2025
			Cenário I		Cenário II		Cenário III
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Operação	Indexador	Saldo em exposição					
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	135.165	18.167	13.626	22.709	9.084	27.251
Conta corrente restrita	IPCA	22	1	1	1	-	1
Debêntures	IPCA	(276.325)	(11.191)	(8.393)	(13.989)	(5.596)	(16.787)

(b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado de forma centralizada pelo Grupo. Esse risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para mitigar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com múltiplos bancos, diversificando suas operações. Os investimentos relacionados a sobras de caixa só podem ser realizados em instituições ou fundos que apresentem patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local. Não foram ultrapassados limites de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência em seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired*, e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estava aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimentos de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras firmados no âmbito dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são liquidados via CCEE, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é elaborada pelo departamento de Tesouraria, que monitora, por controle, os níveis esperados de entradas e saídas de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de recursos para cada operação. A Tesouraria também acompanha as cláusulas contratuais de debêntures, bem como monitora o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, com o objetivo de evitar o descumprimento de limites e obrigações previstos nos documentos dessas operações. Essa previsão considera, ainda, os planos de financiamento e refinanciamento da dívida do Grupo, o atendimento às cláusulas contratuais e, quando aplicável, exigências regulatórias, externas ou legais. Os excedentes de caixa são aplicados pela Tesouraria em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), priorizando instrumentos com baixo risco, vencimentos compatíveis e liquidez diária, conforme as projeções mencionadas acima. Na data-base, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 8.184 (R\$ 8.803 em 31 de dezembro de 2024) e, no consolidado, de R\$ 135.170 (R\$ 66.772 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, com liquidez diária, podem ser prontamente acessados para fins de gestão do risco de liquidez, quando necessário.

	Controladora				
	Vencimentos (i)				Total Geral
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	4	-	-	-	4
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998	411.899
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	30.995	30.995

Em 31 de dezembro de 2025

Forneceedores	4	-	-	-	4
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998	411.899
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	30.995	30.995
Em 31 de dezembro de 2024					
Forneceedores	27	-	-	-	27
Debêntures	45.937	26.086	156.812	265.353	494.188
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	23.703	23.703

	Vencimentos (i)					Consolidado
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses		Total Geral
Em 31 de dezembro de 2025						
Fornecedores	2.178	–	–	–		2.178
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998		411.899
Passivo de arrendamento	268	305	–	–		573
Contas a pagar a partes relacionadas	2.991	–	–	–		2.991
Provisão de ressarcimento	265.298	16.235	6.482	–		288.015

Em 31 de dezembro de 2025

Fornecedores	2.178	-	-	-	2.178
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998	411.899
Passivo de arrendamento	268	305	-	-	573
Contas a pagar a partes relacionadas	2.991	-	-	-	2.991
Provisão de ressarcimento	265.298	16.235	6.482	-	288.015
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	5.757	-	-	-	5.757
Debêntures	45.937	26.086	156.812	265.353	494.188
Contas a pagar a partes relacionadas	3.807	-	-	-	3.807
Provisão de ressarcimento	166.749	41.632	-	-	208.381

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e mútuo com partes relacionadas. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento, partes relacionadas e passivo de arrendamento. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação

3.2 Gestão de capital: Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de seus negócios, visando prover retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento. Condizentes com as práticas das companhias do

continuação

setor, o Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total das debêntures, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas a essas operações. O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Total das debêntures	16	269.485	283.063	269.485
(-) caixa e equivalente de caixa	6	(8.184)	(8.803)	(135.170)
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		(4)	(4)	(4)
Dívida líquida		261.301	274.256	134.315
Total do patrimônio líquido		(22.748)	(2.452)	(22.748)
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		238.553	271.804	111.567

Índice de alavancagem financeira – %

3.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações do Grupo. O risco de *curtailment* no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), mesmo que haja recurso natural disponível para geração. causado por excesso de produção e ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamentos do sistema de transmissão. Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023. Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabeleça a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **(c) Mudanças climáticas:** Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **(d) Riscos de liquidação dos ressarcimentos:** Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), o Grupo pagou o valor de R\$ 6.608, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento (“Conta Ressarcimento”) que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica. **(e) Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos conforme detalhado na nota explicativa nº 13 (“Imobilizado”). **4. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **(i)** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(c) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar

o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. **(d) Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **(e) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de passivo financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.184	8.803	135.170
Conta correte restrita		22	–	22
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	7	–	4	–
Contas a receber		–	–	16.116
Contas a receber de partes relacionadas	8	–	847	14
Dividendos a receber	8	3.140	–	–
Outras contas a receber	1	–	46	1.957
Ao custo amortizado		11.347	9.654	151.368
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Debêntures	16	269.485	283.063	269.485
Contas a pagar a partes relacionadas	8	13.236	12.085	2.991
Fornecedores	15	4	27	2.178
Passivo de arrendamento		–	–	573
Provisão de ressarcimento		–	–	208.381
Ao custo amortizado		282.725	295.175	275.227

O valor contábil das debêntures, mensurado com base no custo amortizado, apresenta diferença em relação ao valor justo, no montante de R\$ 44.405. A mensuração do valor justo foi realizada com base na análise individualizada do instrumento financeiro, utilizando-se de informações observáveis de mercado, notadamente cotações de negociações realizadas com o mesmo título no mercado secundário. Essa abordagem reflete uma técnica de avaliação compatível com o Nível 2 da hierarquia do valor justo, conforme definido pelo CPC 46. Os demais passivos financeiros mensurados com base no custo amortizado não diferem significativamente dos valores contábeis. **5. Informação por segmento:** A Administração do Grupo, na qualidade de principal tomador de decisões operacionais para fins do CPC 22 – Informações por Segmento, avaliou os requisitos do pronunciamento e concluiu que há apenas um segmento operacional. O Grupo administra seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de usinas eólicas. A gestão é centralizada, e as decisões operacionais e de alocação de recursos são suportadas por relatórios consolidados, que representam 100% da receita líquida de venda de energia elétrica. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas Controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	–	–	5	2
Recursos em aplicações financeiras	8.184	8.803	135.165	66.770
	8.184	8.803	135.170	66.772

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI para os CDBs em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata. **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber proveniente de venda de energia é de R\$ 16.116 (R\$ 16.052 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não havia títulos vencidos. **8. Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: Política contábil:** As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, suas coligadas, controladas e acionistas. Essas operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo celebra contratos com partes relacionadas, conforme as transações apresentadas no quadro a seguir. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	Passivo não	Ativo	Passivo não	
circulante	circulante	circulante	circulante	circulante
Asa Branca IV	789	–	84	–
Asa Branca V	1.250	–	510	–
Asa Branca VI	923	–	253	–
Asa Branca VII	178	–	–	–
Natureza – dividendos	3.140	–	847	–
Asa Branca VII	–	6.618	–	6.043
Asa Branca VIII	–	6.618	–	6.042
Natureza – contratos de mútuo	–	13.236	–	12.085
Total	3.140	13.236	847	12.085

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
circulante	circulante	circulante	circulante	circulante
Chapada Branca	–	489	–	1.023
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	2	–	–	–
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	2	–	–	–
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	2	–	–	–
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	2	–	–	–
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	2	–	–	–
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	1	–	–	–
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	1	–	–	–
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	2	–	–	–
Natureza – Custos e despesas compartilhadas	14	489	1.023	–
Invenery Serviços Brasil Ltda.	–	2.502	2.784	–
Natureza – fornecedores	–	2.502	2.784	–
Total	14	2.991	3.807	–

Impacto no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Natureza – custos e despesas compartilhadas	–	–	(4.543)	(5.473)
Asa Branca VII	(673)	(645)	–	–
Asa Branca VIII	(673)	(645)	–	–
Natureza – juros sobre mútuo	(1.346)	(1.290)	–	–
	(1.346)	(1.290)	(4.543)	(5.473)

Compartilhamento de custos e despesas: Em 31 de dezembro 2025, o Grupo mantém contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber: **(i) Compartilhamento de custos e despesas em as SPEs do Grupo:** O Grupo mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as controladas, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas. **(ii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo – SP:** A controladora Chapada Branca mantém contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes. **(iii) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal – RN:** Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração (“COG”) em Natal - RN, com suas subsidiárias. O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. **Dividendos:** São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária. **Fornecedores:** O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora Chapada Branca. **Contratos de mútuo:** O quadro abaixo demonstra os contratos de mútuo da Companhia e suas respectivas condições:

Em 31 de dezembro de 2025					
Mutuante	Mutuária	Valor do Contrato	Prazo do contrato	Remuneração	R\$
Asa Branca VII	Asa Branca Holding S.A.	4.500	31/12/2033	6,25% + IPCA	6.618
Asa Branca VIII	Asa Branca Holding S.A.	4.500	31/12/2033	6,25% + IPCA	6.618
Total Ativo					13.236

A remuneração correspondente a 6,25% a.a. + IPCA (base 252 dias úteis), apropriada até a data do efetivo pagamento. O desembolso do mútuo é efetuado em parcela única, por meio de transferência eletrônica disponível (TED). Em caso de impuntualidade, incidem automaticamente multa convencional de 2% sobre o valor em atraso e juros moratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pela Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.432. **9. Tributos a recuperar: Política contábil:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	–	–	9.683	6.086
IRRF sobre aplicações financeiras	739	231	751	231
ISS	–	–	2	–
Outros tributos a recuperar	162	125	2.804	2.285
	901	356	13.240	8.602
Não circulante				
PIS/COFINS s/ ressarcimento (i)	–	–	829	1.520
	–	–	829	1.520
	901	356	14.069	10.122

(i) PIS e COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. **10. Estoques: Política contábil:** Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas. Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 4.366 (R\$ 3.431 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. **11. Tributos diferidos: Política contábil:** Os tributos diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas do Grupo, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadriennais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia. Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. **Composição:**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
IRPJ e CSLL	7.342	5.136
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	7.342	5.136
IRPJ e CSLL	1.529	1.282
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	1.529	1.282
	8.871	6.418

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos é de R\$ 2.746. **12. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente. **Composição e movimentação do investimento:**

Participação acionária	Nota	100%	100%	100%	100%	100%	mento
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024		67.854	79.211	63.584	50.969	66.460	328.078
Equivalência patrimonial		356	2.144	1.067	(3.066)	(1.033)	(532)
Dividendos distribuídos		(2.877)	(6.417)	(5.020)	—	(181)	(14.495)
Redução de capital		(1.500)	(5.500)	(6.000)	(14.500)	(11.000)	(38.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		63.833	69.438	53.631	33.403	54.246	274.551
Equivalência patrimonial		3.321	5.267	3.885	(1.801)	1.783	12.455
Dividendos distribuídos		(1.043)	(2.779)	(1.682)	—	(178)	(5.682)
Redução de capital	1.6 (a)	(11.182)	(16.860)	(8.248)	—	(4.267)	(40.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		54.929	55.066	47.586	31.602	51.584	240.767
Resumo das informações financeiras das controladas:							

2024

<

PUBLICIDADE LEGAL

continuação

das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa, este assunto, poder impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros disponibilizadas pela Companhia. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados. Quando aplicável, a avaliação foi realizada com base em premissas contratuais e, também comparação com premissas de mercado; - Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de Receita com Energia: Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita com Energia no montante de R\$ 106.268 mil, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; - Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. - Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e - Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31

Asa Branca Holding S.A.

de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de março de 2025, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referi-

das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Março de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori Contador CRC 1SP245014/O-2

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

neon

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento CNPJ nº 20.855.875/0001-82

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS	
ATIVO	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	33.306
Disponibilidades em moeda nacional	33.306
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	136
Títulos e valores mobiliários	136
Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	605.807
Títulos e valores mobiliários	605.807
Ativos financeiros ao custo amortizado	4.471.217
Relações interfinanceiras	1.701.498
Valores a receber de cartões de crédito	2.845.105
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(75.386)
Outros ativos	410.980
Outros créditos diversos	298.577
Outros valores e bens	112.403
Créditos tributários	319.409
Investimentos	53.878
Participação em controladas	43.472
Ágio	10.406
Imobilizado	7.639
Imobilizado de uso	43.680
(-) Depreciação acumulada	(36.041)
Intangível	121.798
Ativos intangíveis	221.984
(-) Amortização acumulada	(100.186)
Total do ativo	6.024.170
PASSIVO	31/12/2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.435.612
Depósitos	1.518.092
Relações interfinanceiras – obrigações	2.917.520
Outros passivos	1.169.752
Obrigações sociais e estatutárias	34.756
Obrigações fiscais e previdenciárias	28.944
Outras obrigações – diversas	1.106.052
Total do passivo	5.605.364
Patrimônio líquido	
Capital social	3.450.627
Reserva de capital	75.629
Outros resultados abrangentes	239
Prejuízos acumulados	(3.107.689)
Total do patrimônio líquido	418.806
Total do passivo e patrimônio líquido	6.024.170

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
	31/12/2025
	2º Semestre Exercício
Receitas de intermediação financeira	570.473 1.003.311
Receitas de operações com cartões de débito e crédito	167.021 320.272
Resultado de títulos e valores mobiliários	111.840 196.069
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	42.924 80.890
Comissões por origemação e recuperação de crédito	88.178 136.023
Receitas de serviços app Neon	160.510 270.057
Despesas de intermediação financeira	(137.858) (300.931)
Obrigações de empréstimos	(66.003) (128.373)
Operações com cartão de débito e crédito	(55.466) (138.489)
Manutenção de conta	(16.389) (34.069)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas	432.615 702.380
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.665) (9.677)
Provisão para perdas esperadas associadas à títulos e valores mobiliários	– (215)
Resultado de intermediação financeira	427.950 692.488
Outras receitas/ (despesas) operacionais	(316.559) (616.974)
Despesas com pessoal	(46.403) (98.797)
Despesas com vendas	(22.371) (35.754)
Despesas administrativas	(206.812) (428.746)
Despesas tributárias	(65.708) (112.974)
Despesas com prestação de serviços	(24.168) (51.454)
Resultado de participação em controladas	6.695 17.384
Outros resultados operacionais, líquidos	42.208 93.367
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	111.391 75.514
IRPJ e CSLL corrente	(19.110) (19.110)
IRPJ e CSLL diferido	(8.294) (8.294)
Lucro líquido do semestre/exercício	83.987 48.110
Quantidade de ações	22.494.317 22.494.317
Lucro líquido por ações	0.0037 0.0021

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	
	31/12/2025
	2º Semestre Exercício
Lucro do semestre/exercício	83.987 48.110
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	117 (16)
Resultado abrangente total	84.104 48.094

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital Social Subscrito	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2024	3.450.627	63.515	255	(3.090.545)	423.852
Adoção inicial – Resolução BCB nº 178/22	–	–	–	455	–
Adoção inicial – Resolução BCB nº 352/23	–	–	–	(65.709)	(65.709)
Pagamento baseado em ações	–	12.114	–	–	12.114
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	–	–	(16)	–	(16)
Lucro do exercício	–	–	–	48.110	48.110
Saldos em 31/12/2025	3.450.627	75.629	239	(3.107.689)	418.806
Saldos em 30/06/2025	3.450.627	68.377	122	(3.191.676)	327.450
Pagamento baseado em ações	–	7.252	–	–	7.252
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	–	–	117	–	117
Lucro do semestre	–	–	–	83.987	83.987
Saldos em 31/12/2025	3.450.627	75.629	239	(3.107.689)	418.806

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao acionista e administradores da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento, São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., CRC 2SP-027685/O-0 F SP, assinada por Jonas Moreira Salles, Contador, CRC SP295315/O-4.

O Parecer do Auditor sem ressalvas datado de 11 de março de 2026, encontram-se disponível em formato integral na sede da Companhia e na versão digital deste jornal.

PUBLICIDADE LEGAL

Membro do Fed espera alta da inflação nos próximos meses, mas prevê meta de 2% atingida em 2027

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Nova York, John Williams, disse nesta segunda-feira, 30, que o aumento significativo nos preços da energia, resultante dos acontecimentos no Oriente Médio, provavelmente impulsionará a inflação geral nos próximos meses, mas que os efeitos devem se reverter parcialmente ainda este ano, supondo que os preços do petróleo caiam após o fim das hostilidades.

Em evento da Staten Island Economic Development Corporation, Williams afirmou que espera que a inflação ampla fique em torno de 2,75% em 2026 nos EUA, antes de atingir a meta de longo prazo do Fed de 2% em 2027.

De acordo com ele, não há sinais de que efeitos de segunda ordem significativos decorrentes das tarifas estejam se espalhando para o resto da economia.

Além dos preços, a guerra pode ainda prejudicar o crescimento, segundo o dirigente, que ressaltou os recentes acontecimentos no Oriente Médio como um grande fator de incerteza. “O baixo nível de contratação pode estar aumentando o pessimismo econômico”, acrescentou.

IstoÉDinheiro

neon Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.									
CNPJ nº 11.285.104/0001-06									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.									
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
ATIVO			31/12/2025				31/12/2025		
			2º Semestre Exercício				2º semestre Exercício		
Caixa e equivalentes de caixa			1.448.277 2.817.754				Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Disponibilidades em moeda nacional			1.259.221 2.437.724				Prejuízo do semestre/exercício		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			49.904 97.080				(97.058) (106.714)		
Títulos e valores mobiliários			95.230 239.028				Ajustes ao resultado líquido:		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			43.922 43.922				Baixa do ativo intangível		
Títulos e valores mobiliários			(568.292) (1.025.904)				(15.952) (15.952)		
Instrumentos financeiros derivativos			(430.211) (779.040)				IRPJ e CSLL diferidos		
Ativos financeiros ao custo amortizado			(138.128) (246.575)				Depreciação e amortização		
Operações de crédito			47 (289)				Receitas financeiras, líquidas		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			879.985 1.791.850				(1.404.355) (2.773.496)		
Aplicações interfinanceiras de liquidez			(725.032) (1.397.503)				(435) 517		
Outros créditos			154.953 394.347				Plano de incentivo a longo prazo		
Créditos tributários			(358.893) (613.878)				Provisão para participação nos resultados		
Imobilizado			20.125 31.890				Resultado de variação cambial		
Imobilizado de uso			(303.459) (508.506)				Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
(-) Depreciação acumulada			(41.605) (74.733)				(778.979) (1.282.753)		
Intangível			(36.608) (66.008)				Despesa de juros provisionados e não pagos com empréstimos		
Ativos intangíveis			2.654 3.479				426.993 772.917		
(-) Amortização acumulada			(203.940) (219.531)				(1.917.077) (3.494.398)		
Total do ativo			154.953 394.347				Variação nos ativos e passivos		
PASSIVO			(97.058) (106.714)				Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Passivos financeiros ao custo amortizado			(97.058) (106.714)				Títulos e valores mobiliários		
Depósitos a prazo			40.143 (11.903)				Operações de crédito		
Outros passivos			66.739 124.720				Outros créditos		
Outras obrigações – diversas			(203.940) (219.531)				IRPJ e CSLL pagos		
Obrigações fiscais e previdenciárias			40.143 (11.903)				Outras obrigações		
Obrigações sociais e estatutárias			66.739 124.720				Juros pagos		
Impostos e contribuições diferidos			(97.058) (106.714)				Caixa aplicado nas atividades operacionais		
Total do passivo			(97.058) (106.714)				Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Patrimônio líquido			(97.058) (106.714)				Baixa de intangível		
Capital social			97.058 106.714				Aquisição de intangível		
Reserva de capital			258 72				(20.535) (37.607)		
Reservas de lucros			(187) (160)				Caixa aplicado nas atividades de investimento		
Outros resultados abrangentes			(32) 295				Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Total do patrimônio líquido			(97.019) (106.507)				Captação de empréstimos		
Total do passivo e patrimônio líquido			(97.019) (106.507)				Pagamento de empréstimos		
							(4.588.287) (8.405.900)		
							Aumento de capital		
							67.773 67.773		
							Caixa gerado pelas atividades de financiamento		
							20.966 693.853		
							Efeito líquido no caixa e equivalentes de caixa		
							(1.026) 20.045		
							Caixa e equiv. de caixa no início do semestre/exercício		
							254.202 233.131		
							Caixa e equiv. de caixa no final do semestre/exercício		
							253.176 253.176		
							Aumento/(Redução) no caixa e equiv. de caixa		
							(1.026) 20.045		
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									

PUBLICIDADE LEGAL



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação

Ficam os Senhores acionistas da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO") que será realizada, em primeira convocação, às **14:00h do dia 27 de abril de 2026**, de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 5º, §3º, e artigo 28, §2º, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital") e com prazo de cadastramento até o final do dia 25 de abril de 2026, conforme artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, a fim de apreciar e deliberar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme descritas abaixo. **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentada em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Definir o número de membros efetivos que comporão o Conselho de Administração da Companhia; (iii) Deliberar sobre a independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ⁽¹⁾; e (v) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto. Caso o quórum acima não seja atingido, será divulgado novo edital de convocação informando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a Assembleia ser instalada nesta data com a presença de qualquer número de acionistas. A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do art. 129 da Lei das S.A. **Instruções para Participação:** Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sem prejuízo do envio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 5º, inciso III e do artigo 28, §2º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para tal, identificado por meio do número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas. Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AGO de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. Conforme dispõe o artigo 28, §1º, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do boletim de voto a distância, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o seguinte link: (<https://assembleia.ten.com.br/412955338>), com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2026, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, ocasião em que deverão apresentar as seguintes informações: (i) nome, e-mail, telefone e número do documento de identificação do acionista, procurador ou representante legal, indicando orientação para a participação Ao Vivo do acionista ou representante e (ii) os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Para fins de cadastro prévio, os acionistas deverão enviar por meio do link da Plataforma Digital as seguintes informações: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e (3) na hipótese de representação do acionista, cópia da procuração. Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do contrato ou estatuto social; (2) cópia do ato societário de eleição do administrador (a) que comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar a procuração para que o terceiro procurador represente a acionista pessoa jurídica na Assembleia; (3) cópia de documento hábil de identidade do representante. No caso de acionistas que forem fundos de investimento, o representante deverá apresentar ainda, por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do último regulamento consolidado; (2) cópia da documentação que comprove os poderes do administrador ou gestor para representar o fundo em assembleias; (3) cópia da documentação referente à pessoa jurídica, na forma do parágrafo anterior, que comprove os poderes do representante do administrador ou gestor para representar o fundo de investimento; e (4) cópia de documento hábil de identidade do representante. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notificação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 ("Código Penal"). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo representações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize uma margem de 3 dias de antecedência do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo. **Boletim de Voto a Distância:** Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do boletim de voto a distância ("BVD") disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o acionista poderá enviar o BVD por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Itaú Unibanco S.A., instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto para o agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo mesmo, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; (2) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto (i) diretamente para a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; ou (ii) para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; ou (3) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81. Para mais informações, vide orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD publicados pela Companhia. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia deverá fazê-lo por meio da Plataforma Digital, acessando o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/412955338>, em até 4 (quatro) dias antes da data da AGO, ou seja, até 23 de abril de 2026 (inclusive). O Acionista deverá: (i) acessar o endereço eletrônico mencionado acima; (ii) realizar o cadastro com login e senha únicos, indicando que deseja participar "via Boletim de Voto a Distância", acompanhado da documentação necessária, conforme explicado acima; (iii) preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmar o seu voto. Em qualquer hipótese, o prazo para a entrega do BVD é de todos os documentos necessários não poderá ultrapassar o prazo limite para recebimento do BVD, qual seja, **23 de abril de 2026. Voto Múltiplo:** Em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas, por escrito, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. e do artigo 3º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022. Contudo, a administração da Companhia destaca a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. **Instalação do Conselho Fiscal.** Ainda, em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º, da Lei das S.A., é de 2% (dois por cento). As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 e da Companhia (<https://ri.heringer.com.br/>). Paulínia, 27 de março de 2026.

Nikolay Vasilchikov - Presidente do Conselho de Administração

¹ Em cumprimento com o artigo 5º da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 141 da Lei 6.404/1976, combinado com o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até as 14 horas do dia 25 de abril de 2026. ² O envio do BVD por meio da Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista.



DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

CSO Energia SPE S.A.

CNPJ Nº 63.844.482/0001-86 - NIRE Nº 353.006.815-25
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora, Local: 28/02/2026, às 10 hs, na sede social. **Presença:** Da única acionista da Companhia, Corpus Saneamento e Obras Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.733.363/0008-36, com sede no endereço acima descrito, neste ato representada por seus representantes legais. **Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação. **Composição da Mesa:** **Ricardo Gonçalves Valente** - Presidente; **Cristina Maria Valente Atchabahian** - Secretária. **Deliberações:** 1. Alteração do endereço, com o complemento necessário; 2. Aumento do capital social da Companhia em **R\$ 13.074.170,44**, passando este de R\$ 1.000,00 para **R\$ 13.075.170,44**, mediante a emissão de **13.074.170,44** (treze milhões, setenta e quatro mil, cento e setenta e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. As referidas ações serão integralizadas mediante acervo líquido formado por ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da Corpus Saneamento e Obras Ltda., conforme Laudo de Avaliação emitido por Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda., com data de 28 de fevereiro de 2026, elaborado e assinado por **Ricardo Afonso Parra, Contador CRC 15P-237.688/0-4**, apresentado aos acionistas, aprovado nesta assembleia nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/1976. **2.1.** O Laudo de Avaliação e documentos comprobatórios permanecerão arquivados na sede da Companhia, passando a integrar a presente ata para todos os fins legais. **2.2.** Os acionistas presentes declaram, para todos os fins de direito, que os bens conferidos ao capital social da Companhia, descritos no Laudo de Avaliação aprovado nesta assembleia, não foram avaliados por valor superior ao de mercado, responsabilizando-se, na forma do § 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/1976, pela exatidão da avaliação e pelas informações constantes dos documentos apresentados. **3.** Consolidação do Estatuto Social com a alteração do Capítulo 1 - Artigo 1º e Capítulo II - Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia em virtude das deliberações descritas nos itens acima, os quais passarão a vigorar com a seguinte redação: De: Artigo 1º - A denominação da sociedade é CSO Energia SP E S.A., constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Altos da Bela Vista - e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Para: Capítulo 1 - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A denominação da sociedade é CSO Energia SPE S.A., constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Indaiatuba/SP na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Bloco 01, Altos da Bela Vista - e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. (...) De: Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 4º - O capital social da Sociedade é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.000,00 em moeda corrente nacional. Para: Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 4º - O capital social da Sociedade é de R\$ 13.075.170,44, mediante a emissão de 13.075.170,44 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 13.075.170,44 em moeda corrente nacional. Nada mais. Indaiatuba, 28/02/2026. Juceesp nº 153.157/26-4 em 27/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **Estatuto Social da CSO Energia SPE S.A. Capítulo 1 - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º** - A denominação da sociedade é **CSO Energia SPE S.A.**, constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Indaiatuba/SP, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Bloco 01, Altos da Bela Vista - e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **§ Único** - A Sociedade poderá, por deliberação da sua Diretoria, alterar a sede para outro endereço e poderá ainda abrir, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional. **Artigo 2º** - A Sociedade tem como propósito específico a: **geração, produção, distribuição e comercialização de energia elétrica a partir do biogás; aluguéis de imóveis. § 1º** - É vedado à Sociedade praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social. **§ 2º** - Por se tratar de uma subsidiária integral, fica destacado que o acervo técnico é pertencente e extensivo, nos termos da legislação aplicável, à acionista Corpus Saneamento e Obras Ltda. bem como aos seus responsáveis técnicos perante o CREA/SP. **§ 3º** - Para exercer a parte técnica, poderão ser contratados engenheiros devidamente habilitados e registrados no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, que terão, também, os poderes necessários ao pleno exercício de suas funções, nos termos da legislação correlata. **Artigo 3º** - A Sociedade por ser de Propósito Específico, terá seu término vinculado a impossibilidade de exploração de biogás no Aterro Sanitário de Indaiatuba/SP, ocasião em que se esgotará o seu objeto específico de atuação, incluindo o recebimento de seus haveres, sendo a data do registro da Sociedade na JUCESP, a data inicial de suas atividades. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 4º** - O capital social da Sociedade é de R\$ 13.075.170,44, mediante a emissão de 13.075.170,44 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 13.075.170,44 em moeda corrente nacional. **Artigo 5º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, pelo menos uma vez ao ano: **(I)** ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores; e **(II)** extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Sociedade o exigirem ou quando convocadas, nos termos da legislação aplicável. **§ 1º** - As Assembleias Gerais serão convocadas na forma do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, preferencialmente por qualquer dos Diretores ou pelo acionista da Sociedade. **§ 2º** - As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando a maioria absoluta dos votos válidos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. **§ 3º** - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 7º** - As seguintes matérias são reservadas à Assembleia Geral, principalmente no que tange a: **a)** reformar o Estatuto Social; **b)** eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Sociedade; **c)** tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **d)** autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; **e)** suspender o exercício dos direitos do acionista (artigo 120 da Lei nº 6.404/76); **f)** deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social da Sociedade; **g)** autorizar a emissão de partes beneficiárias; **h)** deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e **i)** qualquer decisão relativa à falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação da Sociedade. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 8º** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por 3 Diretores eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 3 anos, permitida a reeleição. **Artigo 9º** - Compete aos Diretores, individualmente, observadas as deliberações ou determinações da Assembleia Geral, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, a prática de todos os atos ordinários de gestão, especialmente: **a)** Representar a Sociedade em juízo ou fora dele; **b)** Firmar acordos e contratos de qualquer natureza; **c)** Adquirir, alienar ou gravar bens de propriedade da Sociedade; **d)** Contrair empréstimos e outorgar garantias de qualquer natureza; **e)** Nomear procuradores "ad judicia" e "ad negotia", determinando o prazo de seus mandatos, que no caso de procuração "ad negotia" não poderá ser superior a um ano e no caso de procuração "ad judicia" poderá ser por prazo indeterminado; **f)** Emitir, aceitar e endossar cheques e notas promissórias, emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio e fornecer aval relativamente a instrumentos de créditos e outros títulos comerciais; **g)** Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; **h)** Receber e dar quitação, transigir e renunciar a direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade em nome da Sociedade; e **i)** Abrir ou fechar filiais, matrizes, agências, escritórios e estabelecimentos da Sociedade. **Artigo 10** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por qualquer de seus membros, realizada com antecedência mínima de 5 dias. A presença da totalidade dos Diretores dispensará a antecedência mínima prevista neste artigo. **§ 1º** - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da totalidade de seus membros e as deliberações da Diretoria serão aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes. **§ 2º** - Caso haja impasse entre os Diretores a respeito das matérias a serem deliberadas pela Diretoria, será facultado a qualquer um desses Diretores, agindo individualmente, convocar Assembleia Geral, com vistas a submeter o impasse aos Acionistas, que se reunirão em Assembleia Geral para apreciar e decidir sobre referido impasse. **§ 3º** - Os Diretores podem participar das reuniões da Diretoria por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação, e poderão enviar seus votos por e-mail ou por delegação a outro membro da Diretoria, sendo considerados presentes os Diretores que assim procederem. **§ 4º** - As reuniões de Diretoria deverão ser consignadas em ata escrita, a qual deverá anexar todos os materiais e documentos acessórios pertinentes. **Artigo 11.** Competirá à Diretoria a representação da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular. **Artigo 12** - A representação ativa e passiva da Sociedade, em Juízo e fora dele, será sempre exercida por 2 diretores em conjunto, ou por 1 diretor e 1 procurador especificamente designado para tal fim, ou, ainda, por 2 procuradores com poderes específicos, nomeados nos termos do § 1º abaixo. **§ 1º** - Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 diretores da Sociedade e não poderão ter prazo superior a 1 ano nem permitir o subestabelecimento, salvo aqueles com finalidade "ad judicia", que poderão ter prazo indeterminado e permitir o subestabelecimento. **§ 2º** - A Sociedade obedecerá a padrões de governança corporativa e adotará contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei nº 6.404/76, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 13** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, com funções definidas na legislação aplicável, composto por 3 membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral. Os acionistas deverão também determinar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade, se houver. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Balanço e Resultados - Artigo 14** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Quando ocorrer o encerramento do exercício social, a Diretoria fará com que sejam elaboradas as demonstrações financeiras, na forma da Lei 6.404/76, artigo 176, acompanhadas de relatório da administração, submetendo-os à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido. **§ 1º** - Por exigência legal ou por deliberação da Diretoria poderão ser elaborados balanços e demonstrações financeiras intermediárias ou intercálculos e distribuídos dividendos. **§ 2º** - A Diretoria, se verificados lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, poderá, ao seu critério, declarar dividendos intermediários e distribuí-los aos sócios, na proporção de sua participação societária. **Artigo 15** - Apurado o resultado do exercício e deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda, ao lucro líquido será dada a seguinte destinação: **a)** 5% para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% do capital social, conforme previsto pela Lei 6.404/76, artigo 193; e **b)** 25% à conta de dividendos obrigatórios não cumulativos, ajustados conforme a Lei nº 6.404/76, artigo 202, inciso 1. **§ 1º** - A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do lucro remanescente, podendo distribuí-lo parcialmente na forma de participação nos lucros ou resultados. **§ 2º** - O valor pago ou creditado a título de juros sobre capital próprio será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. **Artigo 16.** Os dividendos atribuídos a não retirados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da Sociedade após decorrido 3 anos de sua distribuição. **Capítulo VII - Dissolução - Artigo 17** - A Sociedade se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante que deva funcionar durante o período. **Capítulo VIII - Disposições Finais - Artigo 18** - Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste - Estatuto Social reger-se-ão pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 19** - Fica eleito o Foro da Comarca de Barueri/SP, como o único e exclusivamente competente para dirimir quaisquer questões originadas deste Estatuto, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. **04=)** Que, foram nomeados Diretores, como preceitua a letra "F", do § 2º, do Artigo 88, da Lei nº 6.404/76, para cumprir mandato previsto, na forma do artigo 8º do Estatuto Social, os seguintes Diretores: **(I) Marco Antonio Valente**, CPF/MF nº 012.279.898-81, RG nº 6.126.630-9 SSP/SP; **(II) Ricardo Gonçalves Valente**, CPF/MF nº 003.057.278-93; e **(III) Cristina Maria Valente Atchabahian**, CRE nº 26598-5 - 2ª Região, e engenheira civil inscrita no CREA nº 5.061 078.390/D, CPF/MF nº 119.312.718-10. **05=)** Pelos Diretores me foi declarado que aceitam a presente nomeação, nada tendo a se opor. **06=)** Que, os Diretores perceberão conjuntamente a remuneração a ser definida em Assembleia Geral Ordinária. **07=)** Os membros da Diretoria assinam a presente ata aceitando os cargos para os quais foram eleitos, afirmando que: (i) conhecem plenamente a legislação e não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades empresárias, ou a administração de companhias empresárias nem por lei especial, nem condenados ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (ii) preenchem os requisitos previstos na regulamentação acima referida.

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.





FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, especialmente ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatórios dos Auditores Independentes. **Política de Equidade e Indicadores de Gênero:** (Art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, incluído pela Lei nº 15.177/2025) O Banco VR S.A. adota princípios de equidade, diversidade e não discriminação em seus processos de recrutamento, seleção, desenvolvimento e remuneração de seus colaboradores, observando a legislação aplicável, as normas regulatórias do Sistema Financeiro Nacional e suas políticas internas de gestão de pessoas. As práticas adotadas têm como objetivo assegurar igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e tratamento isonômico entre profissionais que ocupam cargos e funções similares, independentemente de gênero. **a) Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico:** A composição do quadro de colaboradores do Banco VR S.A., segregada por gênero e por níveis hierárquicos, encontra-se resumida a seguir: Quadro funcional total: Exercício de 2025: 03 mulheres e 11 homens: Exercício de 2024: 05 mulheres e 08 homens: Cargos de liderança e gestão: Exercício de 2025: 00 mulheres e 03 homens: Exercício de 2024: 00 mulheres e 03 homens: **b) Mulheres em cargos de administração:** No exercício de 2025, os cargos de administração do Banco VR S.A. (Diretoria e demais órgãos estatutários, quando aplicável) foram ocupados integralmente por profissionais do sexo masculino. No exercício de 2024, a composição dos cargos de administração apresentava a mesma configuração, não havendo participação feminina nesses níveis hierárquicos em ambos os exercícios analisados. **c) Demonstrativo de remuneração por gênero:** A remuneração dos colaboradores do Banco VR S.A., considerada de forma agregada e para cargos ou funções similares, contempla os seguintes componentes: remuneração fixa, variável e eventual. De forma consolidada, não foram identificadas distorções relevantes de remuneração entre homens e mulheres que ocupam funções equivalentes, observadas as políticas internas, os critérios de mérito, desempenho, responsabilidade e complexidade dos cargos. **d) Evolução comparativa dos indicadores:** Os indicadores apresentados nos itens (a), (b) e (c) refletem a evolução comparativa entre os exercícios de 2024 e 2025, permitindo acompanhamento da composição do quadro funcional, da participação feminina em posições de liderança e da estrutura remuneratória ao longo

do período. **Panorama dos Negócios e Atividades:** O Banco VR S.A. é uma instituição financeira constituída sob a forma de banco múltiplo, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 1.524/88, com atuação nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. A Instituição é especializada em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos, tendo sido originalmente concebida para ofertar soluções financeiras, principalmente de crédito, aos clientes e parceiros do Grupo VR. Ao longo de sua trajetória, o Banco desempenhou papel estratégico no suporte às operações da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A., especialmente nos negócios relacionados a Benefícios PAT e processamento e captura de transações. **Desempenho e Atividades do Exercício:** Durante o exercício de 2025, o Banco manteve foco em uma estratégia conservadora de gestão de ativos e passivos, priorizando liquidez, solidez patrimonial e aderência regulatória. A principal fonte de captação da Instituição permaneceu sendo os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) indexados ao CDI, dos quais aproximadamente 0,10% foram emitidos aos acionistas/controladores e cerca de 99,90% a empresas ligadas ao Grupo VR. Os recursos captados foram aplicados substancialmente em operações de elevada liquidez no mercado financeiro, especialmente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (Selic), assegurando elevada capacidade de honrar obrigações financeiras. Em cenários de estresse, o Banco demonstra capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes. **Principais Eventos do Exercício:** Em 9 de setembro de 2025, foi celebrado o Acordo de Cotistas da Classe Única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada (V CDT 1 FIDC), fundo constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo econômico da estrutura é financiar, por meio da aquisição de direitos creditórios, operações originadas no âmbito do grupo econômico VR, com governança compartilhada entre VR e FIC Zeta, além da participação do grupo econômico BTG na gestão, administração e estruturação do fundo. O Banco VR S.A. não participa da estrutura como cotista, atuando como interveniente e prestador de serviços à Classe e ao Fundo, exercendo, entre outros, os seguintes papéis: • Bancarização das operações; • Oferta e endosso de direitos creditórios; • Coordenação operacional com a VR Benefícios; • Participação em contratos operacionais relacionados à estrutura. **Gestão de Riscos e Capital:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, atualizada pela Resolução CMN nº 5.207/2025, o Banco dispõe de estruturas contínuas e integradas de gerenciamento de riscos e de capital, compatíveis com a natureza de

suas operações, complexidade de seus produtos e perfil de risco. **Risco Operacional:** O Banco possui política específica para gerenciamento do risco operacional, bem como estrutura destinada ao mapeamento, monitoramento e registro de incidentes operacionais. Está em desenvolvimento uma base histórica de dados de perdas, permitindo o aprimoramento contínuo dos controles e mitigadores de risco. **Risco de Mercado e Liquidez:** A Instituição mantém política formal de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, supervisionada por comitê específico vinculado à Presidência, com participação de membro externo à organização. São definidos e monitorados limites de exposição, incluindo VaR, testes de estresse, descasamento de prazos e níveis mínimos de liquidez. A Gerência de Riscos realiza o acompanhamento diário das exposições e reporta periodicamente ao comitê. **Risco de Crédito:** O gerenciamento do risco de crédito é realizado por meio de comitê responsável pela análise, aprovação e acompanhamento das operações, bem como pela definição de limites e monitoramento da qualidade das exposições ao longo do tempo. **Gerenciamento de Capital:** O Banco mantém políticas e estruturas adequadas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os impactos de suas atividades e projeções financeiras sobre o capital regulatório. Utiliza sistema interno que permite simulações de cenários econômicos e de carteiras, incluindo projeções das demonstrações financeiras. **Governança Corporativa e Ouvidoria:** O Banco VR S.A. adota práticas de governança compatíveis com seu porte e complexidade operacional, assegurando transparência, segregação de funções e adequada supervisão dos riscos. Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria, em atendimento à Resolução CMN nº 4.433, com a finalidade de assegurar a observância das normas legais e regulamentares relativas à proteção dos direitos dos clientes, bem como atuar como canal de comunicação entre a Instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos. **Perspectivas e Tendências:** Para o exercício de 2026, a Administração projeta a continuidade da estratégia conservadora, com ênfase em liquidez, eficiência operacional e robustez de capital. Espera-se crescimento gradual dos produtos de tesouraria e investimentos, alinhado às condições do mercado monetário, com foco em operações de curto prazo e negociação de títulos públicos federais e instrumentos indexados ao CDI. A Instituição seguirá avaliando oportunidades que estejam aderentes ao seu perfil de risco, mantendo rigor na gestão prudencial e no cumprimento das exigências regulatórias.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)					
Ativo	2025	Passivo	2025		
Disponibilidades (nota 4)	4	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	668.281		
Instrumentos financeiros	713.247	Depósitos (nota 12)	668.281		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	301.299	Relações interdependências	–		
Relações interfinanceiras (nota 6)	352.030	Relações interfinanceiras	–		
Operações de Créditos (nota 7)	59.918	Outros passivos (nota 13)	21.547		
Outros instrumentos financeiros	15.045	Cobrança e arrecadação de tributos	188		
Outros créditos (nota 8)	15.045	Sociais e estatutárias	1.395		
Outros Valores e Bens	2.176	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	10.831		
Ativos não financeiros mantidos para venda (nota 9)	2.176	Diversas	9.133		
Investimentos	6.206	Patrimônio líquido (nota 17)	47.024		
Participação em controlada no país (nota 10)	6.206	Capital de domiciliado no país	99.738		
Imobilizado (nota 11)	13	Reservas	8.445		
Outras imobilizações de uso	70	Ajuste de Avaliação	271		
(Depreciação acumulada)	(57)	Prejuízos acumulados	(61.430)		
Intangível	161				
Total do Ativo	736.852	Total do Passivo	736.852		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)						
	Capital realizado	Reservas de capital	Reserva legal	Ajuste de avaliação	Outros resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2024	99.738	544	7.901	–	(8)	(73.229)
Ativos Financeiros ao Valor Justo	–	–	–	–	8	–
Efeito da adoção da Resolução 4966/21 (nota 17)	–	–	–	271	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	11.799
Saldos em 31 de dezembro de 2025	99.738	544	7.901	271	–	(61.430)
Saldos em 30 de Junho de 2025	99.738	544	7.901	271	–	(65.441)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	4.011
Saldos em 31 de dezembro de 2025	99.738	544	7.901	271	–	(61.430)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – O Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. A sede do Banco está localizada em São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, 460, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04553-900, São Paulo-SP. O Banco possui 4 acionistas, sendo o maioritário Szajman Participações Societárias S.A. com 99,42% de participação. Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,10% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,90% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 25. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência internacional, ainda não recepcionadas pelo CMN ou pelo Bacen. **a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** 1. Resolução CMN nº 4.966/21 e normativos complementares: Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e hedge accounting. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidênciação de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), em vigor em 01.01.2025. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão, a partir de 1º de janeiro de 2025, observar os critérios contábeis para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge accounting). A metodologia de apuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, segue os padrões internacionais de gestão de risco, especificamente os conceitos da norma IFRS 9. Aqui estão os principais pontos: • Estágios de Risco • Modelos de Perda Esperada. A classificação dos ativos financeiros em estágios de risco segue os princípios da IFRS 9, sendo baseada na avaliação da deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Os critérios de migração entre estágios consideram: Estágio 1: ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão é calculada com base na perda esperada para 12 meses. Estágio 2: ativos com aumento significativo do risco de crédito. A provisão é calculada com base na perda esperada durante toda a vida do ativo. Estágio 3: ativos com evidência objetiva de perda (inadimplência). A provisão também considera a perda esperada ao longo da vida. A migração entre estágios ocorre com base em indicadores como atraso nos pagamentos, reestruturações, classificação interna de risco e outras evidências qualitativas. A cura (retorno a estágio anterior) é permitida quando há melhora substancial e sustentada no perfil de risco do ativo, conforme critérios definidos na política de crédito da instituição. O Banco adotou o Modelo Simplificado para a apuração das provisões. Esse modelo, adequado para instituições menores, atende aos requisitos da IFRS 9, mas com menor complexidade. A adoção do modelo simplificado teve impacto contábil, o qual está refletido no Patrimônio Líquido da instituição, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras: O Banco VR adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 e optou pela dispensa da apresentação nas Demonstrações Financeiras dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Com o objetivo de melhor compreensão destas Demonstrações Financeiras, foram incluídas informações suplementares no Balanço Patrimonial e Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, que corresponde aos saldos de 31 de dezembro de 2024, ajustados

com os novos conceitos na data inicial da vigência da Resolução CMN nº 4.966/21. Os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 no balanço de abertura foram refletidos nos saldos ajustados, totalizando R\$ 271. II. Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023 estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidênciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), moeda funcional do Banco. A administração optou por apresentar os ativos por ordem de liquidez e os passivos por ordem de exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentada em nota explicativa.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa. As categorias de mensuração adotadas são: • Custo Amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros. • Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e realizar vendas, desde que os fluxos sejam exclusivamente de principal e juros. • Valor Justo por Resultado (VJR): ativos que não se enquadram nas categorias anteriores ou cuja designação visa eliminar inconsistências contábeis. **d) Relações Interfinanceiras:** Valores a receber junto a empresas ligadas, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais). **e) Operações de crédito e Provisão para perda esperada:** As operações de crédito são reconhecidas como ativos financeiros e mensuradas conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, alinhada à norma internacional IFRS 9 e ao Pronunciamento Técnico CPC 48. A instituição adota o modelo de perda esperada em três estágios, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21: • Estágio 1: ativos sem aumento significativo de risco – provisão com base na perda esperada para 12 meses. • Estágio 2: ativos com aumento significativo de risco – provisão com base na perda esperada ao longo da vida do ativo. • Estágio 3: ativos com evidência objetiva de perda – provisão integral com base na perda esperada. A avaliação considera fatores internos e externos, como indicadores macroeconômicos, histórico de pagamento, reestruturações e atrasos superiores a 30 dias. A metodologia utilizada é a simplificada, conforme permitido para instituições de menor porte. **f) Outros créditos:** São representados substancialmente por depósitos judiciais representados substancialmente por valores vinculados a processos judiciais, nos quais a instituição figura como parte. Esses ativos são registrados com base em seus valores históricos, conforme os comprovantes de depósito emitidos pelas instituições financeiras responsáveis pela custódia dos recursos. **g) Investimentos:** Os investimentos em controlada são registrados pelo método da equivalência patrimonial. **h) Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **i) Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os

Demonstrações do Resultado para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)		
	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas da intermediação financeira	37.555	66.777
Rendas de Empréstimos (nota 18)	12.545	17.426
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários (nota 18)	25.008	49.351
Despesas da intermediação financeira	(42.357)	(80.701)
Operações de captação no mercado (nota 20)	(42.357)	(80.701)
Resultado bruto da intermediação financeira	(4.804)	(13.924)
Outras receitas operacionais	30.444	61.638
Receitas de prestação de serviços (nota 21)	26.264	49.138
Resultado de participação em controladas (nota 10)	110	313
Outras receitas operacionais (nota 23)	3.670	12.187
Outras despesas operacionais	(18.997)	(32.836)
Despesas de pessoal	(3.816)	(7.864)
Outras despesas operacionais (nota 24)	(2.668)	(5.121)
Outras despesas administrativas (nota 22)	(11.258)	(17.440)
Despesas tributárias	(1.255)	(2.411)
Resultado antes da tributação	6.243	14.878
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	(2.232)	(3.079)
Provisão de IRPJ e CSLL	(2.368)	(3.497)
Ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	136	418
Lucro líquido do semestre/exercício	4.011	11.799
Lucro por lote de mil ações – R\$	0,99	2,91

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)		
	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Lucro líquido do semestre/exercício	4.011	11.799
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	–	–
Resultados abrangentes do semestre/exercício	4.011	11.799

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método Indireto) para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)		
	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	6.791	16.794
Lucro do semestre/exercício	4.011	11.799
Ajustes ao lucro do semestre	–	–
Depreciações e amortizações	26	54
Resultado de participação em controlada	(110)	(313)
Provisões (reversão) para riscos	11	11
Provisão (reversão) para perda esperada associada ao risco de crédito	621	2.157
Ajuste TVM de Mercado	–	7
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	2.368	3.497
Imposto de renda diferido	(136)	(418)
Variação em Ativos e Passivos Operacionais – (Aumento)/Diminuição	20.526	(55.773)
Redução das aplicações em depósitos interfinanceiros (Aumento) redução em títulos e valores mobiliários (Redução) aumento de depósitos	(96.276)	(96.778)
Redução em relações interfinanceiras e interdependências (Aumento) redução de outros créditos (Redução) aumento de outras obrigações (Aumento) operações de créditos (Aumento) outros valores e bens	–	37.548
Imposto de renda e contribuição social pagos	176.584	51.095
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(2.485)	(357)
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	(1.302)	(3.561)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	(37.575)	(6.760)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	(13.669)	(38.206)
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.176)	(2.176)
	(2.575)	(3.698)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. **j) Valor recuperável de ativos:** A instituição observa os procedimentos definidos pela Resolução CMN nº 4.924/2021. Essa norma estabelece os princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidênciação contábil, incluindo a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos. **k) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas, passivas e obrigações legais são efetuados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, com alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, *continua ...*

VR

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

visionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. **Obrigações legais** – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. **I) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo. Imposto de Renda 15,00% PIS 0,65% Adicional de imposto de Renda 10,00% COFINS 4,00% Contribuição Social sobre o Lucro Líquido 20,00% ISS até 5,00%

m) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da instituição utilize julgamento técnico para formular estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações. Essas estimativas são elaboradas com base nas melhores informações disponíveis na data de encerramento do exercício, considerando fatores internos e externos, inclusive projeções econômicas e riscos operacionais, tais como: (i) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa; (ii) Impairment de Ativos; (iii) Contingências Ativas e Passivas; (iv) Realização de Prejuízo Fiscal e Créditos Tributários. Os valores efetivos de liquidação dos ativos e passivos podem diferir das estimativas apresentadas, especialmente em cenários de instabilidade econômica ou mudanças regulatórias. A Administração revisa continuamente suas premissas para refletir as condições atuais e futuras do mercado. **n) Resultado recorrente/não recorrente:** Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro do Banco no exercício de 2025, no montante de R\$ 11.799 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2025
Disponibilidades	4
Aplicações em operações compromissadas (*)	301.299
	301.303

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, cujo prazo inicial de aplicação e vencimento não é superior a 90 dias, e que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada (a)	301.299
Letras do tesouro nacional	301.299
	301.299

(a) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, com rendimento pré-fixado de 14,90% a.a. e vencimento em 02/01/2026. Essas operações são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, por se tratarem de aplicações mantidas com o propósito de negociação e gestão ativa da liquidez de curto prazo, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratar de ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por principal e juros. Essas operações seriam classificadas como Nível 2, pois os preços dos títulos públicos utilizados como lastro são observáveis no mercado, mas não diretamente cotados para os ativos específicos da operação.

6. Relações Interfinanceiras – São obrigações classificadas como Passivos Financeiros avaliados ao Custo Amortizado, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21. A classificação decorre da natureza contratual dos fluxos de caixa, que envolvem exclusivamente pagamentos de principal e encargos financeiros, e da intenção da instituição de liquidar essas obrigações conforme os termos originais. A mensuração pelo custo amortizado considera o valor original da obrigação, ajustado pelos custos de transação e pela amortização da diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento, com base na taxa efetiva de juros.

	31/12/2025
Pagamentos e recebimentos a liquidar (1)	335.324
Créditos vinculados (2)	16.660
Correspondentes	46
Total	352.030
Curto prazo	352.030

(1) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídos ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) com prazo médio de 30 a 90 dias, sem valores em atraso, sendo remunerado a taxa de 125% do CDI em 2025, a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco. (2) O saldo da reserva SPI refere-se aos valores mantidos nas Contas de Pagamento Instantâneo (Contas PI), utilizadas exclusivamente para a liquidação de transações instantâneas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), operado pelo Banco Central do Brasil. Essas contas são utilizadas para viabilizar operações realizadas via PIX, garantindo liquidez imediata entre as instituições participantes do sistema. Os recursos mantidos nessas contas são remunerados em 100% do CDI, conforme regulamentação vigente.

7. Operações de Crédito – Em 31 de dezembro de 2025, as operações de crédito realizadas no setor privado com pessoas jurídicas e os respectivos níveis de risco e provisionamento estavam apresentados como segue:

	31/12/2025
Operações de Crédito por tipo	
Pessoas Físicas	50.917
Crédito Consignado	7.306
FGTS	43.611
Pessoas Jurídicas	11.208
Crédito Fácil	11.208
Total de operações de crédito	62.125
Ajuste ao valor justo	429
Custos de transação e receitas incluído	(479)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(2.157)
Total líquido de perda associada ao risco de crédito	59.918

a) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:

	31/12/2025
A vencer	
Crédito Consignado	
FGTS	
Crédito Fácil	
De 0 a 14 dias	(33) (818) (191) (1.042)
De 15 a 30 dias	(2) – – (2)
De 31 a 60 dias	(18) – (52) (70)
De 61 a 90 dias	(31) – – (31)
Acima de 90 dias	(407) (26) (579) (1.012)
Saldo	(491) (844) (822) (2.157)

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	31/12/2025
Saldo no início do exercício	(271)
(-) Ajustes devido Adoção Inicial da Resolução 4.966/21	271
(+) Adições (reversões) de Provisão	(2.157)
Saldo no fim do exercício	(2.157)

b) Abertura da Carteira de Crédito por Estágio de Risco:

	Saldo Bruto	Provisão Constituída	Saldo Líquido
Estágio			
Estágio 1	60.112	(1.044)	59.068
Estágio 2	599	(101)	498
Estágio 3	1.364	(1.012)	352
Total	62.074	(2.157)	59.918

O saldo bruto por estágio de risco representa o valor total das operações classificadas conforme os estágios de risco de crédito, conforme previsto na regulamentação vigente. Esse saldo é composto pela soma do valor contratual das transações, acrescido dos custos de transação e das receitas diretamente atribuíveis à operação, que foram considerados na apuração da taxa efetiva de juros. A apresentação por estágio de risco tem como objetivo evidenciar a exposição bruta da instituição ao risco de crédito, antes da dedução da provisão para perdas esperadas, permitindo melhor análise da qualidade da carteira e dos critérios de mensuração adotados. A Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, adota um modelo baseado nos conceitos da norma internacional IFRS 9 para a contabilização de instrumentos financeiros. A adoção da nova norma gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da instituição, entre os quais destacam-se: - Reclassificação de ativos financeiros conforme modelo de negócios e características dos fluxos de caixa contratuais; - Alterações na mensuração de instrumentos financeiros, com maior uso de valor justo; - Mudança na metodologia de provisão para perdas esperadas, com aumento sensível nos saldos provisionados; - Impacto no patrimônio líquido, decorrente da aplicação retrospectiva e ajustes de transição. **8. Outros Créditos**				---	------------			31/12/2025		Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	10.513		Impostos a compensar	1.641		Ativo Fiscal Diferido	418		Outros	2.473			15.045	Curto Prazo 4.532 Longo Prazo 10.513 **9. Outros Valores e Bens** – O Banco recebeu o imóvel localizado na Avenida Portugal nº 1695–1713, em decorrência de ganho de ação judicial transitada em julgado, resultando na expropriação e adjudicação do referido bem em favor da Instituição. O bem foi reconhecido contabilmente pelo valor de R\$ 2.176, registrado como Ativos não financeiros mantidos para venda. **10. Investimentos – Participação em Controlada no País** – a) Participação em controlada no país				--	---			VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			Controlada			31/12/2025			95,46%	% de participação				--	-------		Capital social			Patrimônio Líquido	6.501		Lucro (prejuízo) líquido	328		Valor contábil do investimento	6.206		Resultado de participação em controlada	313		As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço na data-base de 31 de dezembro de 2025.		**11. Imobilizado**							--------------------------	-----------------------------	-----------------	-----------------------	------------			Taxas anuais de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	31/12/2025		Máquinas e equipamentos	10	6	(5)	(1)		Móveis e equipamentos	10	2	(2)	–		Equipamentos informática	20	62	(50)	(12)				70	(57)	(13)	**12. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros**				----------------------------	------------			31/12/2025		Depósitos à vista	1.090		Depósitos a prazo	660.207		Depósitos interfinanceiros	6.382		Outros Depósitos	602			668.281		Curto Prazo	8.788		Longo Prazo	659.493			31/12/2025		Vencimentos			Até 3 meses	1.692		De 3 a 12 meses	7.096		De 1 a 5 anos	659.493			668.281	As operações de captação no mercado são representadas substancialmente por depósitos a prazo, contratados junto a clientes e investidores institucionais, com o objetivo de financiar as atividades da instituição e compor sua estrutura de passivos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratarem de obrigações contratadas com pagamento de principal e juros em datas determinadas. A principal fonte de captação são CDB's pós-fixados indexados ao 97% do CDI, vencimento entre 02/09/2026 a 30/04/2030, sendo aproximadamente 0,10% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,90% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 25). **13. Outros Passivos**				---	------------			31/12/2025		Provisão para riscos fiscais (nota 15.b)	9.913		Provisão para impostos e contribuições a recolher	917		Provisão para pagamentos a efetuar	5.407		Compensação de recebimento (a)	2.929		Pagamento a fornecedor (b)	124		Outros	2.257			21.547	Curto Prazo 11.633 Longo Prazo 9.914 a) A rubrica compensação de recebimentos registra a movimentação correspondente ao recebimento de Transferência Eletrônica Disponível (TED) com valor igual ou superior a R\$ 200. b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos ECs (estabelecimentos comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. **14. Imposto de Renda e Contribuição Social** – Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:				---	------------			31/12/2025		Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	14.878		Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	6.695		Exclusões (adições):	(1.615)		Resultado de participação em controlada	(141)		Provisões diversas (a)	(1.563)		Outras	89		Imposto de renda e contribuição social	(3.497)		Prejuízo Fiscal de base negativa	418		a) Refere-se substancialmente à reversão de provisão para riscos fiscais e contingências, decorrente de ganho em processo de execução fiscal proposto pela Prefeitura de Barueri, relacionado à cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis. Em 31 de dezembro de 2025 não foram constituídos créditos tributários do Banco VR S/A decorrente de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 7.862.		**15. Outros Passivos – Fiscais e Previdenciárias**				--	------------			31/12/2025		Impostos e contribuições a recolher	918		Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	9.913			10.831	Curto Prazo 918 Longo Prazo 9.913 **16. Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** – O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. **a) Devedores por depósitos em garantia**						--	--------------	------------	---------------			Fiscais	Outros	Total		Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.261	1.165	15.426		Baixas por ganho processo (1)	(4.663)	(250)	(4.913)		Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.598	915	10.513	(1) Refere-se basicamente a ganho de processo de execução fiscal proposta pela prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis. **b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza**				--	------------			31/12/2025		Provisão para riscos fiscais (a)	9.901		Provisão para riscos trabalhistas (b)	–		Provisão para outros riscos – cíveis (b)	12		Total	9.913				
(a) Classificados na rubrica “Outros passivos – Fiscais e Previdenciárias” no exigível a longo prazo, vide nota 15. (b) Classificados na rubrica de “Outros passivos – Diversas”. c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:						--	--------------	-----------	--------------			Fiscais	Cíveis	Total		Saldo final em 31 de dezembro de 2024	15.729	1	15.730		Constituição/atualização	470	11	481		Baixas (1)	(6.298)	–	(6.298)		Saldo final em 31 de dezembro de 2025	9.901	12	9.913	1) Ganho de processo de execução fiscal proposta pela prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis, julgado improcedente, registrado em outras receitas operacionais (nota 22). A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa disponível na data-base das demonstrações financeiras, acompanha regularmente os processos judiciais aos quais a instituição está sujeita. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figura como parte em dois processos trabalhistas classificados como risco de perda possível, no valor R\$ 13. **Natureza das Provisões para Riscos Fiscais:** As provisões para riscos fiscais referem-se a valores estimados para cobrir possíveis perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais relacionados a tributos federais, estaduais e municipais. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de eventos passados, e for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, com base em estimativas confiáveis, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25. **Riscos Cíveis:** São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência. **Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias:** Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em “Outras Despesas Operacionais”. O principal processo é: • IRPJ – Ação Anulatória proposta para anular os débitos objetos dos Processos Administrativos, decorrente das compensações com saldo negativo de IRPJ do ano 2003, valor envolvido R\$ 915. Em 31 de dezembro de 2025, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:						---------------------------------------	---------------------	-------------------	-------------------			31/12/2025					Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial		Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas					Fiscais					Provável	–	–	–		Possível (*)	1	914	915		Remota (*)	3	8.987	9.598		Trabalhistas					Provável					Cíveis					Remota (*)	1	12	–		Ativo não circulante	–	–	10.513		Passivo não circulante	–	9.913	–	(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorreu uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, incluindo as obrigações legais existentes, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências. **17. Patrimônio Líquido** – O capital social está representado em 31 de junho de 2025 por 4.052.039 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2024), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 99.738 (R\$ 93.738 em 2024). O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, não foram destinados Dividendos mínimos obrigatórios. A Resolução CMN nº 4.966/21, alinhada ao Pronunciamento Técnico CPC 48 e à norma internacional IFRS 9, introduziu mudanças significativas na forma de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, bem como na constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A adoção da nova norma gerou impactos contábeis relevantes, com reflexos diretos no Patrimônio Líquido da instituição, resultou em aumento no saldo de provisões para perdas esperadas, e redução líquida no Patrimônio Líquido, decorrente da constituição adicional de provisões. Reconhecimento de ajustes de transição diretamente no Patrimônio Líquido, conforme permitido pela norma, o impacto líquido estimado foi de R\$ 271, registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial. **18. Rendas de Empréstimos**					---------------------------------------	-------------	------------			31/12/2025	31/12/2025			2º Semestre	Exercício		Rendas de empréstimos FGTS	3.833	6.202		Rendas de empréstimos Consignado	6.240	6.850		Rendas de empréstimos Crédito pessoal	1.844	3.677		Rendas de operações FIDC (*)	582	582		Rendas de Comissão de permanência	46	115			12.545	17.426	(*) O Banco VR S.A. mantém relação operacional com o V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada, participando da estrutura como prestador de serviços nos termos contratados, incluindo atividades de bancarização, oferta e endosso de direitos creditórios para a Classe Única do Fundo. Durante o exercício de 2025, o Banco reconheceu receitas decorrentes dessas operações, à medida em que os serviços foram prestados ao Fundo. As receitas são calculadas com base nos contratos específicos celebrados entre as partes, que preveem remuneração pelos serviços financeiros prestados no âmbito da estrutura do FIDC. **19. Resultado de Operações com Aplicações Interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários**					---	-------------	------------			31/12/2025	31/12/2025			2º Semestre	Exercício		Rendas em operações compromissadas (*)	25.008	48.213		Rendas em títulos e valores mobiliários	–	1.138			25.008	49.351	(*) As operações compromissadas, são lastreadas em títulos públicos federais, com rendimento pré-fixado de 14,90% a.a. e vencimento em 02/01/2026. Essas aplicações são mensuradas pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratar de ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por principal e juros. **20. Operações de Captação no Mercado**					---	-------------	------------			31/12/2025	31/12/2025			2º Semestre	Exercício		Despesas de depósitos interfinanceiro	(441)	(441)		Despesas de depósitos a prazo (*)	(41.371)	(79.041)		Despesas de operações compromissadas	(193)	(509)		Despesas de com fundo garantidor de crédito	(352)	(710)			42.357	80.701	(*) As operações de captação no mercado são representadas substancialmente por depósitos a prazo, contratados junto a clientes e investidores institucionais, com o objetivo de financiar as atividades da instituição e compor sua estrutura de passivos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratarem de obrigações contratadas com pagamento de principal e juros em datas determinadas. A principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados ao 97% do CDI, vencimento entre 02/09/2026 a 30/04/2030. **21. Receitas de Prestação de Serviços**					-------------------------------------	-------------	------------			31/12/2025	31/12/2025			2º Semestre	Exercício		Rendas por serviço de pagamento (a)	21.193	39.582		Rendas de tarifas bancárias	5.071	9.556			26.264	49.138	(a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.																																																				
continua ...																																																																																																																																																																																																																																																																																																						

PUBLICIDADE LEGAL

BANCO VR S.A.									
CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP									
... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)									
22. Outras Despesas Administrativas									
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025					
	2º Semestre	Exercício		Exercício 2º Semestre		Ativo	Receitas	Exercício	Receitas
				(passivo)	(despesas)	(despesas)			
Despesas de processamento de dados	(5.482)	(8.429)	Szajman Participacoes Societarias S/A (Controladora)	(1)	–	–			
Despesas de serviços de terceiros (*)	(4.603)	(6.696)	Depósitos à vista	(758)	(90)	(48)			
Despesas de serviços do sistema financeiro	(769)	(1.426)	Captações em depósitos a prazo	–	–	–			
Despesas de publicações	–	(108)	Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	–			
Despesas de aluguéis	(85)	(168)	VR DTVM (Controlada)	–	–	–			
Despesas de comunicações	(58)	(108)	Depósitos à vista	(93)	–	–			
Despesas de amortização e depreciação	(26)	(54)	Captações em depósitos interfinanceiros	(6.382)	(815)	(441)			
Outras	(235)	(451)	VR Aluguéis e Serviços S/A (Parte Relacionada)	(3)	–	–			
	(11.258)	(17.440)	Depósitos à vista	(18.990)	(2.263)	(1.190)			
(*) Refere-se principalmente a serviços relacionados a comissões de venda e assessoria em negócios.									
23. Outras Receitas Operacionais									
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025					
	2º Semestre	Exercício		Exercício					
Reversão de provisões diversas	–	637	Depósitos à vista	(44)	–	–			
Reversão de provisões para riscos e obrigações legais (1)	–	6.298	Captações em depósitos a prazo	(575.107)	(68.526)	(36.038)			
Ganhos de processos judiciais (2)	2.888	2.933	VR Desenvolvimento de Negocios S/A (Parte Relacionada)	–	–	–			
Remuneração de impostos a compensar	128	183	Depósitos à vista	(4)	–	–			
Atualização de depósito judicial	–	1.482	Captações em depósitos a prazo	(6.281)	(748)	(394)			
Ressarcimento de despesas	225	225	VR Mobilidade S/A (Parte Relacionada)	–	–	–			
Receitas de ajuste a valor justo	429	429	Depósitos à vista	(2)	–	–			
	3.670	12.187	Captações em depósitos a prazo	(160)	(19)	(10)			
(1) Reversão de provisão e atualização de depósito judicial decorrentes de ganho em processo de execução fiscal movido pela Prefeitura de Barueri, referente à cobrança de ISS sobre locação de bens móveis, cuja ação foi julgada improcedente. (2) Refere-se principalmente a ganho de ação judicial transitada em julgado, o Banco recebeu o imóvel localizado na Avenida Portugal nº 1695–1713.									
24. Outras Despesas Operacionais									
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025					
	2º Semestre	Exercício		Exercício					
Provisão (reversão) para risco de crédito	(621)	(2.157)	Depósitos à vista	(6)	–	–			
Despesa perda esperada	(111)	(111)	Captações em depósitos a prazo	(3.775)	(450)	(237)			
Obrigações Legais	(1.149)	(1.862)	VR Imoveis e Serviços S/A (Parte Relacionada)	–	–	–			
Desconto concedido	–	(91)	Depósitos à vista	(5)	–	–			
Atualização de provisão riscos fiscais	(481)	(481)	Captações em depósitos a prazo	(737)	(88)	(46)			
Acordos de processos	(275)	(275)	VR Prestação de Serv. Adm. Ltda. (Parte Relacionada)	–	–	–			
Outras	(31)	(144)	Depósitos à vista	(4)	–	–			
	(2.668)	(5.121)	Captações em depósitos a prazo	(3.340)	(398)	(209)			
25. Transações Entre Partes Relacionadas – a) Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total do pessoal-chave da administração foi de R\$ 158, a qual é considerada benefício de curto prazo. b) Operações de crédito: Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições: • As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. • O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais: - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. Não há empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares. c) Transação com partes relacionadas: Os saldos no semestre findo em 31 de dezembro de 2025, podem ser resumidos como segue:									
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025					
	2º Semestre	Exercício		Exercício					
Depósitos à vista	(11)	–	Depósitos à vista	(11)	–	–			
Captações em depósitos a prazo	(499)	(59)	Captações em depósitos a prazo	(499)	(59)	(31)			
Rec Faria Lima Empreend. Imobiliários S/A (Parte Relacionada)	–	–	Depósitos à vista	(4)	–	–			
Depósitos à vista	(13.101)	(1.561)	Captações em depósitos a prazo	(213)	–	–			
Outras empresas do grupo	(11.394)	(1.358)	Captações em depósitos a prazo	(11.394)	(1.358)	(714)			
Depósitos à vista	(674)	–	Acionistas e seus familiares:	–	–	–			
Captações em depósitos a prazo	–	–	Depósitos à vista	(1.084)	–	–			
Depósitos à vista	(660.205)	(78.666)	Captações em depósitos a prazo	(6.382)	(815)	(441)			
Captações em depósitos a prazo	–	–	Captações em depósitos interfinanceiros	–	–	–			
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	–			
A Diretoria									
Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2									
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras									
Aos Administradores e Acionistas									
Banco VR S.A.									
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Banco VR S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase – Informações comparativas: Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras									
ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a									
fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.									
São Paulo, 31 de março de 2026.									
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.									
CRC 2SP 000.160/O-5									
Thais Helena Ferreira Farat Cosentino									
Contadora CRC 1SP 260.324/O-0									



PUBLICIDADE LEGAL

Compuway Comercial e Serviços S.A.									
CNPJ/ME nº 54.969.134/0001-44 - NIRE: 35.300.470.796									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/									
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)									
Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024	Demonstrações dos fluxos de caixa			
Circulante			Circulante			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
Caixa e equivalentes de caixa	904.325	2.137.115	Fornecedores	4.269	9.053	Lucro líquido do exercício	9.570.886	6.280.587	
Clientes	20.095.704	13.984.055	Debêntures	1.649.302	3.127.906	Itens que não afetam o caixa operacional			
Impostos a recuperar	981.612	1.001.531	Financiamentos	1.535.000	1.908.000	Apuração Diferido	-	489.294	
Conta corrente com consórcios	27.614	45.703	Obrigações trabalhistas e sociais	23.614	77.257	Provisão dos juros sobre debêntures	619.295	1.154.437	
Outras contas a receber	48.401	45.503	Obrigações tributárias	1.616.478	782.018	Provisão dos juros	173.487	-	
	22.057.656	17.213.907	Outras obrigações a pagar	-	358	Provisão de IR e CS	-	104.907	
Não circulante			Conta corrente com consórcios	208.964	56.179	Lucro líquido do exercício ajustado	10.363.668	8.029.225	
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas	4.615.334	-	Aumento/diminuição dos ativos e passivos operacionais			
Clientes	22.762.911	17.047.626		9.652.961	5.960.771	Clientes	(11.826.934)	(6.493.762)	
Total do ativo	44.820.567	34.261.533	Não Circulante			Impostos a recuperar	19.919	(278.421)	
Demonstrações do Resultado			Empréstimos e Financiamentos	1.968.379	3.046.644	Outras contas a receber	(2.897)	(1.223)	
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			Obrigações tributárias	1.531.944	1.562.130	Fornecedores	(4.784)	6.575	
	2025	2024	Debêntures	962.093	2.537.685	Obrigações trabalhistas e sociais	(53.643)	7.541	
Receita operacional líquida	22.802.476	19.871.826	Patrimônio líquido			Obrigações tributárias	804.274	424.894	
Custos dos serviços prestados	(8.569.906)	(11.423.999)	Capital social	15.000.000	7.000.000	Conta corrente com consórcios	170.874	(152.203)	
Lucro bruto	14.232.570	8.447.827	Reserva legal	3.000.000	1.400.000	IRPJ e CSLL pagos	-	(335.277)	
Despesas/receitas operacionais			Reserva de lucros	12.705.190	12.754.303	Outras contas a pagar	(358)	-	
Gerais e administrativas	(90.306)	(80.125)	Total do passivo e patrimônio líquido	44.820.567	34.261.533	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(10.893.548)	(6.821.876)	
	(90.306)	(80.125)	Demonstrações do resultado abrangente			Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Lucro antes do resultado financeiro	14.142.264	8.367.702	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			Aquisições do imobilizado	-	-	
Resultado financeiro líquido	(4.203.171)	(1.426.196)		2025	2024	Baixa de investimentos	-	-	
Lucro antes dos impostos	9.939.093	6.941.506	Lucro líquido do exercício	9.570.886	6.280.587	Caixa líquido aplicado (proveniente) nas atividades de investimentos	-	-	
IRPJ e CSLL Corrente	(275.904)	(440.184)	(+) Outros resultados abrangentes	-	-	Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
IRPJ e CSLL Diferido	(92.303)	(220.735)	(-) Total do result. abrangente do exercício	9.570.886	6.280.587	Aquisições do intangível	-	-	
	(368.207)	(660.919)				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-	
Lucro líquido do exercício	9.570.886	6.280.587				Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)						Captação através de emissão de debêntures			
	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	Pagamento de principal	(3.054.196)	(4.364.475)	
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	7.000.000	1.400.000	7.728.400	-	15.152.717	Pagamento de juros no exercício	(619.295)	(1.154.437)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.280.587	6.280.587	Pagamento de partes relacionadas	-	-	
Destinação para reserva de lucro	-	-	6.280.587	(6.280.587)	-	Lucros distribuídos	(20.000)	(279.000)	
Dividendos distribuídos	-	-	(279.000)	-	(279.000)	Captação através de emissão	-	4.954.644	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.000.000	1.400.000	11.283.705	-	21.154.304	Pagamento de principal	(1.451.265)	-	
Lucro líquido do período	-	-	-	9.570.886	9.570.886	Pagamento de juros no exercício	(173.487)	-	
Aumento de Capital Social	8.000.000	-	(8.000.000)	-	-	Partes relacionadas	4.615.334	-	
Dividendos distribuídos	-	-	(20.000)	-	(20.000)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(702.909)	(843.268)	
Destinação a reserva de Lucro	-	1.600.000	9.570.886	(9.570.886)	-	Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	(1.232.790)	364.081	
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	Caixa e equiv. de caixa no início do período	2.137.115	1.773.034	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.000.000	3.000.000	12.834.591	(0)	30.705.189	Caixa e equiv. de caixa no final do período	904.325	2.137.115	
						Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	(1.232.790)	364.081	
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)									
1. Contexto operacional: A Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de serviços públicos e de utilidades industriais, incorporação, administração e execução de obras de infraestrutura e serviços de engenharia, inclusive projetos e consultoria, por conta própria e de terceiros, comércio, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos no seu campo de atuação, participação em consórcios, empreendimentos e licitações bem como a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção destes equipamentos, distribuição e transporte por caminhão de água tratada (potável) para consumo humano e treinamentos na sua área de atuação. A Companhia atua no segmento de saneamento básico prestando serviços de engenharia e obras em redução e controle de perdas de água, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A atuação da Companhia no mercado de saneamento se dá por dois tipos de Modelos de Negócios: • Serviços de engenharia e operação: com objetivo de atuar na melhoria e eficiência operacional e comercial dos sistemas de água e esgoto, inclusive obras para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento; •									
Serviços operacionais: com objetivo de serviços padronizados para operação e manutenção de água e esgoto para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento. Sendo em geral dois tipos de fontes de receitas para estes modelos de negócios, remuneração do objeto contratado pode ser por preço unitário (medição) ou por performance (metas), definido no momento do processo licitatório ou da contratação. 1.1. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado: Na prestação de serviços de engenharia, existem consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada consorciado e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios:									
Contrato de performance									
Contratante									
Status									
Consórcio Performance Itaim Paulista: (No. 03971/19)									
SABESP									
Concluído									
Consórcio Performance Ermelino Matarazzo: (No. 407/19)									
SABESP									
Concluído									
Contrato de performance									
Contratante									
Status									
Consórcio Performance Vila Formosa: (No. 02.578/21)									
SABESP									
Concluído									
Consórcio Viduáqua: (No. 262/2022)									
CESAN									
Implantação									
Contrato de medição									
Contratante									
Status									
Consortio Revitaliza Pampulha: (nº 112024103)									
COPASA									
Em Execução									
2. Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis materiais: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis: A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 27 de março de 2026.									
A Diretoria									
Carlos J. T. Berenhauser - Diretor Presidente									
Eduardo Cerquetani - Diretor Financeiro									
Thais Luz Fernandes - CRS SP 1SP 338.313/0-4									

Diesel S-10 sobe 14% nos postos do Brasil em março com conflitos no Oriente Médio, mostra levantamento

O preço médio do diesel S-10 nos postos de combustíveis do país subiu 13,6% em março até a última sexta-feira, 27, ante o mês anterior, para R\$ 7,10 por litro, diante da escalada de conflitos no Oriente Médio, apontaram dados do Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL) nesta segunda-feira, 30.

O preço do diesel comum, por sua vez, cresceu 12,34% no mesmo período, segundo a pesquisa, feita com base nos abastecimentos realizados nos 21 mil postos credenciados da Edenred Ticket Log até 27 de março.

Etanol hidratado e gasolina também subiram neste mês, com alta de 1,26% e 3,41% ante fevereiro, para R\$ 4,83 e R\$ 6,67 por litro, em média, respectivamente.

O movimento ocorre em um período marcado pela escalada das tensões no Oriente Médio, que pressionou o petróleo no mercado internacional e seus derivados, e por ajustes recentes no Brasil, como o anunciado pela Petrobras em meados de março, afirmou a Edenred Ticket Log, em nota.

O preço do petróleo Brent, referência internacional, subiu de cerca de US\$ 70 o barril no fim de fevereiro para mais de US\$ 110 nesta segunda-feira.

A Petrobras, principal fornecedora de diesel do Brasil, elevou em 11,6% o valor médio do diesel vendido a distribuidoras, mas permanece com preços amplamente defasados ante o mercado internacional. A alta da petroleira ocorreu após o governo anunciar cortes de impostos federais e um programa de subvenção ao diesel.

IstoÉDinheiro

IstoÉDinheiro

Taxas de juros caem com temor de efeito da guerra na economia mundial e falas de Galípolo



Conforme o confronto no Oriente Médio se estende e o barril de petróleo permanece acima de US\$ 100, o impacto negativo do conflito sobre o crescimento econômico mundial começa a despertar receio de um cenário alternativo, que pode resultar em uma recessão. Com as análises colocando agora nos preços uma política monetária menos restritiva, a despeito do efeito inflacionário de curto prazo do choque, a curva de juros americana teve fechamento expressivo nesta segunda-feira, 30, conferindo alívio também ao mercado local de renda fixa.

Por aqui, além do ambiente externo, declarações do presidente do Banco Central Gabriel Galípolo contribuíram para a queda das taxas futuras, sobretudo nos vértices mais curtos. Durante evento do J.Safra, pela manhã, Galípolo indicou que, mesmo diante de “novos fatos” no

quadro global, o processo de calibragem da Selic terá continuidade.

No fechamento, a taxa do DI para janeiro de 2027 caiu de 14,37% no ajuste de sexta-feira a 14,285%. O DI para janeiro de 2029 cedeu a 14,025%, de 14,109%. O DI para janeiro de 2031 recuou de 14,16% a 14,095%.

“O mercado passa a dar mais atenção à possibilidade de que o efeito da guerra sobre a atividade será relevante, além do efeito na inflação”, afirma Felipe Sichel, economista-chefe da Porto Asset. Segundo ferramenta de monitoramento do CME Group, o mercado continua esperando que a taxa de juros nos Estados Unidos fique inalterada este ano, mas antecipou a previsão do próximo corte, de dezembro de 2027 para setembro de 2027. Perto das 15h30 (de Brasília), a probabilidade de o Fed cortar juros em algum nível em setembro do próximo ano era de 55,9%.

IstoÉDinheiro

PUBLICIDADE LEGAL

Dólar tem leve alta com guerra no Oriente Médio no radar

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar se firmou em terreno positivo ao longo da tarde desta segunda-feira, 30, em meio a uma piora da aversão ao risco, mas fechou em leve alta, abaixo de R\$ 5,25. A incerteza em torno do desenrolar da guerra no Oriente Médio mantém o petróleo acima de US\$ 100 o barril e aviva temores de estagflação global, levando investidores a buscar abrigo na moeda norte-americana.

Operadores atribuíram parte da volatilidade ao longo do pregão a questões técnicas típicas de fim de mês e trimestre, como a rolagem de posições no segmento futuro e a preparação para a disputa pela formação da última taxa ptax de março. Apesar disso, percebe-se um alívio no dólar casado (diferença o dólar spot e o futuro), após o estresse na semana passada, quando o Banco Central interveio com venda de US\$ 2 bilhões em linhas (venda com compromisso de recompra).

Com mínima de R\$ 5,2246 e máxima de R\$ 5,2673, o dólar à vista encerrou a sessão desta segunda-feira, 30, cotado a R\$ 5,2478, avanço de 0,12%. A moeda norte-americana acumula valorização de 2,22% em março, após queda de 2,16% em fevereiro. No ano, as perdas, que chegaram a superar 6%, estão em 4,39%. O real apresenta no mês desempenho superior a de seus principais pares, à exceção do peso colombiano.

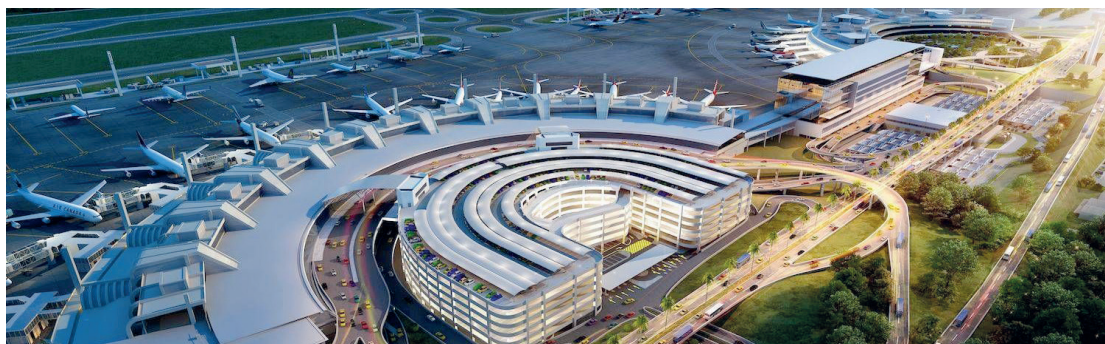
Referência do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY subia cerca de 0,30% no fim do dia, ao redor dos 100,500 pontos, após máxima aos 100,614 pontos.

IstoÉDinheiro

Enops Engenharia S.A.											
CNPJ/ME nº 69.183.143/0001-82 - NIRE 35.300.372.212											
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.											
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/											
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)											
Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)											
Ativo		2025	2024	Passivo e patrimônio líquido		2025	2024	Demonstrações do resultado			
Circulante				Circulante				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
Caixa e equivalentes de caixa		27.537.878	26.288.703	Fornecedores		1.964.843	1.056.772	2025			
Clientes		100.798.903	44.887.943	Empréstimos e financiamentos		30.516.563	21.415.983	2024			
Impostos a recuperar		4.136.932	6.669.270	Debêntures		2.230.856	3.705.284	2025			
Conta corrente com consorciadas		2.452.149	1.650.363	Obrigações trabalhistas e sociais		4.690.159	3.216.680	2024			
Partes Relacionadas		4.738.196		Obrigações tributárias		2.387.740	2.051.922	2025			
Outras contas a receber		1.731.648	870.683	Outras contas a pagar		102.681	50.217	2024			
		141.395.707	80.366.962	Tributos diferidos		1.482.285	1.186.305	2025			
Não circulante				Conta corrente com consorciadas		5.778.541	2.285.022	2024			
Realizável a longo prazo				Adiantamento de Cliente		6.720.121		2025			
Clientes		46.359.345	25.358.698	55.873.790		34.968.185		2024			
Partes relacionadas		5.721.284	4.386.003	Não circulante				2025			
		52.080.628	29.744.701	Empréstimos e financiamentos		40.401.670	22.526.173	2024			
Investimentos		1.637.525	553.810	Debêntures		902.438	2.998.830	2025			
Imobilizado		15.388.838	4.235.954	Tributos diferidos		28.774.369	7.392.289	2024			
		17.026.363	4.789.764	Contrato Oneroso		1.984.884		2025			
		69.106.991	34.534.465	Provisões para demandas judiciais		500.000	311.000	2024			
				72.563.362		33.228.292		2025			
				Patrimônio líquido				2024			
				Capital social		40.000.000	20.000.000	2025			
				Reserva legal		8.000.000	4.000.000	2024			
				Reserva de lucros		34.065.546	22.704.950	2025			
				82.065.546		46.704.950		2024			
Total do ativo		210.502.698	114.901.427	Total do passivo e patrimônio líquido		210.502.698	114.901.427	2025			
								2024			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)											
		Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total					
Saldos em 01 de Janeiro de 2024		20.000.000	4.000.000	15.821.117		39.821.117	7.009.875				
Lucro líquido do período		-	-	-	7.009.875	7.009.875					
Constituição de reserva		-	-	-	-	-					
Dividendos distribuídos		-	-	(126.042)	-	(126.042)					
Destinação a reserva de lucro		-	-	7.009.875	(7.009.875)	-					
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.000.000	4.000.000	22.704.950	-	46.704.950	35.622.187				
Lucro líquido do período		-	-	-	35.622.187	35.622.187					
Aumento Capital Social		20.000.000	-	(20.000.000)	-	-					
Dividendos distribuídos		-	-	(261.540)	-	(261.540)					
Destinação a reserva de lucro		-	-	35.622.187	(35.622.187)	-					
Constituição de reserva		-	4.000.000	(4.000.000)	-	-					
Saldos em 31 de dezembro de 2025		40.000.000	8.000.000	34.065.597	-	82.065.597					
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)											
1. Contexto operacional: A Enops Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com Sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de serviços públicos e de utilidades industriais, incorporação, administração e execução de obras de infraestrutura e serviços de engenharia, inclusive projetos e consultoria, por conta própria e de terceiros, comércio, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos no seu campo de atuação, participação em consórcios, empreendimentos e licitações bem como a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção destes equipamentos, distribuição e transporte por caminhão de água tratada (potável) para consumo humano e treinamentos na sua área de atuação. A Companhia atua no segmento de saneamento básico prestando serviços de engenharia e obras em redução e controle de perdas de água, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A atuação da Companhia no mercado de saneamento se dá por dois tipos de Modelos de Negócios: • Serviços de engenharia e operação: com objetivo de atuar na melhoria e eficiência operacional e comercial dos sistemas de água e esgoto, inclusive obras para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento; • Serviços operacionais: com objetivo de serviços padronizados para operação e manutenção de água e esgoto para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento. Sendo em geral dois tipos de fontes de receitas para estes modelos de negócios, remuneração do objeto contratado pode ser por preço unitário (medição) ou por performance (metas), definido no momento do processo licitatório ou da contratação. A Companhia também opera por meio da participação em outras Empresas (SPE, Consórcios e SCP) a seguir relacionadas: 1.1. SPE avaliada pelo método de equivalência patrimonial: a) MPEN SPE 2 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações (em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados "Mondrian", sito à Rua Felipe Schmidt nº 34, CEP 88301-040 no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Itajaí, com participação de 50%. Fase do empreendimento permuta concluída e início de obras. b) MPEN SPE 3 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações (fase de estudos e registro do empreendimento) em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 7 e 8 - Quadra 1- da Matricula "Mãe" nº 139.862 - Alvará de Construção nº 1223 - Sito à Rodovia Francisco Magno Vieira - Km 7 - nº 4.400 - SC 405 - Morro das Pedras - Florianópolis - SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, nº 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento em estudos e concepção c) MPEN SPE 4 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações em março de 2021, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 197 e 05 - Quadra B- da Matricula "Mãe" 106.749 e 106.751 - Sito à Rua Guabiju S/No. - Campeche - Florianópolis - SC - Morro das Pedras - Florianópolis - SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, nº 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento entregue, no período de garantia da construção. d) MPEN SPE 5 Incorporação Imobiliária: iniciou as operações fase de estudos e registro do empreendimento) em abril de 2022, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes LOTE Nº 6 da QUADRA 7 Do Loteamento denominado PORTAL DO RIBEIRÃO, aprovado pelo projeto nº 56.277, situado no Distrito de Ribeirão da Ilha, Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento em estudos e concepção. 1.2. Consórcios avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto: a) Consórcio Águas de Tubarão: iniciou as operações em janeiro de 2006, com											
Contrato de Performance											
		Contratante		Status							
Consórcio Performance Itaim Paulista: (No. 03971/19)		Sabesp		Concluído							
Consórcio Performance Ermelino Matarazzo: (No. 407/19)		Sabesp		Concluído							
Consórcio Verg: (No. 4103/20)		Sabesp		Concluído							
Consórcio EnoLog: (No. 021/20)		Sanessul		Concluído							
Consórcio Performance Vila Formosa: (No. 02.578/21)		Sabesp		Remuneração fixa							
Consórcio Terra Preta: (No. 529/2022)		Sabesp		Implantação							
Consórcio Vidágua: (No. 262/2022)		Cesam		Implantação							
Consórcio Campo Belo:		Sabesp		Concluído							
Consorcio Floresta Expedicionário (No. 0202201)		Cagece		Fase apuração de performance							
Consórcio Otimização Leste : (No. 641/19)		Sabesp		Concluído							
Consórcio EG Eficiência Centro: (No. 0559/20)		Sabesp		Concluído							
Consórcio EG Eficiência Santo André: (No. 0634/20)		Sabesp		Concluído							
Consórcio EnoLog: (No. 021/20)		Sanessul		Concluído							
Consórcio Verdagg : (No. 01.891/19).		Sabesp		Concluído							
Contrato de Medição											
		Contratante		Status							
Prefeitura Municipal de Macatuba		Pref. Municipal de Macatuba		Em execução							
Consórcio Bel Pirajá : (No. 032/19)		Embasa		Concluído							
Cagece 116/2023		Cagece		Em execução							
Águas de Joinville PLC		Comp. Águas de Joinville		Em execução							
Consórcio DMC CE: (No. 0139/21)		Cagece		Concluído							
SABESP ML 02844 23 Manobra e Vistoria		Sabesp		Em execução							
Consorcio EL Umluf (Nº 138/2024)		Embasa		Em execução							
Consorcio Global Interlagos (nº 00281/25)		Sabesp		Em execução							
Consorcio Otimização Tiete: (nº 00.893/24)		Sabesp		Em execução							
Consorcio Desenvolvimento Sustentável Integra: (nº 00.954/24)		Sabesp		Em execução							
Consorcio Revitaliza Pampulha: (nº 112024103)		Copasa		Em execução							
Consorcio ERD Guarujá : (nº 01.234/24)		Sabesp		Fase apuração de performance							
Sabesp Manobra Oeste 00.038/25		Sabesp		Em execução							
Eficiencia Esgoto		Sabesp		Em execução							
Igua Pesquisa 04 2025		Fluxx.Ia Medição		Em execução							
BRK Pesquisa 53639 2025		BRK Ambiental		Em execução							
A Diretoria											
Carlos J. T. Berenhauer – Diretor Presidente			Eduardo Cerquetani – Diretor Financeiro			Robson Rodrigues – Contador – CRC SP 282.959/0-4					

NEGÓCIOS

Aena vence leilão do aeroporto do Galeão com oferta de R\$ 2,9 bilhões



A espanhola Aena foi a vencedora do acirrado leilão do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Com uma proposta de R\$ 2,9 bilhões, o grupo superou as ofertas das outras duas concorrentes e vai ficar responsável pela administração e operação do terminal até 2039.

O certame foi realizado nesta segunda-feira (30) na sede da B3, em São Paulo, e marcado pela forte concorrência. O critério da disputa era o maior valor de outorga, com lance mínimo de R\$ 932 milhões. Além da Aena, apresentaram proposta a suíça Zurich Airport e o consórcio formado pela Changi, de Singapura, e pela Vinci Compass -que têm participação na concessão atual.

No Brasil, a Aena é hoje a concessionária responsável pelos aeroportos de Congonhas, em São Paulo, Campo Grande, Maceió e Aracaju.

Nas propostas enviadas por escrito, Zurich e Aena ofertaram o mesmo valor: R\$ 1,5 bilhão (ágio de 60,8%). A RIOgaleão fez oferta inicial de R\$ 934 milhões (ágio de 0,13%)

O leilão foi decidido na etapa viva-voz, quando as proponentes vão aumentando seus lances até que haja um vencedor. Após 13 rodadas de viva-voz, a Aena foi declarada a vencedora, com proposta final de R\$ 2,9 bilhões (ágio de 210,88%)

As duas primeiras disputas no viva-voz ocorreram só entre Aena e RIOgaleão. A Zurich, que não havia feito nenhuma oferta, deu

seu primeiro lance faltando 30 segundos para o fim da terceira rodada, em que a Aena seria declarada a vencedora.

Da quarta rodada em diante, a RIOgaleão não fez mais propostas. E o ativo foi disputado só entre a suíça e a espanhola.

O novo contrato marcará a saída da Infraero do negócio, o que foi um dos pontos considerados mais atrativos para o mercado. Hoje, a estatal detém 49% da concessão do Galeão, enquanto os outros 51% estão com a Changi e a Vinci, que comprou parte da fatia da empresa asiática em agosto de 2025. Na nova concessão, 100% da operação ficará nas mãos do parceiro privado.

Folhapress

Shell Brasil ultrapassa a marca de 500 mil boed no País

O presidente da Shell Brasil, Cristiano Costa, informou que a empresa ultrapassou a produção de 500 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) no último dia 24 de março, produzindo 502,2 mil barris de óleo equivalente por dia (boed).

“Essa conquista vai muito além de um número. Ela reflete a solidez do nosso portfólio, a consistência das nossas operações e a dedicação das pessoas por trás de cada decisão e de cada ativo”, disse Costa em uma rede social

nesta segunda-feira, 30.

O executivo destacou as produções de ativos como o Parque das Conchas (BC-10), na bacia de Campos, Lapa e BMS-11A e BMS-11, na bacia de Santos, e com o forte desempenho de Mero, também em Santos, “que agora opera em sua capacidade de 700 mil boed”, informou.

“Esse resultado foi construído de forma coletiva, com disciplina, resiliência e um compromisso inegociável com a segurança”, acrescentou Costa, que agradeceu aos parceiros e em especial a Petrobras. IstoÉDinheiro



Keeta inicia testes de capacetes inteligentes para ciclistas em São Paulo



A Keeta, braço internacional da chinesa Meituan, anunciou nesta segunda-feira (30) a distribuição de capacetes inteligentes para entregadores ciclistas parceiros em São Paulo, em um programa piloto que deve contemplar inicialmente 350 trabalhadores da plataforma.

Entre os recursos do equipamento estão navegação assistida por voz -que permite ao entregador seguir rotas sem olhar para o celular-, atendimento de chamadas por botão acoplado ao capacete e conectividade via Bluetooth.

A iniciativa reforça a estratégia da empresa de apostar em tecnologia para melhorar a segurança e a eficiência nas entregas em meio à disputa com

rivais como iFood, Rappi e 99Food.

O dispositivo também conta com um sistema de detecção automática de acidentes. Sensores identificam quedas ou impactos e, caso o entregador não responda em até 12 segundos, um alerta é enviado ao centro de segurança da empresa, que pode acionar serviços de emergência.

Segundo Tatiana Scatena, líder de segurança da Keeta, a proposta é aplicar inovação de forma prática no cotidiano dos entregadores.

A empresa diz que o modelo já é utilizado na China, onde mais de 1,2 milhão de unidades foram distribuídas, com redução de 15% nos acidentes graves entre entregadores. Mais da metade dos parceiros

no país asiático utilizam o equipamento regularmente, segundo a companhia.

A iniciativa no Brasil retoma uma aposta apresentada pela Keeta antes mesmo do início das operações no país. Como mostrou a Folha, a empresa já planejava trazer capacetes inteligentes e sistemas avançados de simulação de rotas como parte da estratégia para competir no mercado brasileiro de delivery.

Na prática, os capacetes funcionam integrados ao aplicativo da plataforma e permitem que o entregador receba instruções em áudio durante o trajeto, reduzindo a necessidade de interação com o celular -um dos principais fatores de risco no trânsito para ciclistas e motociclistas. Folhapress